

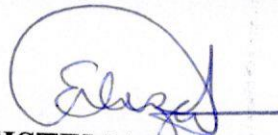
**EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Ref.: Transferência Direta de Outorga

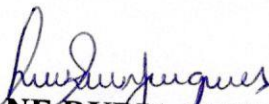
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.820.753/0001-31, com sede na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190 – conjunto 506-B – Vila Moreira – CEP 07020-001, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, tendo obtido permissão para executar o referido serviço, e desejando transferir a outorga para a entidade **MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitória, vem, pela sua representante legal e sócia cotistas, abaixo assinadas, dizer a Vossa Excelência que concorda com todos os atos que venham a ser baixados pelo Governo Federal, relativos à referida transferência.

Termos em que,
P. Deferimento

São Paulo, 22 de Janeiro de 2017.



**P/ EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR
SÓCIA ADMINISTRADORA**



**TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA
SÓCIA COTISTA**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

**EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, com sede na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitória, , desejando assumir a responsabilidade de executar, pelo restante do prazo autorizado, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, permitido à **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, vem, pelo seu dirigente que a esta subscreve, solicitar a Vossa Excelência, as necessárias providências para que lhe sejam transferidos os encargos da execução daquele serviço, obrigando-se a executá-lo de acordo com todas as exigências de ordem técnico-legais que lhe sejam feitas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e conforme os termos dos compromissos assumidos por aquela entidade.

Termos em que,
P. Deferimento

Mineiros do Tietê, 22 de Janeiro de 2017.

P/ MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR



consequente, e conforme determinação expressa do artigo 1150 do mesmo diploma legal a ter seus atos vinculados ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

II.2 – MUDANÇA DA DENOMINAÇÃO DA SOCIEDADE

II.2.1 – A sociedade passa a denominar-se **MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, ficando, de consequente, alterada a Cláusula 1ª do contrato social, que passa a vigorar com a redação seguinte:

“CLÁUSULA 1ª

A Sociedade girará sob a denominação social de **MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**”.

II.3 – MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE

II.3.1 - A sociedade passa a ter sua sede no município de Mineiros do Tietê – SP, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitoria, ficando, em consequência, alterada a Cláusula 2ª do contrato social, que passa a redigir-se da forma seguinte:

“CLÁUSULA 2ª

A Sociedade terá a sua sede na cidade de Mineiros do Tietê – SP, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitoria”.

II.4 – CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL

II.4.1 – Em razão da presente alteração, resolvem os sócios, consolidar, num só instrumento, as cláusulas de seu contrato social, ficando o compromisso assim redigido:



CONTRATO SOCIAL



MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA

JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR

Brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Riachuelo, 410 – Vila Adônias, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.666.626-3-SSP/SP e CPF/MF sob nº 077.182.158-14 e

CÉLIA REGINA DE PAES

Brasileira, solteira, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na rua Tuiuti, 67 – Vila Adonias, portadora da Cédula de Identidade RG nº 23.160.192-X-SSP/SP e CPF/MF nº 099.177.758-11.

CONSOLIDAM, entre si, e na melhor forma de direito, sociedade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á **MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, e terá como finalidade a execução do serviço de televisão a cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), serviço de radiochamada de interesses público e privado, serviço troncalizado de radiocomunicação, serviço de telefonia celular, serviços de radiodifusão, vale dizer, onda média, frequência modulada, onda curta, onda tropical, sons e imagens (televisão), retransmissão e repetição de sinais de televisão, mediante autorização prévia do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigentes e serviços de produção em estúdio para rádio e televisão.

CLÁUSULA SEGUNDA

A Sociedade tem sua sede na cidade de Mineiros do Tietê – SP, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitoria.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

CLÁUSULA TERCEIRA



Os objetivos expressos da sociedade de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1.963, que instituiu o regulamento dos serviços de radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para suportação dos encargos da empresa e sua necessária expansão.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e se necessário for a sua dissolução, tal deliberação deverá ser tomada pela maioria absoluta dos sócios, conforme determina o artigo 1033, inciso III da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA QUINTA

Toda e qualquer modificação do contrato social, depende, para sua validade, de votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social, nos termos do artigo 1.076, inciso I, combinado com o artigo 1.071, inciso V da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

PARÁGRAFO ÚNICO

A Sociedade, por seus sócios, dispensa a instituição de Conselho Fiscal, previsto no artigo 1066 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEXTA

A Sociedade se compromete por seus Administradores e Sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual, sem a prévia autorização do Poder Concedente, desde que tais alterações impliquem na modificação dos objetivos sociais, cessão de cotas ou aumento de capital social que resultem em alteração do controle societário, bem como transferência da concessão, permissão e ou autorização.

CLÁUSULA SÉTIMA

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ressalvado o disposto na Cláusula Oitava do presente pacto contratual.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

CLÁUSULA OITAVA

Poderão fazer parte da sociedade de forma indireta, vale dizer, através de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País, estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos, desde que tal participação não exceda a 30% (trinta por cento) do capital total, sem direito a voto.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a viger e referentes a legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA

A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O Capital Social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), representado por 30.000 (trinta mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, da seguinte forma:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Three handwritten signatures in black ink, located at the bottom right of the document. The first signature appears to be "ER", the second is a stylized "A", and the third is a more complex signature.

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR	29.700	R\$ 29.700,00
CELIA REGINA DE PAES	300	R\$ 300,00
TOTAIS	30.000	R\$ 30.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O Capital Social da empresa encontra-se totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

As cotas são indivisíveis em relação à Sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A Sociedade será administrada, unicamente, pelo sócio **JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR**, na função de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe, ainda, a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os administradores terão como remuneração mensal, a quantia fixada em comum até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda, que será levada à conta de despesas gerais.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima Quinta deste Instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor, estranhos aos interesses da Sociedade, ficando os administradores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e desde que resultem na alteração do controle societário da empresa, de autorização prévia do Poder Concedente, nos termos do estipulado na Cláusula Sexta deste Contrato Social e para esse fim, o sócio-retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade os sócios remanescentes terão, sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio-retirante.

PARÁGRAFO ÚNICO

O sócio cedente, responde solidariamente com o adquirente, pelo prazo de 2 (dois) anos, pelas obrigações por ele assumidas perante a sociedade e terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, o Capital e os lucros apurados no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, desde que esteja totalmente integralizado. O Capital Social poderá ser reduzido depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis ou se for excessivo em relação ao objeto da sociedade. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na Sociedade, deverão designar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

quem os representará na Sociedade no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Poder Concedente e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente contrato social e o seu registro na repartição competente.

CLAÚSULA VIGÉSIMA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um Fundo de Reserva, até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme determinação do artigo 1065 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

CLAÚSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Parte Especial – Livro II – Do Direito De Empresa – Título II – Da Sociedade – Capítulo IV - Da Sociedade Limitada.



[Handwritten signatures]



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social Consolidado, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei.

Sorocaba, 09 de Fevereiro de 2017.



JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR

FLÁVIA REGINA DE PAES
OAB/SP 142.490



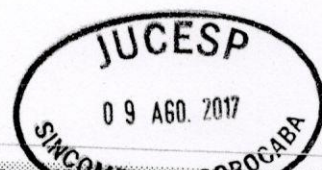
CÉLIA REGINA DE PAES

Testemunhas:

- 1- *Exm. Voz Prado* 2- *Andréia de Almeida Silva*
RG 12.330-454
267 930-180



Camila Maria Basellotto Menon
Escrevente Autorizada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

1 REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA DE SOROCABA

Rua Osvaldo de Jesus, 45, A da Boa Vista-F: (15)3331-7500

Carlos Andre Ordonio Ribeiro - Oficial - **83.004**

Apresentado em 23/02/2017, protocolado e registrado em

microfilme sob numero de ordem **83.004**. Sorocaba(SP), 24/02/2017.

Emolumentos	83,74
Estado	23,82
Ipesp	12,27
Reg.Civil	4,40
Trib Justica	5,75
Min. Publico	4,02
Diligencia(s)	0,00
Total	134,00

Escrevente Autorizado

[Assinatura]
**1º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOA JURIDICA DE SOROCABA**

Ariela Fernanda Prior
Escrevente Autorizada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA
MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
35230691578	09/08/2017	EMIÇÃO
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	04/09/2017 15:36:57
14/06/2000	03.880.030/0001-28	INSCRIÇÃO ESTADUAL

CAPITAL

R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: ESTRADA DEP AMAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO: S/N
BAIRRO: SITIO VITORIA	COMPLEMENTO: KM 276
MUNICÍPIO: MINEIROS DO TIETE	CEP: 12500-000 UF: SP

OBJETO SOCIAL

OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
CRIAÇÃO DE ESTANDES PARA FEIRAS E EXPOSIÇÕES
CONSULTORIA EM PUBLICIDADE
MARKETING DIRETO
PROMOÇÃO DE VENDAS
EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

CELIA REGINA DE PAES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 099.177.758-11, RG/RNE: 23160192X - SP, RESIDENTE À R TUIUTI, 67, VL ADONIAS, SOROCABA - SP, CEP 18035-340, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 300,00
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 077.182.158-14, RG/RNE: 186666263 - SP, RESIDENTE À R RIACHUELO, 410, VL ADONIAS, SOROCABA - SP, CEP 18035-330, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 29.700,00



SESSÃO: 09/08/2017

ARQUIVAMENTOS

TRANSFORMADA DE SOCIEDADE CIVIL. REGISTRADA ANTERIORMENTE SOB N. 3278 EM 14/06/2000 NO 1 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS DE SOROCABA/SP. DENOMINACAO ANTERIOR ALCANCE EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35230691578
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 01/09/2017

JUCESP

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

documento
assinado
digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para FERNANDO ANTONIO PERAZZO : 72312165872. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90717154, segunda-feira, 4 de setembro de 2017 às 15:36:57.



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

120005

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL
NOME
FILIAÇÃO
E

18-666-626-3
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR
JOSE RUBENS BISMARA
ESMIR VAZ FRADO

DATA DE NASCIMENTO
28/JUN/1968

SOROCABA -SP
SOROCABA SP
PRIMEIRO SUBDISTRITO
CN: LV-56A /FLS-3V /N-035440
CPF 077.821.58/14

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



1138AC0118149

AUTENTICAÇÃO
15477
Cartório Notarial do Brasil

CARTÓRIO SOROCABA-SP
AUTENTICAÇÃO
presente cópia confere com original e

Sorocaba
LUCILE CAVALCIUK
Escrevente Autorizada
Válido somente com o selo de autenticidade

EM BRANCO

EM BRANCO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

100%
LEMBRANÇO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

REGISTRO
GERAL
23.160.192-X
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
NOME
CELIA REGINA DE PAES
FILIAÇÃO
JULIA RIBEIRO DE PAES
NATURALIDADE
GARÇA - SP
DOC ORIGEM
SÃO PAULO-SP
JARDIM PAULISTA
CN: 0.044.FLS.60 / N.040929
CPF: 099127258441
Antonio Carlos de Castro Machado
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



27 FEV 2013

Marcelo Vieira Santos da Silva - Encar. Autor.
Kleber Lucio Santos da Silva - Subst. Oficial

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT
1200-5
ASSINATURA DO TITULAR
Celia Regina de Paes
CARTEIRA DE IDENTIDADE

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 03/09/2017, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME
03.880.030/0001-28

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 04/09/2017

Data da última atualização do banco de dados: 03/09/2017

Selo digital de segurança: **2017.CTD.CJX3.XCKN.UV83.L601.TZ25**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/06/2000
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-01 - Criação de estandes para feiras e exposições 73.19-0-02 - Promoção de vendas 73.19-0-03 - Marketing direto 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276	
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (15) 9701-2212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/08/2017** às **17:06:13** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 23/08/2017



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 17:02:05 do dia 23/08/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/02/2018.

Código de controle da certidão: **761D.F6C6.1C00.BB4D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 03880030/0001-28**Razão Social:** ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**Endereço:** RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/08/2017 a 16/09/2017**Certificação Número:** 2017081807002698236480

Informação obtida em 04/09/2017, às 15:51:37.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.880.030/0001-28
Certidão nº: 136511443/2017
Expedição: 04/09/2017, às 15:47:29
Validade: 02/03/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
03.880.030/0001-28, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do
Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e
na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do
Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos
Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias
anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação
a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua
autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na
Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados
necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações
estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em
acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos
recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a
emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes
de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do
Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2017.0001069549

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **077.182.158-14**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 4 (quatro) dias do mês de setembro de 2017, às 15:53.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **620f306e f8eed67c 8adaf720 ff6cb9fd c3ef81f1**, no endereço **http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- e) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- f) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- g) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- h) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- i) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- j) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- l) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- m) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- n) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau;
- p) Esta certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico Pje.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2017.0001069585

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **CÉLIA REGINA DE PAES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **099.177.758-11**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 4 (quatro) dias do mês de setembro de 2017, às 15:54.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **9aaf91e0 8e75283b c86ed6f5 bf38ac77 1dfab5b4**, no endereço **http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- e) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgamento;
- f) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- g) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- h) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- i) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- j) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- l) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- m) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- n) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau;
- p) Esta certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico Pje.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.880.030/0001-28, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço de frequência modulada na localidade de Mineiros do Tietê- SP, e que caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


P/ MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.880.030/0001-28, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- inexistência parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadores de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do parágrafo 1º do artigo 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


P/ MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.880.030/0001-28, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no artigo 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa).

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


P/ MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

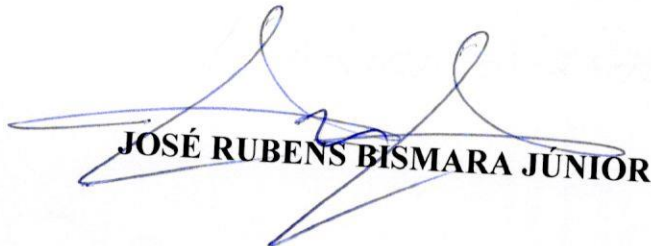
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DO INVESTIMENTO EM QUESTÃO

Odirigente da empresa **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, mais precisamente **JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR**, tem vasta experiência no setor de radiodifusão. Há mais de três décadas explora serviços de radiodifusão em onda média, frequência modulada e onda tropical, através da **RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA**, estando, pois, apto, preparado e com lastro financeiro “*quantum satis*” para o empreendimento em evidência.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

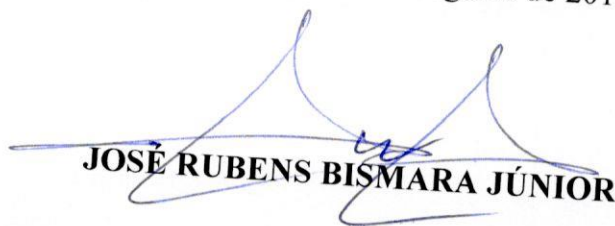
ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR, RG Nº 18.666.623-3-SSP/SP, declara para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não é sócio de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão em frequência modulada no município de Mineiros do Tietê – SP, objeto da permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

CÉLIA REGINA DE PAES, RG Nº 23.160.192-X-SSP/SP,
declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não é sócia de outra entidade que execute e mesmo tipo de serviço de radiodifusão em frequência modulada no município de Mineiros do Tietê – SP, objeto da permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.

Célia Regina de Paes
CÉLIA REGINA DE PAES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

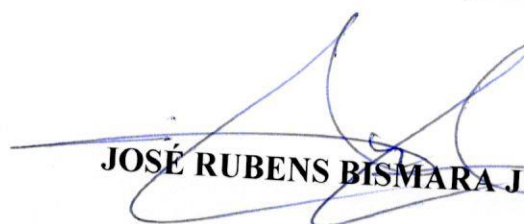
ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR, sócio administrador da **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, declara para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão em frequência modulada na localidade de Mineiros do Tietê- SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

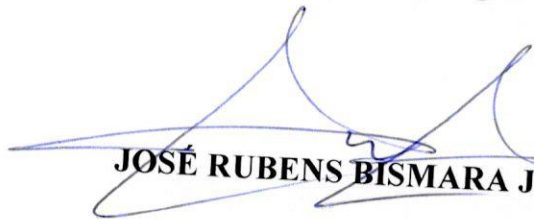
ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR, sócio administrador da **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, declara para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:27:55 do dia 13/09/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/10/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>
<http://sistemasnet/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▼

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: Mineiros do Tietê

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	Mineiros do Tietê	23/03/2005	23/03/2015

Usuário: **anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida** Data: **13/09/2017** Hora: **11:29:44**

Registro 1 até 1 de 1 registros Página: [1] [Ir] [Reg]

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>
<http://sistemasnet/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp>

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CNPJ**CNPJ:** 03.820.753/0001-31

EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR	095.329.748-90	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Cajati
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Cajati
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Bonito
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Rio das Pedras
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Simão
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Mineiros do Tietê
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Bonito
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Rio das Pedras
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Simão
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mineiros do Tietê
TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA	213.105.638-96	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mineiros do Tietê
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Simão
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Rio das Pedras
		EXITUS SISTEMA DE	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Bonito



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		COMUNICACAO LTDA									
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Cajati

Usuário: **anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida**

Data: **13/09/2017**

Hora: **11:30:39**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Mineiros do Tietê
Frequência: 88,5 MHz
Classe: C
Canal: 203

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia: EXITUS FM DIGITAL
Nº Estação: 689693613
Primeiro Licenciamento: 16/08/2011 10:08:16

Fistel: 50401554767
CNPJ: 03.820.753/0001-31
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 16/08/2011 10:08:16

- ☐ [Dados do Plano Básico](#)
- ☐ [Dados da Outorga](#)
- ☐ [Documentos Emitidos](#)
- ☐ [Característica da Estação Instalada](#)
- ☐ [Dados do Licenciamento](#)

Tela Inicial

Imprimir



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>
<http://sisistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida
 Sistemas Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:

:

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 13/09/2017

Hora: 11:37:04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

11up://sistemasnet/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 077.182.158-14

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		SISTEMA MAXI DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	58.060.898/0001-73	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Cabreúva
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		SISTEMA MAXI DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	58.060.898/0001-73	Sócio	16038	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Cabreúva

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida**Data:** 13/09/2017**Hora:** 11:39:38

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas
Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet

teia

menu

ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 13/09/2017

Hora: 11:40:30



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

11up://sistemasnet/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

BOLETO »» **Nada Consta** | internet | teia | menu | ajuda



CNPJ: 03.880.030/0001-28

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:36:38 do dia 13/09/2017 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

<http://sistemasnet/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

<http://sistemasnet/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias - COACT

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**TRANSFERÊNCIA DIRETA**

Processo nº 01250.055170/2017-07		
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda	Entidade cessionária: Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Validade da Outorga: vencida	Período: 23/05/2005 a 23/05/2015 23/05/2015 a 23/05/2025	Nº do Processo de renovação de outorga : 53900.019982/2014-30

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	FL(s).
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Cessionária não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- a Cessionária autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao CDN, se o local de execução do serviço estiver em faixa de fronteira;- nenhum dos sócios e dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	
b) Licença de funcionamento;	OK	2217805
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	
d) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio <u>se o serviço for executado em faixa de fronteira;</u>	Não se aplica	

1. RELATIVOS À CEDENTE			
1.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	FL(s).
REGULARIDADE FISCAL	1.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	PENDENTE	
	1.1.2. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal <u>da sede da entidade,</u> ou outra equivalente, na forma da lei;	PENDENTE	
	1.1.3. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	Evento Sei 2212913 p. 01
	1.1.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	PENDENTE	



1.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	
---	----------	--

2. RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	FL(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	Pendente ato constitutivo -Alteração: 03
	2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	13/14
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	Não é na sede
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	19
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;	PENDENTE	Federal: 20
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;	Não se aplica	
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 20 FGTS: 21
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	22

3. RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA			
3.1. DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS E DIRETORES	SITUAÇÃO	FL(s).
3.1.1. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: - certidão de nascimento ou casamento; - certificado de reservista; - cédula de identidade; - certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; - carteira profissional; - carteira de trabalho e previdência social; ou - passaporte;	José Rubens Bismara Junior	OK	15
	Célia Regina de Paes	OK	16

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Débora Neves CARGO: ANALISTA TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	14/09/2017



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia: EXITUS FM DIGITAL	
Telefone: (11) 2440-6879	E-mail: contato@cacomunicacoes.com.br
CNPJ: 03.820.753/0001-31	Número do Fistel: 50401554767
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2005	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	Complemento: - CONJUNTO 506 B	
Bairro: VILA MOREIRA	Numero: 190	
Município: Guarulhos	UF: SP	CEP: 07020001

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	Complemento: CONJUNTO 506 B	
Bairro: VILA PEDRO MOREIRA	Numero: 190	
Município: Guarulhos	UF: SP	CEP: 07020001

Endereço do Transmissor		
Logradouro: ESTRADA DEP. AMAURI BARROSO DE SOUZA - KM 276	Complemento:	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: S/N	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: ESTRADA DEP. AMAURI BARROSO DE SOUZA - KM 276	Complemento:	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: S/N	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP
Latitude: -22.39583	Longitude: -48.44056

Parâmetros Técnicos			
Canal: 203	Frequência: 88.5 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689693613	Número Indicativo: ZYU939



Data Último Licenciamento: 16/08/2011

Número da Licença: 000002/2011-SP

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -22.395	Longitude: -48.441	Cota da base: 700.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 017270902131	Modelo: PJ700C-LCD
Fabricante: RVR Elettronica SLR (Bo)	Potência de Operação: .100 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 12-50	Fabricante: RFS-RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação dB100m: 2.03 dB	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMB-02	Fabricante: ANDREW INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA				
Ganho: -.09 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 57 m	ERP Máximo: 0.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.46	10°: 1.64	20°: 1.82	30°: 1.92	40°: 1.87	50°: 1.72	60°: 1.57	70°: 1.44	80°: 1.3	90°: 1.15	100°: 0.98	110°: 0.8
120°: 0.67	130°: 0.59	140°: 0.56	150°: 0.58	160°: 0.69	170°: 0.86	180°: 0.95	190°: 0.9	200°: 0.79	210°: 0.67	220°: 0.59	230°: 0.5
240°: 0.41	250°: 0.26	260°: 0.09	270°: 0	280°: 0.01	290°: 0.09	300°: 0.24	310°: 0.48	320°: 0.79	330°: 1.05	340°: 1.21	350°: 1.33

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação dB100m: dB	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.06 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1059	Portaria	MC	26/06/2002	01/07/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	645	Portaria	MC	15/08/2007	19/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Decreto Legislativo	CN	23/08/2004	24/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67551	Ato	CMPRL	04/10/2007	05/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	226	Despacho	MC	05/10/2009		Autoriza a Alteração de Características	Técnico



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

9999	278	Portaria	MC	31/10/2009	23/01/2009	Técnicas da Estação Multa	Jurídico
9999	128	Despacho	MC	12/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico

Horário de funcionamento



NOTA TÉCNICA Nº 21117/2017/SEL-MCTIC

Processo nº 01250.055170/2017-07

Assunto: EXIGÊNCIA. Transferência Direta.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Exitus Sistema de Comunicação. (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de Frequência Modulada, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Mídia Jaú (cessionária).

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deverá observar as regras estabelecidas pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e o Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, e ser instruído de acordo com o Decreto nº 9.138/2017, que altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº 2217348), restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À CEDENTE:

- a) requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, preenchidoem conjunto pelas entidades cedente e cessionária, conforme modelo que segue em anexo;
- b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- d) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) certidão negativa de débitos trabalhistas;

RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

- a) ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;
- f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- g) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- l) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, afim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **Debora Neves Seabra de Almeida, Analista de Nível Superior**, em 25/09/2017, às 14:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 25/09/2017, às 15:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2217810** e o código CRC **FB97266D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 2217810



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 40352/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME (CNPJ nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190 - Conjunto 506-B Vila Moreira
07020-001 Guarulhos/SP

Assunto: **Transferência Direta. Exigência. Processo nº 01250.055170/2017-07**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica nº 21117/2017/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 25/09/2017, às 15:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2217867** e o código CRC **EBF65692**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 40352/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.055170/2017-07 - Nº SEI: 2217867



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

**FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE
TRANSFERÊNCIA DIRETA**

IDENTIFICAÇÃO

Nome da pessoa jurídica (cedente): _____ inscrita no CNPJ nº: _____,
com sede no endereço: _____ CEP nº: _____,
por seu representante legal, _____
inscrito no CPF nº: _____, com endereço eletrônico (*e-mail*):
_____, vem, com fundamento no disposto na alínea “c” do art. 38 da Lei
nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 12.872/2013), solicitar autorização para realizar a
TRANSFERÊNCIA DIRETA da concessão/permissão para a execução do serviço de
radiodifusão _____, na localidade de _____, no
estado _____, à Nome da pessoa jurídica
(cessionária): _____, inscrita no CNPJ nº: _____.

QUADROS SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE:

NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

QUADROS SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA:

NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Cessionária cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (f) a Cessionária autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, eu,

_____,
representante legal da entidade cessionária, firmo este requerimento.

Assinatura de todos os sócios e diretores
(Cedente e Cessionária)



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Além deste requerimento e declarações acima transcritas, os seguintes documentos são necessários para a efetivação da operação solicitada:

- RELATIVOS À CEDENTE:

- (a) prova de inscrição no CNPJ;
- (b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;
- (c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- (e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

- RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedade por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e



(i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

- RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA:

(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social, e passaporte;

Atenção:

1) Na hipótese de a pessoa jurídica Cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2) Na hipótese de haver pessoa jurídica sócia da pessoa jurídica cessionária, os dirigentes de ambas, em conjunto, prestarão declaração de que:

I - no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

II - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

III - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.



OBSERVAÇÃO:

(1) A prova da nacionalidade pode ser efetuada por meio dos seguintes documentos:

I – certidão de nascimento ou casamento; II – certificado de reservista; III – cédula de identidade; IV – certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; V – carteira profissional; VI – carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou VII – passaporte.

(2) A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

26/09/2017 15:36:49

De:

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga <sepos_jur@mctic.gov.br>

Para:

pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@g.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 01250.055170/2017-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_2217867.html
Nota_Tecnica_2217810.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**TRANSFERÊNCIA DIRETA**

Processo nº 01250.055170/2017-07		
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda CNPJ: 03820753000131	Entidade cessionária: Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. CNPJ: 03880030000128	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Validade da Outorga: vencida em 23/03/2015 (2212913)	Período: 23/05/2005 a 23/05/2015 23/05/2015 a 23/05/2025	Nº do Processo de renovação de outorga : 53900.019982/2014-30

REQUISITOS MÍNIMOS

1. RELATIVOS AO PEDIDO	SITUAÇÃO	P(s).
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações de que: - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Cessionária não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - a Cessionária autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao CDN, se o local de execução do serviço estiver em faixa de fronteira; - nenhum dos sócios e dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	Pendente	- Requerimento: 3120680 , p. 1-4 - Declarações: Apenas do representante legal da cessionária Pendente (todos os sócios)
b) Licença de funcionamento;	OK	Licenciamento em: 16/08/2011, p.5, SEI 2212913
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	2212964
d) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira ;	Não se aplica	-

2. RELATIVOS À CEDENTE:

2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	P(s).
REGULARIDADE FISCAL	OK	CNPJ , 5372355, p. 1 Emitida em 06/04/2020
	Pendente	Federal , 5372355, p. 4 Válida até 02/09/2020. Estadual , 2293667 , p. 5 Válida até 27/09/2017. Vencida Municipal , 2293667 , p. 5 Válida até 15/09/2017. Vencida
	Pendente	FISTEL , Vencida
	OK	INSS , 5372355, p. 4 Válida até 09/07/2020. FGTS , 5372355, p. 4 Válida até 09/07/2020.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

2.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	CN, 5372355, p. 5 Válida até 02/10/2020.
---	----	---

3. RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

3.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	FL(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	3.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	Ato constitutivo de Alcance - Empresa de Comunicação Ltda. 2340388 , p. 6-10 1ª Alteração Contratual 2340388 , p. 10-15 Mudança de denominação social para Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. Consolidação do Contrato Social 2340388 , p. 18-24
	3.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	Pendente	3120680 , p. 33-34 Atualizar
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	3.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Pendente	Consta documento firmado pelo representante legal e contador (*1) 2340388 (ex. 2016) Atualizar
	3.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Pendente	2340388 , p. 31 em 27/10/2017 3120680 , p. 35 em 03/07/2018 Atualizar
REGULARIDADE FISCAL	3.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	CNPJ, 5372364 , p.1 Emitida em 07/04/2020
	3.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;	Pendente	Federal, 5372364 , p. 3 Pendente
			Estadual, 2340388 , p. 26 Válida até 10/10/2017 Vencida
			Municipal, 2340388 , p. 27 Válida até 27/10/2017 Vencida
	3.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	Pendente	FISTEL, Pendente
	3.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	Pendente	INSS, 5372364 , p. 3 Pendente FGTS, 5372364 , p. 4 Válida até 09/07/2020.
	3.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	CN, 5372364 , p. 5 Válida até 03/10/2020.

(*1) OBSERVAÇÃO: O analista não tem competência para se manifestar sobre balanço financeiro patrimonial, conforme Lei nº 8.691, de 28/07/1993, de competência das carreiras de contabilidade e auditoria.

4. RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA

3.1. DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS E DIRETORES	SITUAÇÃO	FL(s). 5372364 p.2
-----------------	-----------------------------	----------	--------------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

4.1.1. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: - certidão de nascimento ou casamento; - certificado de reservista; - cédula de identidade; - certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; - carteira profissional; - carteira de trabalho e previdência social; ou - passaporte;	JOSÉ RUBENS BISMARA JUNIOR	OK	3120680 , p. 45
	CELINA REGINA DE PAES	Pendente	Pendente

4.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA CESSIONÁRIA:

4.2.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Cessionária e da Pessoa Jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;		Não se aplica	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;		Não se aplica	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.		Não se aplica	

5. CONCLUSÃO:

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla**, Analista em Ciência e Tecnologia, em 07/04/2020, às 13:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5371564** e o código CRC **2786AF93**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5371564



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.820.753/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2000
NOME EMPRESARIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EXITUS FM STEREO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJUNTO 506-B
CEP 07.020-001	BAIRRO/DISTRITO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS
UF SP	TELEFONE (11) 2440-6879/ (11) 2440-6879	
ENDEREÇO ELETRÔNICO pabi-contabil@pabi.com.br		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/04/2020** às **17:47:25** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.820.753/0001-31
NOME EMPRESARIAL:	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **06/04/2020** às **17:48** (data e hora de Brasília).




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Relação das certidões emitidas por data de validade

CNPJ: 03.820.753/0001-31 - EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
Período: 06/04/2020 a 06/04/2020

Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Segunda via
1354.8C40.C9BF.B834	Negativa	06/03/2020 11:15:34	02/09/2020	Válida Prorrogada até 01/12/2020	 (/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegundaViaC/MXwwMzgyMDc1MzAwMDEzMzAwMDZlMTQ4QzQwQzI0RkI4MzR8MDYvMDMvMjA

« ‹ 1 › »

Válida Prorrogada: O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 555/2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/03/2020, Edição 57, Seção 1, Página 33.

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.820.753/0001-31

Razão Social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA

Endereço: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 200 CONJ 508 / VILA MOREIRA / GUARULHOS / SP / 07020-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/03/2020 a 09/07/2020

Certificação Número: 2020031204082685479955

Informação obtida em 06/04/2020 17:59:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certidão nº: 7964026/2020

Expedição: 06/04/2020, às 18:00:15

Validade: 02/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.820.753/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BISMARAJR@GMAIL.COM		TELEFONE (15) 9701-2212
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/04/2020** às **07:16:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

03.880.030/0001-28

NOME EMPRESARIAL:

MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA

CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

CELIA REGINA DE PAES

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **07/04/2020** às **07:13** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.880.030/0001-28 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

ta.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/EmiteCertidaoInternet.asp?ni=03880030000128&passagens=1&tipo=1

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.880.030/0001-28

Razão Social: ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Endereço: RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/03/2020 a 09/07/2020

Certificação Número: 2020031204115548469826

Informação obtida em 07/04/2020 07:21:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/a395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.880.030/0001-28

Certidão nº: 8001071/2020

Expedição: 07/04/2020, às 07:23:22

Validade: 03/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.880.030/0001-28**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

NOTA TÉCNICA Nº 7293/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.055170/2017-07

Assunto: EXIGÊNCIA. Transferência Direta.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Exitus Sistema de Comunicação. (cedente), inscrita no CNPJ sob o nº 03.820.753/0001-31 executante do serviço de radiodifusão sonora de Frequência Modulada, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Mídia Jáú (cessionária), inscrita no CNPJ sob o nº 03.880.030/0001-28.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017), o qual, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. A transferência direta da outorga é uma operação que tem 3 (três) requisitos básicos que a Entidade deve preencher para que o pedido possua condição de procedibilidade. É necessário que se verifique os aspectos relacionados: a) ao lapso temporal exigido para a realização da operação, b) à obediência aos limites previstos no Decreto Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967; e c) à regularidade da outorga.

4.1. Quanto ao lapso temporal, considerando o comando normativo previsto no art. 91 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963) e com base em consulta realizada ao Sistema SRD da Anatel (evento SEI n.º [2212913](#), p. 5), verifica-se que o primeiro licenciamento para a execução do referido serviço foi emitido em 16/08/2011. A entidade atende ao requisito.

4.2. No tocante à obediência aos limites de outorgas previstos no art. 12 do Decreto Lei n.º 236/67, o Sistema SIACCO da Anatel (evento Sei nº [1932307](#)) indica o atendimento ao requisito. Esse requisito será verificado novamente na data do ato de transferência.

4.3. Por fim, no que diz respeito à validade da outorga da Frequência Brasileira de Comunicação Ltda., registra-se que ela se encontra vencida desde 2004. Contudo, está em trâmite nesta Pasta o processo 53900.019982/2014-30, relativo ao pedido de renovação de outorga para o período de 23/05/2015 a 23/05/2025, estando referido processo sob análise da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à instrução processual de acordo com a Portaria nº 329/2012. Dessa forma, a entidade não atende ao requisito.

5. O não atendimento de qualquer dos requisitos acima é causa de indeferimento do pedido. Após o atendimento aos requisitos do parágrafo 4, verifica-se o atendimento aos requisitos de regularidade fiscal, patrimonial e societária das entidades cedente e cessionária. Isso por que as certidões que comprovam tais requisitos têm data de validade. Todas as certidões e documentos devem estar válidos na data do ato de transferência.

6. Não obstante o não atendimento aos pré-requisitos, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º [5359742](#)), para fins de orientação às entidades interessadas, restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

RELATIVOS À CEDENTE:

a) requerimento apresentado ao Ministério das Comunicações formulado em conjunto pela entidade detentora da concessão ou permissão e por aquela para qual a outorga será transferida, assinado pelos sócios e representantes legais de ambas as Entidades;

Justificativa: Faz-se necessário atualizar o requerimento devido ao transcurso do prazo e alteração societária dos interessados. Link do requerimento no sítio eletrônico do MCTIC:

<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/desburocratizacao.html>

b) cópia da portaria de renovação da outorga;

Justificativa: A outorga encontra-se vencida.

c) prova de regularidade para com as Fazendas estadual e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

Justificativa: As certidões encontram-se vencidas.

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;

Justificativa: A certidão encontra-se vencida.

RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

a) ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;

Justificativa: Em caso de alterações contratuais realizadas após a 2ª Alteração Societária registrada.

b) certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão de registro correspondente em que conste detalhadamente o histórico de todos os atos arquivados pela Entidade;

Justificativa: A certidão encontra-se vencida.

c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: Faz-se necessário a atualização do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

d) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Justificativa: A certidão encontra-se vencida.

e) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

Justificativa: As certidões encontram-se vencidas.

f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL (se já for executante de serviço de radiodifusão)

Justificativa: A certidão encontra-se vencida.

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA:

a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses;

Justificativa: Houve alteração no Quadro Social da entidade cessionária, fazendo-se necessária o envio da documentação.



7. Outrossim, cabe lembrar que o permissionário pode, a qualquer momento, apresentar pedido de transferência direta para a Secretaria de Radiodifusão, desde que atendidos os requisitos de procedibilidade do parágrafo 4.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 6, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 07/04/2020, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 08/04/2020, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5374155** e o código CRC **D871990F**.





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações Societárias

OFÍCIO Nº 13717/2020/SEASO/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 07 de abril de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME (CNPJ nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190 - Conjunto 506-B Vila Moreira
07020-001 Guarulhos/SP

Assunto: Transferência Direta. Exigência. Processo nº 01250.055170/2017-07

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 7293/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 08/04/2020, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5374430** e o código CRC **DA9679B4**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5374430



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

08/04/2020 20:45:01

De:

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga <sepos_jur@mctic.gov.br>

Para:

pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@g.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.055170/2017-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5374430.html
Nota_Tecnica_5374155.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.880.030/0001-28
NOME EMPRESARIAL:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CELIA REGINA DE PAES
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **29/05/2020** às **12:14** (data e hora de Brasília).

VOLTAR

IMPRIMIR

- Passo a passo para o CNPJ
- Consultas CNPJ
- Estatísticas
- Parceiros
- Serviços CNPJ



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA

Processo nº 01250.055170/2017-07		
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda CNPJ: 03820753000131	Entidade cessionária: Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. CNPJ: 03880030000128	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Validade da Outorga: vencida em 23/03/2015 (2212913)	Período: 23/05/2005 a 23/05/2015 23/05/2015 a 23/05/2025	Nº do Processo de renovação de outorga: 53900.019982/2014-30
REQUISITOS MÍNIMOS		
1. RELATIVOS AO PEDIDO	SITUAÇÃO	P(s).
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações de que: - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Cessionária não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - a Cessionária autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao CDN, se o local de execução do serviço estiver em faixa de fronteira; - nenhum dos sócios e dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	- Requerimento: SEI 5520415 SEI 2192121 , p. 1-2
b) Licença de funcionamento;	OK	Licenciamento em: 16/08/2011, p.5, SEI 2212913
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	SEI 2212964
d) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira;	Não se aplica	
2. RELATIVOS À CEDENTE:		
2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	P(s).
REGULARIDADE FISCAL	2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	OK CNPJ, 5372355, p. 1 Emitida em 06/04/2020
	2.1.2. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK Federal, 5520428 , p. 1 Válida até 10/10/2020. Estadual, 5520428 , p. 2, Válida até 13/10/2020. Municipal 5520428 , p. 3, Válida até 08/06/2020.
	2.1.3. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK FISTEL, 5520427 Válida até 14/06/2020.
	2.1.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK INSS, 5520428 , p. 1 Válida até 10/10/2020. FGTS, 5520421 Válida até 09/07/2020.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

2.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	CN, 5520420 Válida até 09/10/2020.
---	----	---

3. RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

3.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	FL(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	OK	Ato constitutivo Contrato Social SEI 5520418
		Alterações SEI 5520418
3.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 5520418 , p. 34-35.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	OK	Consta documento firmado pelo representante legal e contador (*1) (ex. 2019) SEI 5520417
3.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	SEI 5520416
REGULARIDADE FISCAL	OK	CNPJ , 5372364 , p.1 Emitida em 07/04/2020
	OK	Federal , 5520426 , p. 1 Válida até 03/11/2020.
		Estadual , 5520426 , p. 2 Válida até 16/10/2020.
		Municipal , 5520426 , p. 3 Válida até 08/06/2020.
	Não se aplica	FISTEL , 5520422 Entidade não cadastrada
	OK	INSS , 5520426 , p. 1 Válida até 03/11/2020.
3.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;		FGTS , 5520425 Válida até 09/07/2020.
3.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	CN, 5520424 Válida até 09/10/2020.

(*1) OBSERVAÇÃO: O analista não tem competência para se manifestar sobre balanço financeiro patrimonial, conforme Lei nº 8.691, de 28/07/1993, de competência das carreiras de contabilidade e auditoria.

4. RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA

4.1. DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS E DIRETORES	SITUAÇÃO	FL(s).
4.1.1. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: - certidão de nascimento ou casamento; - do de reservista; - le identidade; Autenticado eletronicamente, após conferência com original.	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	OK	5520423 , p. 1



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

- certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; - carteira profissional; - carteira de trabalho e previdência social; ou - passaporte;	CELIA REGINA DE PAES	OK	5520423 , p. 2
--	----------------------	----	--------------------------------

4.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA CESSIONÁRIA:

4.2.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Cessionária e da Pessoa Jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;		Não se aplica	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;		Não se aplica	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.		Não se aplica	

5. CONCLUSÃO:

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ayricer de Oliveira Pequeno, Agente Administrativo**, em 01/06/2020, às 12:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5552929** e o código CRC **1C125DF4**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5552929



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

NOTA TÉCNICA Nº 11335/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.055170/2017-07

Assunto: SOBRESTAMENTO. Transferência Direta. Processo de renovação de outorga em fase de instrução.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Exitus Sistema de Comunicação. (cedente), inscrita no CNPJ sob o nº 03.820.753/0001-31 executante do serviço de radiodifusão sonora de Frequência Modulada, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Mídia Jáú (cessionária), inscrita no CNPJ sob o nº 03.880.030/0001-28.

ANÁLISE

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica nº 7293/2020/SEI-MCTIC (evento SEI nº [5374155](#)) concluiu pelo envio do Ofício nº 13717/2020 (evento SEI nº [5374430](#)), à Entidade, com vistas à complementação da documentação instrutória. Em resposta, por meio do protocolo nº [01250.021963/2020-10](#), a Interessada atendeu integralmente às exigências formuladas conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº [5552929](#)).

3. Em que pese o processo se encontrar regulamente instruído, a execução do serviço público está sendo mantida em caráter precário. Por efeito, é relevante consignar que, com a recente alteração legislativa, materializada pela Lei nº 13.424, de 27 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de março de 2017, a realização da transferência da outorga passou a deter condições de procedibilidade ainda que a mesma esteja sendo mantida em caráter precário, em virtude de seu vencimento. A operação condiciona-se à regular instrução do processo de renovação de outorga. Essa é a inteligência do parágrafo único do art. 2º da suso mencionada norma:

[...]

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

4. Consultado os autos do processo de renovação de outorga de nº [53900.019982/2014-30](#), restou constatado que o mesmo encontra-se em fase de instrução processual, obstando, por conseguinte, o prosseguimento do presente feito.

5. Sobreleva registrar que, em caso análogo aos autos, a Consultoria Jurídica junto a este Ministério, por meio do Nota nº n. 00561/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, manifestou-se nos seguintes termos:

[...]

2. A conclusão exarada pela Secretaria de Radiodifusão quanto ao pleito, como assinalado na já mencionada NOTA TÉCNICA, se deu no sentido do 'deferimento do pedido, devendo o Processo, acompanhado da minuta de portaria, ser encaminhado à Consultoria Jurídica, para manifestação, e posterior submissão do assunto ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para decisão'.

3. Do exame do processo, de fato, constatamos sua regularidade. Contudo, o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão admite a transferência de outorga cujo funcionamento se encontre precário apenas depois de concluída a instrução do processo no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, senão vejamos:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

4. A conclusão da instrução, por sua vez, depende de ato formal do Ministério deferindo o pedido, ou seja, no caso, tratando-se de radiodifusão sonora em frequência modulada, é necessário que se aguarde a edição de portaria renovatória. Não basta apenas a manifestação do órgão técnico, é preciso que se aguarde a posição final desta Pasta. (Grifos nossos).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

6. Dessa forma, faz-se necessário instar a Entidade a adotar as medidas pertinentes para a conclusão do pedido de renovação da localidade de Mineiros do Tietê, para, após, solicitar o andamento dos presentes autos.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pelo SOBRESTAMENTO do presente feito, com remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade para ciência e adoção das medidas necessárias para a conclusão do processo renovatório da localidade objeto do presente pleito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla**, **Analista em Ciência e Tecnologia**, em 01/06/2020, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, **Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 03/06/2020, às 09:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5557898** e o código CRC **BF701ABA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5557898



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações Societárias

OFÍCIO Nº 20334/2020/SEASO/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 07 de abril de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME (CNPJ nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190 - Conjunto 506-B Vila Moreira
07020-001 Guarulhos/SP

Assunto: Transferência Direta. Exigência. Processo nº 01250.055170/2017-07

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 7293/2020/SEI-MCTIC para ciência da decisão deste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 03/06/2020, às 09:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5557919** e o código CRC **0A053297**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5557919



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

05/06/2020 01:29:34

De:

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga <sepos_jur@mctic.gov.br>

Para:

pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@g.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.055170/2017-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5557919.html
Nota_Tecnica_5374155.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/07/2022 | Edição: 127 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 5.579, DE 13 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.019982/2014-30, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.249/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00288/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2015, a permissão outorgada à ÊXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), nos termos da Portaria nº 1.059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado em 24 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mineiros de Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



50 total de registros																									1 - 50	50	Atualizar	Filtrar
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações		
		03820753				(Todos)																						
Ver Estações	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50407074368	P	Comercial	FM	230	SP	Cajati		210		89.9	C		24° 44' 10.00" S	48° 07' 22.00" W	0.3	47		1	2022-12-15 15:08:22		57dbac467c649			
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50401554767	P	Comercial	FM	230	SP	Mineiros do Tietê		231		94.1	B1	Principal	22° 23' 43.26" S	48° 26' 27.74" W	1.1246	51		2	2023-02-13 16:10:06		57dbac49d79b8	Coordenadas pré-fixadas: 2252344; 48W2628		
Ver Estações	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50406251703	P	Comercial	FM	230	SP	Ribeirão Bonito		203		88.5	B1		22° 05' 30.01" S	48° 11' 55.00" W	0.3	56		2	2023-03-14 08:57:01		57dbac4ba6d35			
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50406056684	P	Comercial	FM	230	SP	Rio das Pedras		238		95.5	B1	Principal	22° 48' 2.00" S	47° 35' 17.00" W	0.8348	41		2	2023-04-10 10:50:23		57dbac4c0072d	Coordenadas prefixadas: 2055036; 47W3622		
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50401554848	P	Comercial	FM	230	SP	São Simão		240		95.9	C	Principal	21° 28' 4.00" S	47° 32' 22.00" W	0.014	40		1	2023-03-14 14:50:55		57dbac4d8b2e0			

Id solicitação: 57dbac49d79b8

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN SÃO CARLOS	
Telefone: (11) 2440-6879	E-mail: contato@cacomunicacoes.com.br
CNPJ: 03.820.753/0001-31	Número do Fistel: 50401554767
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/03/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	Complemento: - CONJUNTO 506 B	
Bairro: VILA MOREIRA	Numero: 190	
Município: Guarulhos	UF: SP	CEP: 07020001

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Maestro João Seppe	Complemento: - 16º andar - Conjunto 162 - Ed. Medical Center	
Bairro: Jardim Paraíso	Numero: 900	
Município: São Carlos	UF: SP	CEP: 13561180

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Sítio Vitória	
Bairro: Zona Rural	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Zona Rural	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 231	Frequência: 94.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 1.1246kW
HCI: 51 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23.14.04.33 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Informações Gerais	
Número da Estação: 689693613	Número Indicativo: ZYU939
Data Último Licenciamento: 28/07/2021	Número da Licença: 53500.032247/2021-53

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 23' 43.26" S	Longitude: 48° 26' 27.74" W	Cota da base: 700.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: MAX 3500
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA-A0	Fabricante: RFS - Rádio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 64 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.0 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: AFCA-4-94.1-5	Fabricante: IFTX - IND E COM DE ANTENAS LTDA				
Ganho: 1.8 dBd	Beam-Tilt: 6 °	Orientação NV: 325 °	Polarização: Circular	HCI: 51 m	ERP Máxima: 1.12 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.78	5°: 2.77	10°: 2.77	15°: 2.78	20°: 2.8	25°: 2.83	30°: 2.88	35°: 2.93	40°: 2.99	45°: 3.04	50°: 3.09	55°: 3.13
60°: 3.15	65°: 3.16	70°: 3.16	75°: 3.14	80°: 3.12	85°: 3.09	90°: 3.06	95°: 3.03	100°: 3.01	105°: 2.99	110°: 2.98	115°: 2.97
120°: 2.96	125°: 2.96	130°: 2.96	135°: 2.97	140°: 2.97	145°: 2.98	150°: 2.98	155°: 2.98	160°: 2.99	165°: 2.99	170°: 2.98	175°: 2.98
180°: 2.96	185°: 2.94	190°: 2.91	195°: 2.88	200°: 2.83	205°: 2.79	210°: 2.74	215°: 2.69	220°: 2.66	225°: 2.63	230°: 2.62	235°: 2.62
240°: 2.64	245°: 2.67	250°: 2.72	255°: 2.77	260°: 2.82	265°: 2.88	270°: 2.93	275°: 2.97	280°: 3	285°: 3.03	290°: 3.04	295°: 3.04
300°: 3.04	305°: 3.03	310°: 3.01	315°: 2.99	320°: 2.97	325°: 2.95	330°: 2.92	335°: 2.9	340°: 2.87	345°: 2.84	350°: 2.82	355°: 2.8

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°17'30.97" S Lon 48°26'27.74" W	5°: Lat 22°17'51.28" S Lon 48°25'54.46" W	10°: Lat 22°17'55.31" S Lon 48°2'5'21.43" W	15°: Lat 22°18'38.62" S Lon 48°2'4'59.51" W	20°: Lat 22°18'42.43" S Lon 48°2'4'59.51" W	25°: Lat 22°22'19'1.71" S Lon 48°2'4'59.51" W	30°: Lat 22°18'53.68" S Lon 48°2'3'27.04" W	35°: Lat 22°19'28.77" S Lon 48°2'3'15.13" W	40°: Lat 22°19'56.16" S Lon 48°2'3'15.13" W	45°: Lat 22°20'37.11" S Lon 48°2'3'15.13" W	50°: Lat 22°22'01.13" S Lon 48°2'3'15.13" W	55°: Lat 22°22'21.408" S Lon 48°2'3'15.13" W
60°: Lat 22°21'38.72" S Lon 48°2'2'34.59" W	65°: Lat 22°22'26.01" S Lon 48°2'22'42.32" W	70°: Lat 22°22'26.17" S Lon 48°2'2'38.83" W	75°: Lat 22°22'58.43" S Lon 48°2'3'26.92" W	80°: Lat 22°23'13.17" S Lon 48°2'3'23.38" W	85°: Lat 22°23'28.14" S Lon 48°2'3'21.24" W	90°: Lat 22°23'43.23" S Lon 48°2'3'35.91" W	95°: Lat 22°23'55.44" S Lon 48°2'3'48.23" W	100°: Lat 22°24'12.47" S Lon 48°2'3'28.41" W	105°: Lat 22°24'25.58" S Lon 48°2'3'36.79" W	110°: Lat 22°25'19.7" S Lon 48°2'4'48.21" W	115°: Lat 22°26'20.48" S Lon 48°2'4'48.21" W
120°: Lat 22°22'27.58" S Lon 48°20'7.78" W	125°: Lat 22°27'43.88" S Lon 48°2'0'15.71" W	130°: Lat 22°22'28'6.85" S Lon 48°2'20'47.68" W	135°: Lat 22°27'53.03" S Lon 48°2'1'57.39" W	140°: Lat 22°22'28'2.97" S Lon 48°2'22'31.88" W	145°: Lat 22°29'19.24" S Lon 48°2'2'13.08" W	150°: Lat 22°29'17.96" S Lon 48°2'2'58.58" W	155°: Lat 22°29'59.32" S Lon 48°2'3'17.92" W	160°: Lat 22°30'44.38" S Lon 48°2'3'41.82" W	165°: Lat 22°30'33.24" S Lon 48°2'4'28.83" W	170°: Lat 22°22'31'37.3" S Lon 48°2'4'57.25" W	175°: Lat 22°30'31.92" S Lon 48°2'5'49.04" W
180°: Lat 22°22'31'1.94" S Lon 48°26'27.74" W	185°: Lat 22°22'31'9.72" S Lon 48°27'10.03" W	190°: Lat 22°30'59.94" S Lon 48°28'27'51.1" W	195°: Lat 22°22'31'0.72" S Lon 48°28'34.64" W	200°: Lat 22°22'31'2.2" S Lon 48°28'29'20.7" W	205°: Lat 22°22'30'33.7" S Lon 48°29'54.93" W	210°: Lat 22°30'11.33" S Lon 48°30'30.3" W	215°: Lat 22°29'27.01" S Lon 48°30'48.3" W	220°: Lat 22°28'57.44" S Lon 48°31'13.12" W	225°: Lat 22°28'29.9" S Lon 48°31'38.03" W	230°: Lat 22°27'54.67" S Lon 48°31'52.08" W	235°: Lat 22°27'22.14" S Lon 48°32'6.13" W
240°: Lat 22°26'42.19" S Lon 48°32'3.25" W	245°: Lat 22°22'26'6.47" S Lon 48°32'0.23" W	250°: Lat 22°25'32.66" S Lon 48°31'53.17" W	255°: Lat 22°22'25'8.47" S Lon 48°32'12.15" W	260°: Lat 22°24'48.59" S Lon 48°33'9.39" W	265°: Lat 22°24'15.98" S Lon 48°33'14" W	270°: Lat 22°23'43.09" S Lon 48°34'46.31" W	275°: Lat 22°22'23'3.58" S Lon 48°34'35.7" W	280°: Lat 22°22'22.76" S Lon 48°34'40.18" W	285°: Lat 22°21'50.77" S Lon 48°34'0.99" W	290°: Lat 22°21'21.18" S Lon 48°32'9.38" W	295°: Lat 22°20'49.75" S Lon 48°33'9.73" W
300°: Lat 22°20'15.64" S Lon 48°32'56.27" W	305°: Lat 22°19'23.34" S Lon 48°33'8.8" W	310°: Lat 22°18'30.66" S Lon 48°33'10.25" W	315°: Lat 22°17'29.21" S Lon 48°33'11.85" W	320°: Lat 22°17'12.61" S Lon 48°33'2'21.91" W	325°: Lat 22°17'24.42" S Lon 48°33'1'14.38" W	330°: Lat 22°17'15.09" S Lon 48°33'0'29.92" W	335°: Lat 22°17'1.35" S Lon 48°33'0'29.50" W	340°: Lat 22°16'59.92" S Lon 48°33'0'19.84" W	345°: Lat 22°17'16.16" S Lon 48°33'0'17.40" W	350°: Lat 22°17'22.61" S Lon 48°33'0'17.40" W	355°: Lat 22°17'18.21" S Lon 48°33'0'17.40" W

Distância por radial											
0°: 11.5	5°: 10.9	10°: 10.9	15°: 9.7	20°: 9.9	25°: 9.6	30°: 10.3	35°: 9.6	40°: 9.2	45°: 8.1	50°: 7.8	55°: 8.6



60º: 7.7	65º: 7.1	70º: 7	75º: 5.3	80º: 5.3	85º: 5.3	90º: 4.9	95º: 4.3	100º: 5.2	105º: 5.1	110º: 8.7	115º: 11.5
120º: 12.5	125º: 13	130º: 12.7	135º: 10.9	140º: 10.5	145º: 12.7	150º: 11.9	155º: 12.8	160º: 13.8	165º: 13.1	170º: 14.9	175º: 12.7
180º: 13.5	185º: 13.8	190º: 13.7	195º: 14	200º: 14.4	205º: 14	210º: 13.8	215º: 13	220º: 12.7	225º: 12.5	230º: 12.1	235º: 11.8
240º: 11.1	245º: 10.5	250º: 9.9	255º: 10.2	260º: 11.6	265º: 11.6	270º: 12.5	275º: 14	280º: 14.3	285º: 13.4	290º: 12.8	295º: 12.7
300º: 12.8	305º: 14	310º: 15	315º: 16.3	320º: 15.7	325º: 14.3	330º: 13.8	335º: 13.7	340º: 13.3	345º: 12.4	350º: 11.9	355º: 11.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 017270902131						Modelo: PJ700C-LCD					
Fabricante: RVR Elettronica SLR (Bo)						Potência de Operação: 0.5 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 1.12 kW
RDS					
Código PI: C5B9					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1059	Portaria	MC	26/06/2002	01/07/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	645	Portaria	MC	15/08/2007	19/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Decreto Legislativo	CN	23/08/2004	24/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67551	Ato	CMPRL	04/10/2007	05/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	226	Despacho	MC	05/10/2009		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	278	Portaria	MC	31/10/2009	23/01/2009	Multa	Jurídico
9999	128	Despacho	ORLE	12/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico
53504.011316/2013-45	5791	Portaria	MC	05/10/2017	09/10/2017	Multa	Técnico
53500.076869/2017-15	13048	Ato	ORLE	16/10/2017	13/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53504004437201764	5722	Portaria	MC	10/11/2019	29/11/2019	Multa	Jurídico
53500.054439/2019-04	432	Ato	ORLE	25/01/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900019982201430	5579	Portaria	MC	13/05/2022	07/07/2022	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento											
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



--



1309-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000002/2011-SP

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA - CNPJ: 03.820.753/0001-31		Nº DA ENTIDADE 50401554767	
Nº DA ESTAÇÃO 689693613	SERVIÇO Rádiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV. *****	LATITUDE 22S234500
		LONGITUDE 48W262600	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO ESTRADA DEP. AMAURI BARROSO DE SOUZA - KM 276 S/N	DISTRITO *****
BAIRRO SÍTIO VITÓRIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
	UF SP

NOME FANTASIA : *****	FREQUÊNCIA : 88,5 MHz
CIDADE DA OUTORGA : Mineiros do Tietê/SP	CLASSE : C
CANAL : 203	
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYU939	
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 00:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.	
ESTÚDIO PRINCIPAL	
ENDEREÇO : ESTRADA DEP. AMAURI BARROSO DE SOUZA - KM 276 S/N	LOCALIDADE : *****
	UF : SP
MUNICÍPIO : Mineiros do Tietê	LOCALIDADE : *****
ESTÚDIO AUXILIAR	UF : *****
ENDEREÇO : *****	MODELO : PJ700C-LCD
MUNICÍPIO : RVR Elettronica SLR (Bo)	POTÊNCIA : 0,100 KW
TRANSMISSOR PRINCIPAL	MODELO : *****
CÓDIGO : 1727092131	POTÊNCIA : ***** KW
TRANSMISSOR AUXILIAR	
CÓDIGO : *****	
ANTENA PRINCIPAL	MODELO : FMB-02
FABRICANTE : ANDREW INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA	GANHO : -0.09 dBd
POLARIZAÇÃO : Circular	BEAM TILT : 0.00 graus
DESCRIÇÃO : OMNIDIRECIONAL	ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 57.0 m
ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV : 0°	
ANTENA AUXILIAR	MODELO : *****
FABRICANTE : *****	GANHO : ***** dBd
POLARIZAÇÃO : *****	
DESCRIÇÃO : *****	
ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV : *****	ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : ***** m
BEAM TILT : ***** graus	COTA BASE DA TORRE : 700.00 m

IMPRESSA EM 21/09/2011

OBSERVAÇÕES

03.820.753/0001-31

Licenciada Em

16/08/2011 23/03/2015

VÁLIDA ATÉ

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

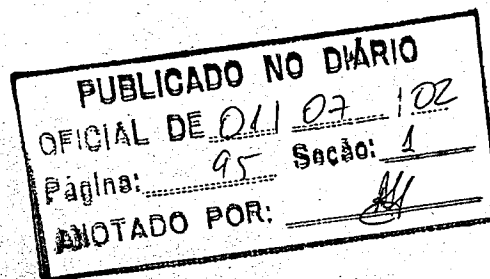
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica - Substituto



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1059, DE 26 DE JUNHO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000605/2000, Concorrência nº 107/2000-SSR/MC, resolve:

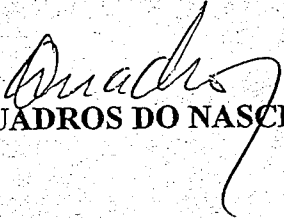
Art. 1º Outorgar permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 683, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à CANABARRA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 337, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Canabarra Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 684, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Milagres, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.070, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Milagres, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 685, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SALGADINHO - PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 793, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Salgadinho - PB a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 686, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.059, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 687, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS COMUNICADORES DE OURÉM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 569, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Associação dos Amigos Comunicadores de Ourém a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 688, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO UTILIDADES DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 573, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Radiodifusão Utilidades de Integração Comunitária a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 689, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MARAVILHA - ALAGOAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.975, de 1º de outubro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Maravilha - Alagoas a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 690, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO NELSON CASTILHO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 780, de 15 de maio de 2002, que outorga permissão à Fundação Nelson Castilho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Goianópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 691, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO ALTO PARANAÍBA - FUNALTOPAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 522, de 2 de abril de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Alto Paranaíba - FUNALTOPAR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 692, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA CENTRO OESTE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.211, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão ao Sistema Centro Oeste de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 693, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO AQUARELA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Realiza, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.486, de 2 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Aquarela FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Realiza, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal





BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **riciele.mc - Riciele Milani** Data: **19/04/2023** Hora: **14:54:06**





BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **riciele.mc - Riciele Milani** Data: **19/04/2023** Hora: **14:54:19**





BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	CELIA REGINA DE PAES

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **riciele.mc - Riciele Milani** Data: **19/04/2023** Hora: **14:54:45**





BOA TARDE
Riclele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	CELIA REGINA DE PAES

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **riciele.mc - Riclele Milani** Data: **19/04/2023** Hora: **14:54:59**





BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **riciele.mc - Riciele Milani** Data: **19/04/2023** Hora: **14:55:20**





BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **riciele.mc - Riciele Milani** Data: **19/04/2023** Hora: **14:55:37**





BOA TARDE
Riclele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		Nome Sócio/Diretor									
Nome Sócio/Diretor:		JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Votorantim

Usuário: riclele.mc - Riclele Milani

Data: 19/04/2023

Hora: 14:56:23

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.820.753/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2000
NOME EMPRESARIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EXITUS FM STEREO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJUNTO 506-B
CEP 07.020-001	BAIRRO/DISTRITO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO pabi-contabil@pabi.com.br		TELEFONE (11) 2440-6879/ (11) 2440-6879
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/04/2023** às **14:39:43** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.820.753/0001-31
NOME EMPRESARIAL:	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/04/2023 às 14:40 (data e hora de Brasília).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:10:09 do dia 07/11/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/05/2023.

Código de controle da certidão: **D418.0DA6.6A51.643D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23040534181-20

Data e hora da emissão 19/04/2023 14:43:17

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:47:07 do dia 19/04/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/05/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/4c395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.820.753/0001-31
Razão Social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
Endereço: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 200 CONJ 508 / VILA MOREIRA / GUARULHOS / SP / 07020-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/04/2023 a 30/04/2023

Certificação Número: 2023040101025253333615

Informação obtida em 19/04/2023 14:44:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/a395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certidão nº: 16447282/2023

Expedição: 19/04/2023, às 14:45:25

Validade: 16/10/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.820.753/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



19/04/2023

0065531970

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1023224**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 18/04/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

MIDIA JAU EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ: 03.880.030/0001-28, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 19 de abril de 2023.

PEDIDO Nº:

0065531970



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BISMARAJR@GMAIL.COM	TELEFONE (15) 9701-2212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/04/2023** às **14:41:33** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.880.030/0001-28
NOME EMPRESARIAL:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CELIA REGINA DE PAES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/04/2023 às 14:42 (data e hora de Brasília).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:48:41 do dia 30/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/05/2023.

Código de controle da certidão: **698E.020F.FE68.2935**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23040534166-91

Data e hora da emissão 19/04/2023 14:42:50

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



CNPJ: **03.880.030/0001-28**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:46:51 do dia 19/04/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3)

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.880.030/0001-28
Razão Social: ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Endereço: RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/04/2023 a 30/04/2023

Certificação Número: 2023040101034076578903

Informação obtida em 19/04/2023 14:44:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Certidão nº: 16447139/2023

Expedição: 19/04/2023, às 14:44:58

Validade: 16/10/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.880.030/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cn dt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35215905660	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 19/05/2000	INÍCIO DAS ATIVIDADES 15/05/2000	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)			
C.N.P.J. 03.820.753/0001-31	ENDEREÇO RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON			NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJ. 506-B		
BAIRRO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS		UF SP	CEP 07020-001	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 120.000,00	

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE ATIVIDADES DE TELEVISÃO

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR							
ENDEREÇO ALAMEDA MERCURIO				NÚMERO 240	COMPLEMENTO		
BAIRRO ARUJA HILLS I	MUNICÍPIO ARUJA			UF SP	CEP 07400-000	RG 12163402	
CPF 095.329.748-90	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 60.000,00	

SÓCIO, DIRETOR GERENTE E ADMINISTRADOR							
NOME TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA							
ENDEREÇO RUA CINQUENTA E HUM				NÚMERO 151	COMPLEMENTO		
BAIRRO PARQUE CONTINENTAL	MUNICÍPIO GUARULHOS			UF SP	CEP 07084-156	RG 303675251	
CPF 213.105.638-96	CARGO SÓCIO, DIRETOR GERENTE E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 60.000,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 29/05/2015	NÚMERO 756.614/15-6	
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME).		





documento
assinado
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 202625189, quarta-feira, 19 de abril de 2023 às 14:35:43.





CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35230691578	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 09/08/2017	INÍCIO DAS ATIVIDADES 14/06/2000	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA					TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J. 03.880.030/0001-28		ENDEREÇO ESTRADA DEP AMAURI BARROSO DE SOUZA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276		
BAIRRO SITIO VITORIA		MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE	UF SP	CEP 12500-000	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 30.000,00	

OBJETO SOCIAL
OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE CRIAÇÃO DE ESTANDES PARA FEIRAS E EXPOSIÇÕES CONSULTORIA EM PUBLICIDADE MARKETING DIRETO PROMOÇÃO DE VENDAS EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

SÓCIO					
NOME CELIA REGINA DE PAES					
ENDEREÇO R TUIUTI			NÚMERO 67	COMPLEMENTO	
BAIRRO VL ADONIAS	MUNICÍPIO SOROCABA		UF SP	CEP 18035-340	RG 23160192X
CPF 099.177.758-11	CARGO SÓCIO				QUANTIDADE COTAS 300,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR					
ENDEREÇO R RIACHUELO			NÚMERO 410	COMPLEMENTO	
BAIRRO VL ADONIAS	MUNICÍPIO SOROCABA		UF SP	CEP 18035-330	RG 186666263
CPF 077.182.158-14	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 29.700,00

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO	

DATA	NÚMERO	
09/08/2017		
TRANSFORMADA DE SOCIEDADE CIVIL. REGISTRADA ANTERIORMENTE SOB N. 3278 EM 14/06/2000 NO 1 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS DE SOROCABA/SP. DENOMINACAO ANTERIOR ALCANCE EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35230691578
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 19/04/2023



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 202625508, quarta-feira, 19 de abril de 2023 às 14:36:43.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5895/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda**, inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 11335/2020/SEI-MCTIC que concluiu pelo sobrestamento dos autos, em razão do pedido de renovação da outorga encontrar-se em fase de instrução. Todavia, considerando a publicação da Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, por intermédio do qual renovou, a partir de 23 de março de 2015, a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, o pedido formulado nos presentes autos passa a ter condições de prosseguimento (SUPER 10796355).

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

5. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

5.1. RELATIVO À CEDENTE E À CESSIONÁRIA:

a) Declarações, que deverão vir assinadas pelo representante legal da empresa cessionária, de que:

- a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Justificativa: declarações apresentadas foram firmadas pela Srª Eliza Marques dos Santos Abdul Nour, administradora da Cedente, sendo que deverão ser firmadas pelo administrador da Cessionária, Sr. José



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Rubens Bismara Júnior.

Obs.: caso haja o envio de documento assinado de forma digital, deverá ser encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

5.2. RELATIVOS À MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA:

a) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: documento acostado aos autos é relativo ao exercício 2019, sendo exigível o exercício 2022.

Obs.: o documento deverá ser firmado fisicamente tanto pelo representante legal da sociedade quanto pelo contador responsável.

6. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados nos parágrafos 5.1 e 5.2, na forma do art. 27, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 20/04/2023, às 14:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 20/04/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10866174** e o código CRC **491C0EA4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10866174



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 10320/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira
CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP
(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 5895/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada, em 20/04/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10866281** e o código CRC **477CAEB2**.

Anexos:



Nota Técnica 5895 (10866174)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

- Formulário (10866286)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10866281



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 10321/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)
Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória
CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP
(E-mail de contato informado: bismarajr@gmail.com)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 5895/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada, em 20/04/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10866284** e o código CRC **082A09E0**.

Anexos:



Nota Técnica 5895 (10866174)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

- Formulário (10866286)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10866284



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:			
Endereço da sede:			
CEP da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço executado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:		UF:	
Número do Fistel:		Canal:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Eu, _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente)
acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424,
de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA
DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica
cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a
documentação constante do ANEXO deste formulário.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cedente



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	
CNPJ:	
Endereço da sede:	
CEP da sede:	
E-mail de contato:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;



- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cessionária

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES	<p>(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de</p>



DA CESSIONÁRIA	reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE	<p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada:</u></p> <p>a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), <u>atualizada</u>, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;</p> <p>b) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>nome da sócia da entidade</i>), de que:</p> <p>b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>b.2) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e</p> <p>b.3) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</p> <p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Anônima:</u></p> <p>a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;</p> <p>b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;</p> <p>c) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>sócia da entidade</i>), de que:</p>



c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

c.2) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

a.1) No mínimo, setenta por cento dos membros da pessoa jurídica são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.3) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I,



alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

ATENÇÃO:

- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.



Data de Envio:

21/04/2023 14:50:37

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:

pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@g.com.br
contato@cacomunicacoes.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

OFÍCIO Nº 10320/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

EXTUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)

Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira

CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP

(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 5895/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão



as Comunicações

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10866281.html

Nota_Tecnica_10866174.html

Formulario_10866286_REQUERIMENTO_DE_TRANSFERENCIA_DIRETA_2023.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

21/04/2023 14:59:48

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
bismarajr@gmail.com

Assunto:
Envio de correspondência oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:
OFÍCIO Nº 10321/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)

Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória

CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP

(E-mail de contato informado: bismarajr@gmail.com)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 5895/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério das Comunicações



automática, favor não responder.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10866284.html

Nota_Tecnica_10866174.html

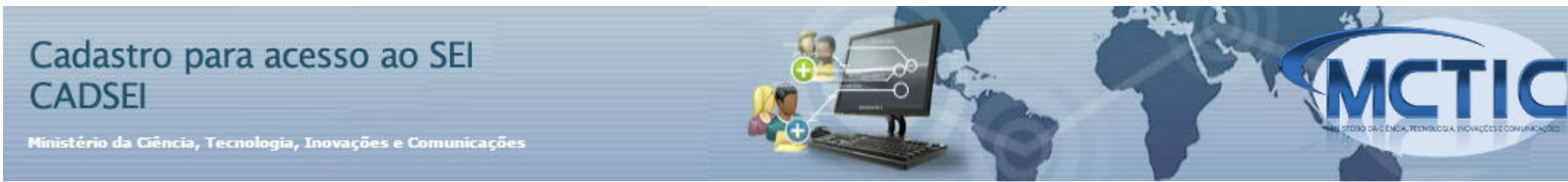
Formulario_10866286_REQUERIMENTO_DE_TRANSFERENCIA_DIRETA_2023.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



DILMA MACEDO DA COSTA

Relatório

Consultar

Sair

Pessoa física

Pessoa jurídica

Informações da pessoa jurídica

CNPJ:

03.820.753/0001-31

Nome comercial:

EXITUS FM STEREO

Razão social:

EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

Ano de constituição:

2000

Quantidade de empregados:

Capital social:

120.000,00

Tipo de serviço

☐ Retransmissora de TV – RTV

☐ Televisão Digital – TVD

☒ Radiodifusão Comercial

☐ Radiodifusão Comunitária

☐ Radiodifusão Educativa

☐ Consignações da União

☐ Fiscalização

☐ Serviços Postais

☐ Governança de empresas vinculadas

☐ Solicitações Diversas

☐ Atendimento ao Público

☐ Ouvidoria

☐ GESAC

☐ Telecentros

☐ Cidades Digitais

☐ Telecomunicações

☐ Radiodifusão sonora em frequência modulada

☐ Radiodifusão sonora em ondas curtas

☐ Radiodifusão de sons e imagens

☐ Canal da cidadania

☐ Radiodifusão sonora em ondas médias

☐ Radiodifusão sonora em ondas tropicais

☐ Retransmissão de televisão

☐ Pronatec Comunicações

☐ Centros de Recondic. Computadores – CRC

☐ Inclusão digital para juventude rural

☐ Redes Digitais da Cidadania

☐ Conteúdos Digitais Criativos

☐ Radiodifusão Digital (TVD/RTVD)

☐ Tecnologia da informação e comunicações

☐ Solicitação Fornecedores

☐ Recursos Humanos

☐ Gestão de Pessoas

☐ Desenvolvimento de Pessoas

☐ Organização Institucional

☐ Solicitações FUNTTEL

☐ Radiodifusão Ancilar (RTV)

☐ CTNBio: Solicitações Diversas

☐ Vista de Processos ou Documentos

☐ Lei de Informática

☐ Fomento a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

☐ Indicações de Representantes

☐ Atividades Jurídicas

☐ Convites

☐ Recomendações

☐ Legislações

☐ Transferências Voluntárias

☐ Recursos

Pesquisa

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
gov.br/CADSEIWeb/pages/visualizar-cadastro-pessoajuridica.jsf
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

- ☐ Fundos Setoriais
- ☐ Indicações de Representantes
- ☐ Atividades Jurídicas
- ☐ Convites
- ☐ Recomendações
- ☐ Legislações
- ☐ Transferências Voluntárias
- ☐ Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em C&T: Implantação
- ☐ Recursos
- ☐ Pesquisa
- ☐ Fundos Setoriais
- ☐ PADIS
- ☐ Tecnologias da Informação e Comunicação
- ☐ PRODOC
- ☐ Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)
- ☐ Liberação Comercial
- ☐ Liberação Planejada no Meio Ambiente
- ☐ Organismos Geneticamente Modificados (OGM)
- ☐ Innovation Management Process – IMP
- ☐ Indicadores Setoriais
- ☐ Torre MCTI

Endereço da Sede

Endereço da Sede:

SILVESTRE VASCONCELOS CALMON

Nº190

Bairro/Distrito/Setor:

VILA MOREIRA

UF:

SP

Município:

GUARULHOS

Representante legal

CPF:

095.329.748-90

Representante legal:

eliza marques dos santos abdul nour

RG:

12163402

Órgão expedidor:

ssp

Comunicação oficial

Telefone:

11-24406879

Endereço para correspondência:

RUA DR GURGEL, 102 – SALA 17

UF:

SP

Município:

PRESIDENTE PRUDENTE

CEP:

19010020

Bairro:

CENTRO

E-mail principal:

pabi-contabil@pabi.com.br

E-mail adicional 1:

samir.nour@ig.com.br

E-mail adicional 2:

pabi-contabil@pabi.com.br

E-mail adicional 3:

E-mail adicional 4:

Voltar



DILMA MACEDO DA COSTA

Relatório

Consultar

Sair

Consultar cadastros

CPF ou CNPJ:

Pessoa física/Jurídica

Situação:

Selecione

Serviços:

Selecione

Razão social:

CNPJ:

03.880.030/0001-28

UF:

Selecione

Pesquisar

	10			1 / 1		
	Ações	CNPJ	Razão Social		Data de cadastro	
Não há dados cadastrados						
	10			1 / 1		



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.820.753/0001-31 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/05/2000</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EXITUS FM STEREO</div>		<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO R SILVESTRE VASCONCELOS CALMON</div>	<div>NÚMERO 190</div>	<div>COMPLEMENTO CONJUNTO 506-B</div>	
<div>CEP 07.020-001</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO VILA MOREIRA</div>	<div>MUNICÍPIO GUARULHOS</div>	<div>UF SP</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO pabi-contabil@pabi.com.br</div>		<div>TELEFONE (11) 2440-6879/ (11) 2440-6879</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/06/2023 às 09:27:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.820.753/0001-31
NOME EMPRESARIAL:	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 28/06/2023 às 09:28 (data e hora de Brasília).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:21:27 do dia 28/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/12/2023.

Código de controle da certidão: **0F0C.1ED1.32D9.C40C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:34:29 do dia 28/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.820.753/0001-31
Razão Social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
Endereço: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 200 CONJ 508 / VILA MOREIRA / GUARULHOS / SP / 07020-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/06/2023 a 15/07/2023

Certificação Número: 2023061601171894550705

Informação obtida em 28/06/2023 09:37:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certidão nº: 30553355/2023

Expedição: 28/06/2023, às 09:38:48

Validade: 25/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.820.753/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BISMARAJR@GMAIL.COM	TELEFONE (15) 9701-2212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/06/2023 às 09:41:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.880.030/0001-28
NOME EMPRESARIAL:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CELIA REGINA DE PAES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 28/06/2023 às 09:41 (data e hora de Brasília).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:42:19 do dia 28/06/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/12/2023.

Código de controle da certidão: **DD69.0201.4A8F.E11F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



CNPJ: **03.880.030/0001-28**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 09:43:43 do dia 28/06/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.880.030/0001-28
Razão Social: ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Endereço: RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/06/2023 a 15/07/2023

Certificação Número: 2023061601182496672890

Informação obtida em 28/06/2023 09:45:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Certidão nº: 30564024/2023

Expedição: 28/06/2023, às 10:08:44

Validade: 25/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.880.030/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE

David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa**
 Data: **28/06/2023**
 Hora: **13:34:29**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

BOA TARDE
David Jose Cabral Ferreira da CostaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa

Data: 28/06/2023

Hora: 13:34:45

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



BOA TARDE

David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Celia Regina de Paes
.	
Não foi encontrado dados com essa informação	

Usuário: davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa Data: 28/06/2023 Hora: 13:36:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE
David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet tela | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Celia Regina de Paes

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa**

Data: **28/06/2023**

Hora: **13:36:57**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE

David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa

Data: 28/06/2023

Hora: 13:38:03

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE

David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **davidj.colab** - David Jose Cabral Ferreira da Costa

Data: **28/06/2023**

Hora: **13:38:20**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

BOA TARDE
David Jose Cabral Ferreira da CostaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 077.182.158-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba

Usuário: davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa

Data: 28/06/2023

Hora: 13:39:48



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir


Exportar Excel

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://trilog-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por: DAVID JOSE CABRAL FERREIRA DA COSTA

Data/Hora: 11/07/2023 16:42:17

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade:

EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

Nº FISTEL:

50401554767

Serviço:

230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF:

03820753000131

Situação:

Ativa

Data Validade:

23/03/2015

+ CADIN:

Não

Incide FUST:

Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa:

Não

Tipo Usuário:

+ UF:

SP

Proc. Caducidade:

Não

End. Sede:

RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 190 - - CONJUNTO 506 B

Bairro:

VILA MOREIRA

Município:

Guarulhos

CEP:

07020-001

UF:

SP

End. Corresp.:

Rua Maestro João Seppe 900 - 16º andar - Conjunto 162 - Ed. Medical Center

Bairro:

Jardim Paraíso

Município:

São Carlos

CEP:

13561-180


UF:

SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2004	25/10/2004	43.474,41	22/10/2004	43.474,41	43.474,41	0001	Quitado	0,00
6530	0	2006	13/07/2007	43.474,41	13/07/2007	43.474,41	43.474,41	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	17/11/2007	140,00	27/05/2009	178,30	178,30	0003	Quitado	0,00
1660	0	2009	09/03/2009	631,05	23/03/2012	631,05	631,05	0004	Quitado - DOU	0,00
8766 - TFI	1	2011	15/09/2011	1.000,00	08/09/2011	1.000,00	1.000,00	0005	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 330,00	23/03/2012	330,00	330,00	0006	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 50,00	23/03/2012	50,00	50,00	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 330,00	19/03/2013	330,00	330,00	0008	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 50,00	19/03/2013	50,00	50,00	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 330,00	31/03/2014	330,00	330,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 50,00	31/03/2014	50,00	50,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	26/03/2015	330,00	330,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	26/03/2015	50,00	50,00	0013	Quitado	0,00
1889	0	2014	28/05/2015	R\$ 540,00	19/05/2015	540,00	540,00	0014	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	22/03/2016	330,00	330,00	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	22/03/2016	50,00	50,00	0016	Quitado	0,00
1555	0	2016	19/08/2016	R\$ 4.174,18	15/08/2016	4.174,18	4.174,18	0017	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	04/04/2017	337,66	337,66	0018	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	04/04/2017	51,16	51,16	0019	Quitado	0,00
1660	0	2017	03/12/2017	4.934,86	04/12/2017	4.934,86	4.934,86	0020	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	23/12/2017	R\$ 200,00	23/11/2017	200,00	200,00	0021	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	05/07/2018	406,04	406,04	0022	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	05/07/2018	61,52	61,52	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	04/12/2019	824,47	824,47	0024	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	04/12/2019	124,92	124,92	0025	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2019	16/01/2020	R\$ 196,49	22/01/2020	201,68	200,38	0026	Quitado	0,00
9445	0	2019		0,00	22/01/2020	1,30	0,00	0027	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	30/10/2020	798,32	798,32	0030	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	30/10/2020	120,96	120,96	0031	Quitado	0,00
	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	30/03/2021	660,00	660,00	0032	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true
https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

1/2

4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	30/03/2021	100,00	100,00	0033	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2021	23/08/2021	R\$ 2.000,00	23/07/2021	2.000,00	2.000,00	0034	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 660,00	31/03/2022	660,00	660,00	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 100,00	31/03/2022	100,00	100,00	0036	Quitado	0,00
1660	0	2019	17/12/2022	R\$ 4.376,10	30/11/2022	4.376,10	4.376,10	0037	Quitado - RN	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	30/03/2023	660,00	660,00	0038	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	30/03/2023	100,00	100,00	0039	Quitado	0,00
Total devido em 11/07/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 11/07/2023 (em reais):										1,30

Legenda do Campo Situação										
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo) RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo) RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado RJ - Lançamento com Recurso Judicial RN - Lançamento com Recurso Denegado DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União CD - Lançamento Inscrito no CADIN DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa E - Lançamento em Execução Judicial SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006 MO - Multa de Ofício LO - Lançamento de Ofício P - Parcelamento: Lançamento Parcelado PA - Parcelamento: Parcela BF - Benefício Fiscal										

Data de Envio:

11/07/2023 17:20:53

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Transferência Direta - Processo nº 01250.055170/2017-07

Mensagem:

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de:

(i) condenação de cassação da outorga deferida à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo; e,

(ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Obs.: a resposta deverá ser encaminhada para o e-mail david.costa@mcom.gov.br;
coato@mcom.gov.br;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

RE: Transferência Direta - Processo nº 01250.055170/2017-07

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Qui, 13/07/2023 10:59

Para: COATO <coato@mcom.gov.br>; David Jose Cabral Ferreira da Costa <david.costa@mcom.gov.br>

Cc: Karina César da Silveira Santos Menezes <karina.menezes@mcom.gov.br>; Rebecca Rackell Oliveira Q. de Araújo Linhares Martins <rebecca.martins@mcom.gov.br>

Senhor (a),

Informa-se que, apesar da emissora de Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, responder aos processos nº 53504004437/2017 e 53504011316/2013, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 11 de julho de 2023 17:20

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Transferência Direta - Processo nº 01250.055170/2017-07

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de:

(i) condenação de cassação da outorga deferida à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo; e,

(ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Obs.: a resposta deverá ser encaminhada para o e-mail david.costa@mcom.gov.br; coato@mcom.gov.br;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/inbox/id/AAQkAGM2NzU3NWQwLTQzMjU0NDIxZS1jNGY0LWFhMTk4MTY4NDIxNQAAQAJokHALScXhAhCej...
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Evite erros e lentidão ao validar seus documentos.

CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS

O VALIDAR é um serviço de validação de assinaturas eletrônicas que unifica e substitui outros dois portais de serviços que eram oferecidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI): o www.assinaturadigital.iti.gov.br e o www.verificador.iti.gov.br.

Em conformidade com a MP 2.200-2 e Lei nº 14.063/20, o serviço visa validar assinaturas eletrônicas qualificadas quanto à integridade e autoria, em documentos assinados digitalmente por certificado emitido no âmbito da ICP-Brasil e por outras infraestruturas reconhecidas de formas oficial no Brasil, como a assinatura avançada produzida no âmbito do portal Gov.br. Este serviço também inclui a validação de assinaturas eletrônicas providas por infraestruturas de chaves públicas nacionais de outros países.

Nenhuma informação ou arquivo são armazenados nos ambientes operacionais do ITI. Os resultados da validação limitam-se exclusivamente a identificar o titular do certificado digital utilizado e confirmar se o documento assinado não sofreu nenhuma adulteração após a assinatura.

QR Code: Só serão submetidos QR Codes de documentos assinados
URL: Ex: <https://www.mypdf.com>"

Ler QR code

Escolher arquivo

Arquivo escolhido:
Balanco_Midia_Jau.pdf

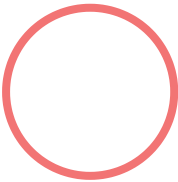
☐ Assinatura Destacada

Colar URL

☒

Estou de acordo com os [termo de uso e política de privacidade](#)

Validar



Aviso

Você submeteu um documento sem assinatura reconhecível ou com assinatura corrompida.

OK

[Saiba o que fazer](#)



[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: Mineiros do Tietê

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	Mineiros do Tietê	23/03/2005	23/03/2015

Usuário: - Data: 15/10/2014 Hora: 17:40:33

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11402/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda.** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.**, inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

4.1. RELATIVOS À CESSIONÁRIA (MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA):

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: a exigência acima se faz necessária visto que o documento encaminhado pela entidade fora assinado de forma digital, entretanto, sem a devida certificação digital que garanta a autenticidade do subscritor/contador André Luis Feitosa. Registra-se que não foi possível realizar a validação da assinatura digital (conforme comprovação no SUPER 11015264).

Obs.: o documento poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

5. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4.1, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **David Jose Cabral Ferreira da Costa**, Técnico de Nível Superior, em 19/07/2023, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11017627** e o código CRC **13C38245**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11017627



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 20608/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira
CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP
(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 11402/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,

*Documento assinado por delegação da Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada, na forma da Portaria MCOM n.º 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. do dia 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **David Jose Cabral Ferreira da Costa**, Técnico de Nível Superior, em 19/07/2023, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11017838** e o código CRC **FE62BED0**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

- Nota Técnica 11402 (11017627)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 20609/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)
Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória
CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP
(E-mail de contato informado: bismarajr@gmail.com)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 11402/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,

*Documento assinado por delegação da Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada, na forma da Portaria MCOM n.º 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. do dia 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **David Jose Cabral Ferreira da Costa**, Técnico de Nível Superior, em 19/07/2023, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11017840** e o código CRC **9D339FF3**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

- Nota Técnica 11402 (11017627)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

19/07/2023 12:12:00

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
contato@cacomunicacoes.com.br
pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@ig.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 01250.055170/2017-07
INTERESSADA: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Nota_Tecnica_11017627.html
Oficio_11017838.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

19/07/2023 12:19:30

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
bismarajr@gmail.com

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº:01250.055170/2017-07
INTERESSADA: MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Nota_Tecnica_11017627.html
Oficio_11017840.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo nº 01250.055170/2017-07	
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.820.753/0001-31
Entidade cessionária: Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.880.030/0001-28
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Fistel nº: 50401554767
Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Situação da Outorga: vincenda (SUPER 10796355)	
Processo de renovação nº 53900.019982/2014-30	Período: 23.03.2015 a 23.03.2025

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>;</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>;</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>;</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>;</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>;</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>;</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>.</p>	OK	SUPER 10914864
b) Licença de funcionamento	OK	SUPER 10865947
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SUPER 10986255
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão ;	NÃO	SUPER 11006531
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira .	NÃO SE APLICA	

RELATIVOS À CEDENTE			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	01/02 SUPER 10985695
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal <u>da sede da entidade</u> , ou outra equivalente, na forma da	OK	Federal: 03 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	Estadual: 04 SUPER 10866034 Validade: 16.10.2023



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

REGULARIDADE FISCAL	lei;	OK	Municipal: 03 SUPER 5520428 Validade: 07.06.2020
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	04 SUPER 10985695 Validade: 28.07.2023
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 03 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	FGTS: 05 SUPER 10985695 Validade: 15.07.2023
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	06 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
HABILITAÇÃO JURÍDICA	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SUPER 10866048 (emitida em 19.04.2023)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SUPER 11038453 Ex. 2022
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	08 SUPER 10866034 (emitida em 19.04.2023)
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	07/08 SUPER 10985695
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal: 09 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	Estadual: 12 SUPER 10866034 Validade: 16.10.2023
		OK	Municipal: 3 SUPER 5520426 Validade: 08.05.2020
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	10 SUPER 10985695 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 09 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	FGTS: 11 SUPER 10985695 Validade: 15.07.2023



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	12 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
---	----	--

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Celia Regina de Paes CPF: 099.177.758-11	OK	02 SUPER 5520423
	José Rubens Bismara Júnior CPF: 077.182.158-14	OK	01 SUPER 5520423

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Portaria renovação outorga: SUPER 10796355
Portaria outorga e Decreto Legislativo: SUPER 10865948

Relativo à Cedente:
- Certidão Simplificada: SUPER 10866044



SÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10985534** e o código CRC **A39BFA41**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

3. cédula de identidade;
 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
 5. carteira profissional;
 6. carteira de trabalho e previdência social; ou
 7. passaporte;
 - d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
 - e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;
 - f) prova de inscrição no CNPJ;
 - g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
 - h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
 - i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;
 - j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e
 - k) declaração de que:
 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;
 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).
- Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 2023 (SUPER 10866044, SUPER10866048 e SUPER10914864). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 10914864).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004 (SUPER 10865948). A outorga encontra-se vencida desde 24 de março de 2015 (SUPER 11015299). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada no dia 7 de julho de 2022, no bojo do processo nº 53900.019982/2014-30, que tratou da renovação da outorga para o período de 23 de março de 2015 a 23 de março de 2025 (SUPER 10796355).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão está sendo mantida em caráter precário, uma vez que ainda não houve manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. Tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 16 de agosto de 2011; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 10865947).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER10985534). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a ação dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10985534).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; criação de estandes para feiras e exposições; consultoria em publicidade; marketing direto; promoção de vendas; existem outras atividades" (SUPER 10866048).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 19 de abril de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 10866048):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e a sócia Célia Regina de Paes não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 28 de junho de 2023 (SUPER 10986255), a saber:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Celia Regina de Paes
Não foi encontrado dados com essa informação	



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Já o sócio José Rubens Bismara Júnior faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, senão vejamos:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		077.182.158-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM		SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER 10986255).

20. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SUPER 10985534).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SUPER 11006657). Em resposta, informou-se o seguinte (SUPER 11006660):

Informa-se que, apesar da emissora de Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, responder aos processos nº 53504004437/2017 e 53504011316/2013, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER11006503). Tem-se, portanto, que a prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

(SUPER 11006531).

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SUPER 11006552) e de Exposição de Motivos (SUPER 11006603), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e
- b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 10/08/2023, às 07:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10985755** e o código CRC **985A570A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10985755



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90, inciso I do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR – R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 10/08/2023, às 07:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11006552** e o código CRC **0B75127A**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11006552

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Riclele Milani, Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 10/08/2023, às 07:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11006603** e o código CRC **E3F75C31**.



Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM

Brasília, 10 de agosto de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), a qual trata da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de **Mineiros do Tietê/SP**.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 14/08/2023, às 13:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11056042** e o código CRC **5D0D6DEA**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11056042



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADOS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE),

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.
3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.

Brasília, 13 de setembro de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250055170201707 e da chave de acesso 1d4073f0



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1267863851 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-09-2023 15:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53710.055170/2017-07**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento da Cota Jurídico nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 14/09/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11112605** e o código CRC **DB27E460**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11112605



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DESPACHO

Processo nº: 01250.055170/2017-07

Referência: Cota Jurídico nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940)

Interessado: Exitus Sistema de Comunicação Ltda e da Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda

Assunto: Transferência Direta. Consulta Conj. Devolução dos autos

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada - CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento da Cota Jurídico nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940), e providências cabíveis.

Brasília, 14 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 14/09/2023, às 12:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11113236** e o código CRC **C381B1F6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11113236



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada
NOTA TÉCNICA Nº 16584/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou a Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, por meio do qual constatou irregularidades (SUPER 0985755; SUPER 11056042 e SUPER 11111940)

ANÁLISE

3. Para melhor contextualização, cumpre transcrever as irregularidades apontadas na referida Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER 11111940), a saber:

[...]

2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.

3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.

4. Desse modo, em atendimento às orientações constantes da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, faz-se necessário que a entidade apresente o seguinte documento:

I - RELATIVOS À MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA:

a) Prova de regularidade perante a Fazendas municipal, **da sede da sociedade**, na forma da lei;

5. Além disso, a cessionária deverá prestar esclarecimentos quanto ao nome da empresa constante da certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), visto estar divergente, embora o CNPJ indicado na certidão pertencer à Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda.

6. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, se manifeste quanto ao exposto no parágrafo 5 e apresente o documento relacionado no parágrafo 4, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 25/09/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11130672** e o código CRC **EA5270E0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11130672



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 28594/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira
CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP
(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 16584/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 25/09/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11130874** e o código CRC **1B3A3826**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Anexos:

- Nota Técnica 16584 (11130672)
- Cota n. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11130874



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 28597/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)
Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória
CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP
(E-mail de contato informado: bismarajr@gmail.com)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 16584/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 25/09/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11130889** e o código CRC **690107F4**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

- Nota Técnica 16584 (11130672)
- Cota n. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

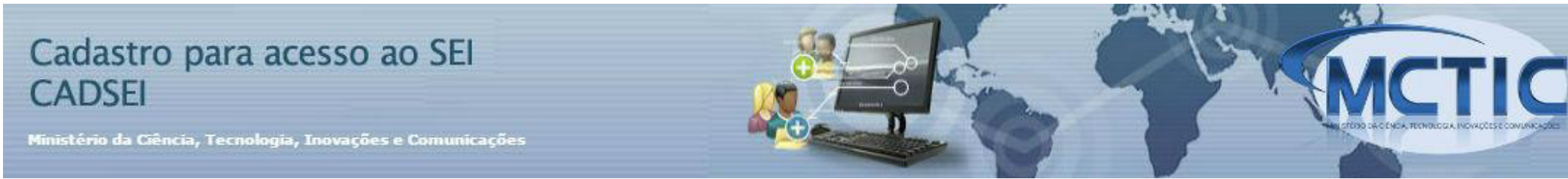
Documento nº 11130889



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório

Consultar

Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.820.753/0001-31

Razão Social

Pesquisar

<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>		
Razão Social	CNPJ	Emails
EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	pabi-contabil@pabi.com.br, samir.nour@ig.com.br, pabi-contabil@pabi.com.br
<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>		

Data de Envio:

25/09/2023 11:10:53

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
contato@cacomunicacoes.com.br
pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@ig.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 01250.055170/2017-07
INTERESSADA: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Nota_Tecnica_11130672.html
Oficio_11130874.html
Cota_11111940_COTA_199_JR.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

25/09/2023 11:13:28

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
bismarajr@gmail.com

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 01250.055170/2017-07
INTERESSADA: MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Cota_11111940_COTA_199_JR.pdf
Nota_Tecnica_11130672.html
Oficio_11130889.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

25/09/2023 11:15:26

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, foi encaminhada notificação à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31) e MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28) , solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:
Cota_11111940_COTA_199_JR.pdf
Nota_Tecnica_11130672.html
Oficio_11130874.html
Oficio_11130889.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada
NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. ENVIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou a Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, por meio da qual solicitou alguns esclarecimentos (SUPER 0985755; SUPER 11056042 e SUPER 1111940).
3. Em atendimento, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, por intermédio da Nota Técnica nº 16584/2023/SEI-MCOM, concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos complementares. Em resposta, por meio do protocolo nº 53115.025057/2023-95, a documentação solicitada foi apresentada.

ANÁLISE

4. Para melhor contextualização, cumpre transcrever trecho da manifestação da CONJUR (Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - SUPER 1111940), a saber:

[...]

2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.
3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.

5. A respeito da divergência quanto ao nome da empresa constante da certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a interessada informou que (SUPER 11134127):

"a ALCANCE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, trata-se da antiga denominação social, que restou alterada para a denominação atual Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda, por ocasião da transformação da sociedade em sociedade empresarial, conforme alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ocorre que não houve a atualização do cadastro junto ao FGTS, que inclusive aponta, ainda, o endereço anterior da sede, em Sorocaba, SP. Entretanto, a certidão negativa de débitos junto ao FGTS é atual e válida".

6. Ademais, no tocante ao segundo apontamento, houve colação aos autos do comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, cujo prazo de validade é até o dia 26 de outubro de 2023 (SUPER 11134128).
7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos satisfazem os questionamentos formulados pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social**, com vistas à aprovação desta manifestação, que complementa a Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM (SUPER 1111940), autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

10985755), tudo nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

9. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos a **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, e
- b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 27/09/2023, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2023, às 15:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 28/09/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11136724** e o código CRC **74AC7238**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11136724



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42195/2023/MCOM

Brasília, 29 de setembro de 2023

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM (11136724)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 6415/2023/SEI-MCOM (10883544), a qual trata da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica substituta**, em 29/09/2023, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140179** e o código CRC **C132F9ED**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11140179



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE.

EMENTA:

I - Pedido formulado pela **Exitus Sistema de Comunicação Ltda.**, em conjunto com a **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda.**, com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**, concedida à primeira requerente;

II - Possibilidade prevista no art. 38, alínea "c", da Lei 4.117, de 1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017, e regulamentada pelo art. 90 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963;

III - Inexistência de óbice técnico, conforme os termos da **NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM**, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE;

IV - Inexistência de óbice jurídico para transferência da outorga;

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 38, "c" da Lei nº 4.117, de 1962, e do art. 90, I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

VI - Restituição dos autos do Processo Administrativo à SECOE;

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 42195/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE deste Ministério encaminhou a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, cujo teor versa sobre a solicitação de **transferência da outorga** do serviço de **radiodifusão sonora em frequência modulada**, concedida à **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE)** para a **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA)**.

2. Conforme **NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM (11136724 57)**, de **27/09/2023**, a SECOE opinou a favor do presente pleito, após atender às exigências externadas por esta CONJUR por meio da **Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 13/09/2023**, ao receber os presentes autos para análise anteriormente, via **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755)**, de **08/08/2023**, e verificar a necessidade de ser corrigida a instrução processual, apesar da manifestação favorável daquela Secretaria à época.

3. Para fins didáticos, veja-se o que consta da referida **NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023**, de **27/09/2023**, *in verbis*:

“SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de **Mineiros do Tietê/SP**.

2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da **Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM** e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou a **Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, por meio da qual solicitou alguns esclarecimentos (**SUPER 10985755**; **SUPER 11056042** e **SUPER 11111940**).

3. Em atendimento, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, por intermédio da **Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM**, concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos complementares. Resposta, por meio do protocolo nº 53115.025057/2023-95, a documentação solicitada foi apresentada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ANÁLISE

4. Para melhor contextualização, cumpre transcrever trecho da manifestação da CONJUR (Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - SUPER 11111940), a saber:

(...)

2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.

3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é a anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.

5. A respeito da divergência quanto ao nome da empresa constante da certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a interessada informou que (SUPER 11134127):

‘a ALCANCE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, trata-se da antiga denominação social, que restou alterada para a denominação atual - Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda, por ocasião da transformação da sociedade em sociedade empresarial, conforme alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ocorre que não houve a atualização do cadastro junto ao FGTS, que inclusive aponta, ainda, o endereço anterior da sede, em Sorocaba, SP. Entretanto, a certidão negativa de débitos junto ao FGTS é atual e válida’. (sic)

6. Ademais, no tocante ao segundo apontamento, houve colação aos autos do comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, cujo prazo de validade é até o dia 26 de outubro de 2023 (SUPER 11134128).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos satisfazem os questionamentos formulados pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.” (sublinhamos)

4. Os autos se encontram instruídos com a minuta de **portaria e exposição de motivos**, destinadas a viabilizar a transferência da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada de interesse das postulantes, a serem subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (**11006552 e 11006603**).

5. Esse é o resumo do caso em questão. Avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

6. A presente manifestação fundamenta-se no **art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU)**, além do **art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023** (aprova a **Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações**), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do Processo Administrativo em epígrafe, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU** assim dispõe:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”

II.2. - PROCEDIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA

10. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

relacionado à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão encontra-se disciplinado pelo **art. 38, alínea "c"** da **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, com redação dada pela **Lei nº 13.424, de 2017**; pelo **art. 90 e ss. do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963**; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

11. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

“Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de Radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017)”

Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

“Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 90. A transferência da concessão ou da permissão será autorizada: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - quanto aos serviços de radiodifusão sonora, por meio de Portaria do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - quanto aos serviços de radiodifusão de sons e imagens, por meio de Decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Parágrafo único. A transferência a que se refere o caput será comunicada ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República, nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 92. Em nenhum caso a concessão ou a permissão outorgada a pessoa jurídica de direito público interno poderá ser transferida à empresas privadas.

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - documentação relativa à entidade cedente: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

a) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - documentação relativa à entidade cessionária: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

1. certidão de nascimento ou casamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

2. certificado de reservista; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. cédula de identidade; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



5. carteira profissional; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
6. carteira de trabalho e previdência social; ou (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
7. passaporte; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

f) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

Vigência

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

k) declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)”

12. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

13. É oportuno registrar que a transferência da outorga deve ser comunicada ao Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 222, § 5º, da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

II.3. – ANÁLISE DA LEGALIDADE DA TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA

14. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação de **transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

15. Compulsando os autos, verifica-se ter a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755)**, de 08/08/2023, asseverado o cumprimento dos requisitos normativos necessários para a realização da transferência de outorga em foco, de interesse da **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, como Entidade **CEDENTE**, e da **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, como Entidade **CESSIONÁRIA**, ao discorrer, *in verbis*:

“SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 2023 (SUPER 10866044, SUPER 16048 e SUPER 10914864). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea “k”,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 10914864)

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004 (SUPER 10865948). A outorga encontra-se vencida desde 24 de março de 2015 (SUPER 11015299). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada no dia 7 de julho de 2022, no bojo do processo nº 53900.019982/2014-30, que tratou da renovação da outorga para o período de 23 de março de 2015 a 23 de março de 2025 (SUPER 10796355).

(...)

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 16 de agosto de 2011; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 10865947).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10985534). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10985534).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; criação de estandes para feiras e exposições; consultoria em publicidade; marketing direto; promoção de vendas; existem outras atividades" (SUPER 10866048).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 19 de abril de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 10866048):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrado

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e a sócia Célia Regina de Paes não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 28 de junho de 2023 (SUPER 10986255), a saber:

Consulta Composição da Entidade...

Tipos de consulta	CNPJ
CNPJ	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Tipos de consulta	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor	Célia Regina de Paes

Não foi encontrado dados com essa informação

Tipos de consulta	CPF
CPF	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

18. Já o sócio José Rubens Bismara Júnior faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, senão vejamos:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta		CPF									
CPF		077.182.158-14									
NOME	CNPJ	ENTIDADE	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
José Rubens Bismara Júnior	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	FM	-	SP	Votorantim
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	FM	-	SP	Sorocaba
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	OT	-	SP	Sorocaba
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	OM	Regional	SP	Votorantim
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	-	SP	Votorantim
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	-	SP	Sorocaba
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OT		SP	Sorocaba



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

21. Após a verificação dos pressupostos que autorizam a análise do pedido de **transferência de outorga**, torna-se necessário verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no **art. 93 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795, de 1963**, tendo a SECOE informado, segundo **CHECKLIST** e **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023 (9869824 e 10932835)**, a anexação dos seguintes documentos:

- i) requerimento transferência, em formulário padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações;
- ii) as entidades cedente e cessionária estão representadas pelos sócios-administradores;
- iii) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- iv) comprovação de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal;
- v) comprovação de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;
- vi) comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- vii) comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa;
- viii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- ix) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- x) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes.

22. Em atenção ao disposto no **art. 93, alínea K do Decreto Nº 52.795, de 1963**, incluído pelo **Decreto Nº 10.775, de 2021**, a **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. (Cessionária)**, por meio do(s) sócio(s)-administrador(es), subscreveram declaração atestando que:

- i) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- ii) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outra pessoa jurídica executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- iii) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iv) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- v) a pessoa jurídica atende ao disposto no **inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição**;
- vi) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as **alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar Nº 64, de 18 de maio de 1990**, conforme consta no **CHECKLIST** produzido pela SECOE (10985534).

23. Registre-se, ainda, ter a SECOE atestado, no **item 19 da NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023**, a observância dos requisitos relacionados aos limites da outorga em relação à cessionária e aos sócios, conforme estabelecido no **art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, c/c o art. 38, alínea “g” da Lei nº 4.117, de 1962**.

24. Feito esse importante histórico, impende-nos ressaltar que, apesar da manifestação favorável da SECOE à transferência de outorga de que se cogita, quando emitiu a supracitada **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023**, verificou esta Consultoria Jurídica, ao realizar a análise dos autos, à época, a necessidade de promover sua restituição à área técnica, via **Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 13/09/2023**, em razão dos seguintes pontos:

- i) a entidade cessionária, **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.**, havia apresentado a **certidão de regularidade** com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, em nome de outra empresa, qual seja, a **“ALCANCE-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.”**, informando, de outra parte, como **nº do CNPJ 03.880.030.0001-28** na citada certidão o da própria **cessionária**, afigurando, à primeira vista, um erro material atinente ao nome da entidade; e
- ii) a certidão da **Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP**, local da sede de **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.**, encontra-se datada de **08 de maio de 2020**, sendo que o **requerimento de transferência direta de outorga** é de **07 de maio de 2023**, evidenciando que a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é **anterior** ao próprio pedido de transferência direta, impondo-se a apresentação de nova certidão atualizada.

25. Esclarecendo os questionamentos acima descritos, informou a SECOE, quanto à divergência do nome da entidade cessionária na **certidão de regularidade** perante o **FGTS**, que a empresa denominada **“ALCANCE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA”** representa a antiga denominação social da própria **Cessionária**, que adotou a atual denominação - **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.** -, ao promover sua transformação em sociedade empresarial, mediante alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

26. Destarte, ainda que não tenha ocorrido a atualização do cadastro da entidade junto ao **FGTS**, que inclusive aponta, até o momento, o endereço anterior da sua sede em Sorocaba/SP, a **certidão negativa de débitos junto ao FGTS** é **real e válida**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

27. E, no que pertine ao segundo ponto, promoveu a interessada a remessa de novo comprovante de regularidade perante a **Fazenda Municipal**, com prazo de validade até o dia **26 de outubro de 2023**, na forma do doc. **SUPER 11134128**, motivo pelo qual entende a SECOE encontrarem-se os autos instruídos de conformidade com a orientação desta Consultoria Jurídica.

28. Em face de todo o exposto, considerando que, no aspecto jurídico-formal, os únicos óbices apontados por esta CONJUR foram sanados pela SECOE, entendemos inexistir aspectos que obstaculizem a realização da transferência da outorga conferida à **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE)** para a **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA)**.

III – CONCLUSÃO

29. Sendo assim, considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) não existe impedimento jurídico para a realização da transferência da outorga conferida à **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, na condição de Entidade **Cedente**, para a **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, na condição de Entidade **Cessionária**, para executar, sem direito de exclusividade, o **serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada**, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**;

ii) as minutas de **portaria** e de **exposição de motivos**, elaboradas pela SECOE, encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

iii) o Congresso Nacional deve ser cientificado, por meio de mensagem do Presidente da República, sobre a transferência da outorga que se pretende realizar (**art. 222, § 5º. da Constituição Federal** c/c o **art. 90, Parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795, de 1963**).

30. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta transferir, por meio de edição de portaria, a permissão outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada.

31. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 8 de novembro de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250055170201707 e da chave de acesso 1d4073f0



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1331946857 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-11-2023 19:36. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADOS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela Dr^a. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, referente à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre a transferência de permissão que foi outorgada à entidade **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**, para a entidade **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** (cessionária).
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável à transferência da outorga que foi conferida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, não existe óbice legal para que seja efetivada a transferência de outorga que foi conferida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
5. No que se refere à diligência solicitada por esta Consultoria Jurídica, por meio da **COTA N. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (SUPER - 11111940), cumpre destacar que a entidade **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda**, antes da alteração contratual realizada, possuía a denominação social de **Alcance-Empresa de Comunicação Ltda**, conforme a documentação constante nos autos do Processo Administrativo (SUPER - 5520418).
6. Com efeito e em razão da alteração contratual acima citada, tem-se que a apresentação de certidão de regularidade do FGTS em que consta a razão social da Alcance - Empresa de Comunicação Social, cujo número de inscrição no CNPJ é igual ao da entidade **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda**, demonstra o cumprimento do requisito previsto no art. 93, inciso III, alínea "i", do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
7. **É imperioso destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.**
8. Deste modo e após observar a orientação apresentada no item 7 deste **DESPACHO**, não existe impedimento jurídico para que seja realizada a transferência de outorga que foi conferida à entidade **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**, para a entidade **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** (cessionária).
9. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta transferir, por meio de edição de portaria, a permissão outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada.
10. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de novembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO





Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1332954829 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-11-2023 19:07. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02276/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADOS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 2257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 9 de novembro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250055170201707 e da chave de acesso 1d4073f0



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1334463936 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-11-2023 17:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **01250.055170/2017-07**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 10/11/2023, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11209693** e o código CRC **D9B72808**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11209693



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 01250.055170/2017-07

Referência: Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786),

Interessado: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA - ME

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 10 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 10/11/2023, às 12:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11209954** e o código CRC **9321A954**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11209954



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.820.753/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2000
NOME EMPRESARIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EXITUS FM STEREO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJUNTO 506-B
CEP 07.020-001	BAIRRO/DISTRITO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO pabi-contabil@pabi.com.br		TELEFONE (11) 2440-6879/ (11) 2440-6879
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/11/2023 às 16:20:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23110936113-95

Data e hora da emissão 28/11/2023 16:26:23

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:29:41 do dia 28/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://mteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.820.753/0001-31
Razão Social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
Endereço: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 200 CONJ 508 / VILA MOREIRA / GUARULHOS / SP / 07020-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/11/2023 a 14/12/2023

Certificação Número: 2023111504255001347337

Informação obtida em 28/11/2023 16:31:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/a395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certidão nº: 67834730/2023

Expedição: 28/11/2023, às 16:32:37

Validade: 26/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.820.753/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



28/11/2023

0071245199

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 6833764**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 27/11/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

MIDIA JAU EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ: 03.880.030/0001-28, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 28 de novembro de 2023.

PEDIDO Nº:

0071245199



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BISMARAJR@GMAIL.COM	TELEFONE (15) 9701-2212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/11/2023 às 16:24:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23110936127-90

Data e hora da emissão 28/11/2023 16:26:58

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



CNPJ: **03.880.030/0001-28**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 16:29:58 do dia 28/11/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.880.030/0001-28
Razão Social: ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Endereço: RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/11/2023 a 14/12/2023

Certificação Número: 2023111504263706398987

Informação obtida em 28/11/2023 16:32:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/a395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Certidão nº: 67834981/2023

Expedição: 28/11/2023, às 16:33:20

Validade: 26/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.880.030/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 21282/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Através da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para diligências (SUPER 10985755, SUPER 11056042 e SUPER 11111940).
3. Em atendimento às orientações contidas na referida Cota, foi elaborada a Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e do Ofício nº 42195/2023/MCOM por meio do qual encaminhou os autos à Consultoria Jurídica para análise da regularidade jurídica da operação (SUPER 11136724).
4. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou o Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, através do Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU que aprovou o referido Parecer, ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga (SUPER 11208786).

ANÁLISE

5. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível a emissão de algumas delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA:

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal, **da sede da sociedade**, na forma da lei;

II - RELATIVO À EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA:

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal, **da sede da sociedade**, na forma da lei;

6. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 10 (dez) dias**, apresente o documento relacionado no parágrafo 5, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 28/11/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11243597** e o código CRC **37826E58**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11243597



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 35205/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira
CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP
(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 21282/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 28/11/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11243665** e o código CRC **3BC80BBD**.

Anexos:

- Nota Técnica 21282 (11243597)
- Parecer n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11243665



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 35206/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)
Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória
CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP
(E-mail de contato informado: bismarajr@gmail.com)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 21282/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 28/11/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11243668** e o código CRC **48F0CF21**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Anexos:

- Nota Técnica 21282 (11243597)
- Parecer n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07


Documento nº 11243668



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>


ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA

RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)


Usuário:

RICIELE MILANI

Data: 29/11/2023


Hora: 10:10:58

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA
RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28


[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário:

RICIELE MILANI


Data: 29/11/2023

Hora: 10:11:18



BOM DIA
RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11


Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário:

RICIELE MILANI


Data: 29/11/2023

Hora: 10:11:32



BOM DIA
RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	CELIA REGINA DE PAES


[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário:

RICIELE MILANI

Data: 29/11/2023


Hora: 10:11:51



BOM DIA

RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		077.182.158-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba

Usuário:

RICIELE MILANI

Data: 29/11/2023

Hora: 10:12:12

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo nº 01250.055170/2017-07	
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.820.753/0001-31
Entidade cessionária: Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.880.030/0001-28
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Fistel nº: 50401554767
Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Situação da Outorga: vincenda (SUPER 10796355)	
Processo de renovação nº 53900.019982/2014-30	Período: 23.03.2015 a 23.03.2025

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</p>	OK	SUPER 10914864
b) Licença de funcionamento	OK	SUPER 10865947
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SUPER 11245210
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão ;	NÃO	SUPER 11006531
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira .	NÃO SE APLICA	

RELATIVOS À CEDENTE			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SUPER 11243563
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal <u>da sede da entidade</u> , ou outra equivalente, na forma da	OK	Federal: 03 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	Estadual: 2 SUPER 11243563 Validade: 26.05.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

REGULARIDADE FISCAL	lei;	OK	Municipal: SUPER 11243925 Validade: 28.12.2023
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	3/4 SUPER 11243563 Validade: 28.12.2023
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 03 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	FGTS: 5 SUPER 11243563 Validade: 14.12.2023
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	6 SUPER 11243563 Validade: 26.05.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
HABILITAÇÃO JURÍDICA	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SUPER 10866048 (emitida em 19.04.2023)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SUPER 11038453 Ex. 2022
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	7 SUPER 11243563 emitida em 28.11.2023
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	8 SUPER 11243563
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal: 9 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	Estadual: 9 SUPER 11243563 Validade: 26.05.2024
		OK	Municipal: SUPER 11243929 Validade: 28.12.2023
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	10/11 SUPER 11243563 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 09 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	FGTS: 12 SUPER 11243563 Validade: 14.12.2023



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	13 SUPER 11243563 Validade: 26.05.2024
---	----	--

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Celia Regina de Paes CPF: 099.177.758-11	OK	02 SUPER 5520423
	José Rubens Bismara Júnior CPF: 077.182.158-14	OK	01 SUPER 5520423
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE			
Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:			
a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES
Portaria renovação outorga: SUPER 10796355 Portaria outorga e Decreto Legislativo: SUPER 10865948 Relativo à Cedente: - Certidão Simplificada: SUPER 10866044



SÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11243468** e o código CRC **0DCB60E4**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 11243468



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 21312/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONOR. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. Por intermédio da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, os autos foram restituídos por aquela unidade consultiva, para prestação de esclarecimentos adicionais (SUPER 10985755, SUPER 11056042 e SUPER 11111940).
3. Desse modo, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica resolveu notificar as pessoas jurídicas envolvidas na operação de transferência direta, para que apresentasse informações e documentos complementares (SUPER11130672, SUPER11130874 e SUPER11130889). Em atendimento, enviou-se a documentação constante no Protocolo nº 53115.025057/2023-95. Na sequência, elaborou-se a Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM, que acompanhou o Ofício nº 42195/2023/MCOM, propondo a restituição dos autos à mencionada Consultoria Jurídica, para continuidade da análise (SUPER11136724 e SUPER 11140179).
4. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, por meio do Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que aprovou aquela manifestação, ressaltou-se que as certidões de regularidade deveriam estar válidas na data em que o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga for praticado (SUPER 11208786).
5. Após a devolução dos autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica elaborou a Nota Técnica nº 21282/2023/SEI-MCOM, que acompanhou os Ofícios nº35205/2023/MCOM e nº 35206/2023/MCOM, concluindo pela notificação das interessadas, com vistas à necessidade de apresentação da prova de regularidade perante a fazenda municipal das empresas envolvidas na operação. Mediante o Protocolo nº 53115.031394/2023-11, foram acostadas as certidões solicitadas.

ANÁLISE

6. Para melhor contextualização, cumpre transcrever breve trecho do referido Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que aprovou o referido Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber (SUPER 11208786):

[...]

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Drª. Lídia Miranda de Lima, advogada União, referente à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

[...]

7. É imperioso destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.

8. Deste modo e após observar a orientação apresentada no item 7 deste DESPACHO, não existe impedimento jurídico para que seja realizada a transferência de outorga que foi conferida à entidade Exitus Sistema de Comunicação Ltda (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mineiros do Tietê/SP, para a entidade Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda (cessionária).



Em cumprimento às orientações do referido Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SUPER 11243468). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

8. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carregados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM, sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica** acompanhado das minutas de Portaria (SUPER11245323) e de Exposição de Motivos (SUPER11245327), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/11/2023, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/11/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11245218** e o código CRC **88422017**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11245218



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR – R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Riclele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/11/2023, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/11/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11245323** e o código CRC **A929F534**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11245323



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/11/2023, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/11/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11245327** e o código CRC **B35D3902**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 11352, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 20/12/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11252524** e o código CRC **977F6AD7**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 4 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo n.º 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 11352 de 4 de dezembro de 2023, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Já Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 20/12/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11252621** e o código CRC **BF877CC6**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11252621



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44734/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 11352/2023(11252524) e Exposição de Motivos nº 502/2023 (11252621)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 21312/2023-MCOM (11245218), encaminho a Portaria nº 11352/2023(11252524) e Exposição de Motivos nº 502/2023 (11252621), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 14/12/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11252634** e o código CRC **8825561F**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11252634



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Imprimir Recibo

Página principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com solicitação de publicação de materiais com as seguintes características:

Data de envio: 21/12/2023 09:57:55
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10068418
Data prevista de publicação: 22/12/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

Os materiais enviados somente serão publicados nos dados e jornais indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de materiais nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valentia
21257895	ATO PORTARIA MCOM NA 11352.rtf	8e95aefa060d9b89 1815d79bf6a24e23	16,00	R\$ 622,72
21257896	ATO PORTARIA MCOM NA 11302.rtf	00d4f383821d40fe8188a3bff7944794	8,00	R\$ 311,36
21257897	ATO PORTARIA MCOM NA 11510.rtf	313ca9b5e148ed96 6dd5283c5adcc926	8,00	R\$ 311,36
21257898	ATO PORTARIA MCOM NA 11447.rtf	fda2600071d1bf90 6b1729eb4d3d3221	16,00	R\$ 622,72
21257899	ATO PORTARIA MCOM NA 11304.rtf	9e92e273a5dd15e9 a44482e6286ce9f3	8,00	R\$ 311,36
21257900	ATO PORTARIA MCOM NA 11303.rtf	804d4bd30333a92f b5aceea31ff1c932	8,00	R\$ 311,36
21257901	ATO PORTARIA MCOM NA 11350.rtf	dcb57f801ffac57d 4a0c3f61c98740b7	8,00	R\$ 311,36
21257902	ATO PORTARIA MCOM NA 11349.rtf	2ccde4df44ed91f8 638d87279a08a966	8,00	R\$ 311,36
21257903	ATO PORTARIA MCOM NA 11301.rtf	5c8508795936147c cbcec201f13b1eee	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			88,00	R\$ 3.424,96



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=10068418

https://nifleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/12/2023 | Edição: 243 | Seção: 1 | Página: 19
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.352, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda, advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac49d79b8

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN SÃO CARLOS	
Telefone: (11) 2440-6879	E-mail: contato@cacomunicacoes.com.br
CNPJ: 03.820.753/0001-31	Número do Fistel: 50401554767
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/03/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	Complemento: - CONJUNTO 506 B	
Bairro: VILA MOREIRA	Numero: 190	
Município: Guarulhos	UF: SP	CEP: 07020001

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Maestro João Seppe	Complemento: - 16º andar - Conjunto 162 - Ed. Medical Center	
Bairro: Jardim Paraíso	Numero: 900	
Município: São Carlos	UF: SP	CEP: 13561180

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Sítio Vitória	
Bairro: Zona Rural	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Zona Rural	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 231	Frequência: 94.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 1.1246kW
HCI: 51 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

23.15.12-13
Assinado eletronicamente, após conferência com original.<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Informações Gerais	
Número da Estação: 689693613	Número Indicativo: ZYU939
Data Último Licenciamento: 28/07/2021	Número da Licença: 53500.032247/2021-53

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 23' 43.26" S	Longitude: 48° 26' 27.74" W	Cota da base: 700.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: MAX 3500
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA-A0	Fabricante: RFS - Rádio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 64 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.0 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: AFCA-4-94.1-5	Fabricante: IFTX - IND E COM DE ANTENAS LTDA				
Ganho: 1.8 dBd	Beam-Tilt: 6 °	Orientação NV: 325 °	Polarização: Circular	HCI: 51 m	ERP Máxima: 1.12 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.78	5°: 2.77	10°: 2.77	15°: 2.78	20°: 2.8	25°: 2.83	30°: 2.88	35°: 2.93	40°: 2.99	45°: 3.04	50°: 3.09	55°: 3.13
60°: 3.15	65°: 3.16	70°: 3.16	75°: 3.14	80°: 3.12	85°: 3.09	90°: 3.06	95°: 3.03	100°: 3.01	105°: 2.99	110°: 2.98	115°: 2.97
120°: 2.96	125°: 2.96	130°: 2.96	135°: 2.97	140°: 2.97	145°: 2.98	150°: 2.98	155°: 2.98	160°: 2.99	165°: 2.99	170°: 2.98	175°: 2.98
180°: 2.96	185°: 2.94	190°: 2.91	195°: 2.88	200°: 2.83	205°: 2.79	210°: 2.74	215°: 2.69	220°: 2.66	225°: 2.63	230°: 2.62	235°: 2.62
240°: 2.64	245°: 2.67	250°: 2.72	255°: 2.77	260°: 2.82	265°: 2.88	270°: 2.93	275°: 2.97	280°: 3	285°: 3.03	290°: 3.04	295°: 3.04
300°: 3.04	305°: 3.03	310°: 3.01	315°: 2.99	320°: 2.97	325°: 2.95	330°: 2.92	335°: 2.9	340°: 2.87	345°: 2.84	350°: 2.82	355°: 2.8

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°17'30.97" S Lon 48°26'27.74" W	5°: Lat 22°17'51.28" S Lon 48°25'54.46" W	10°: Lat 22°17'55.31" S Lon 48°2'5'21.43" W	15°: Lat 22°18'38.62" S Lon 48°2'4'59.51" W	20°: Lat 22°18'42.43" S Lon 48°2'4'59.51" W	25°: Lat 22°22'19'1.71" S Lon 48°2'4'59.51" W	30°: Lat 22°18'53.68" S Lon 48°2'3'27.04" W	35°: Lat 22°19'28.77" S Lon 48°2'3'15.13" W	40°: Lat 22°19'56.16" S Lon 48°2'3'15.13" W	45°: Lat 22°20'37.11" S Lon 48°2'3'15.13" W	50°: Lat 22°22'21'0.13" S Lon 48°2'2'57.59" W	55°: Lat 22°22'21'4.08" S Lon 48°2'2'57.59" W
60°: Lat 22°21'38.72" S Lon 48°2'2'34.59" W	65°: Lat 22°22'26.01" S Lon 48°2'22'42.32" W	70°: Lat 22°22'26.17" S Lon 48°2'2'38.83" W	75°: Lat 22°22'58.43" S Lon 48°2'3'26.92" W	80°: Lat 22°23'13.17" S Lon 48°2'3'23.38" W	85°: Lat 22°23'28.14" S Lon 48°2'3'21.24" W	90°: Lat 22°23'43.23" S Lon 48°2'3'35.91" W	95°: Lat 22°23'55.44" S Lon 48°2'3'48.23" W	100°: Lat 22°24'12.47" S Lon 48°2'3'28.41" W	105°: Lat 22°24'25.58" S Lon 48°2'3'36.79" W	110°: Lat 22°25'19.7" S Lon 48°2'4'48.21" W	115°: Lat 22°26'20.48" S Lon 48°2'4'48.21" W
120°: Lat 22°22'27.58" S Lon 48°20'7.78" W	125°: Lat 22°27'43.88" S Lon 48°2'0'15.71" W	130°: Lat 22°22'28'6.85" S Lon 48°2'20'47.68" W	135°: Lat 22°27'53.03" S Lon 48°2'1'57.39" W	140°: Lat 22°22'28'2.97" S Lon 48°2'22'31.88" W	145°: Lat 22°29'19.24" S Lon 48°2'2'13.08" W	150°: Lat 22°29'17.96" S Lon 48°2'2'58.58" W	155°: Lat 22°29'59.32" S Lon 48°2'3'17.92" W	160°: Lat 22°30'44.38" S Lon 48°2'3'41.82" W	165°: Lat 22°30'33.24" S Lon 48°2'4'28.83" W	170°: Lat 22°22'31'37.3" S Lon 48°2'4'57.25" W	175°: Lat 22°30'31.92" S Lon 48°2'5'49.04" W
180°: Lat 22°22'31'1.94" S Lon 48°26'27.74" W	185°: Lat 22°22'31'9.72" S Lon 48°27'10.03" W	190°: Lat 22°30'59.94" S Lon 48°28'27'51.1" W	195°: Lat 22°22'31'0.72" S Lon 48°28'34.64" W	200°: Lat 22°22'31'2.2" S Lon 48°28'29'20.7" W	205°: Lat 22°22'30'33.7" S Lon 48°29'54.93" W	210°: Lat 22°30'11.33" S Lon 48°30'30.3" W	215°: Lat 22°29'27.01" S Lon 48°30'48.3" W	220°: Lat 22°28'57.44" S Lon 48°31'13.12" W	225°: Lat 22°28'29.9" S Lon 48°31'38.03" W	230°: Lat 22°27'54.67" S Lon 48°31'52.08" W	235°: Lat 22°27'22.14" S Lon 48°32'6.13" W
240°: Lat 22°26'42.19" S Lon 48°32'3.25" W	245°: Lat 22°22'26.47" S Lon 48°32'0.23" W	250°: Lat 22°25'32.66" S Lon 48°31'53.17" W	255°: Lat 22°22'25'8.47" S Lon 48°32'12.15" W	260°: Lat 22°24'48.59" S Lon 48°33'9.39" W	265°: Lat 22°24'15.98" S Lon 48°33'14" W	270°: Lat 22°23'43.09" S Lon 48°34'46.31" W	275°: Lat 22°22'23'3.58" S Lon 48°34'35.7" W	280°: Lat 22°22'22.76" S Lon 48°34'40.18" W	285°: Lat 22°21'50.77" S Lon 48°34'0.99" W	290°: Lat 22°21'21.18" S Lon 48°32'9.38" W	295°: Lat 22°20'49.75" S Lon 48°33'9.73" W
300°: Lat 22°20'15.64" S Lon 48°32'56.27" W	305°: Lat 22°19'23.34" S Lon 48°33'8.8" W	310°: Lat 22°18'30.66" S Lon 48°33'10.25" W	315°: Lat 22°17'29.21" S Lon 48°33'11.85" W	320°: Lat 22°17'12.61" S Lon 48°33'21.91" W	325°: Lat 22°17'24.42" S Lon 48°33'14.38" W	330°: Lat 22°17'15.09" S Lon 48°33'0'29.92" W	335°: Lat 22°17'1.35" S Lon 48°29'50.27" W	340°: Lat 22°16'59.92" S Lon 48°29'6.39" W	345°: Lat 22°17'16.16" S Lon 48°19.84" W	350°: Lat 22°17'22.61" S Lon 48°27'40.28" W	355°: Lat 22°17'18.21" S Lon 48°27'4.15" W

Distância por radial											
0°: 11.5	5°: 10.9	10°: 10.9	15°: 9.7	20°: 9.9	25°: 9.6	30°: 10.3	35°: 9.6	40°: 9.2	45°: 8.1	50°: 7.8	55°: 8.6



60º: 7.7	65º: 7.1	70º: 7	75º: 5.3	80º: 5.3	85º: 5.3	90º: 4.9	95º: 4.3	100º: 5.2	105º: 5.1	110º: 8.7	115º: 11.5
120º: 12.5	125º: 13	130º: 12.7	135º: 10.9	140º: 10.5	145º: 12.7	150º: 11.9	155º: 12.8	160º: 13.8	165º: 13.1	170º: 14.9	175º: 12.7
180º: 13.5	185º: 13.8	190º: 13.7	195º: 14	200º: 14.4	205º: 14	210º: 13.8	215º: 13	220º: 12.7	225º: 12.5	230º: 12.1	235º: 11.8
240º: 11.1	245º: 10.5	250º: 9.9	255º: 10.2	260º: 11.6	265º: 11.6	270º: 12.5	275º: 14	280º: 14.3	285º: 13.4	290º: 12.8	295º: 12.7
300º: 12.8	305º: 14	310º: 15	315º: 16.3	320º: 15.7	325º: 14.3	330º: 13.8	335º: 13.7	340º: 13.3	345º: 12.4	350º: 11.9	355º: 11.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 017270902131						Modelo: PJ700C-LCD					
Fabricante: RVR Elettronica SLR (Bo)						Potência de Operação: 0.5 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 1.12 kW
RDS					
Código PI: C5B9					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1059	Portaria	MC	26/06/2002	01/07/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	645	Portaria	MC	15/08/2007	19/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Decreto Legislativo	CN	23/08/2004	24/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67551	Ato	CMPRL	04/10/2007	05/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	226	Despacho	MC	05/10/2009		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	278	Portaria	MC	31/10/2009	23/01/2009	Multa	Jurídico
9999	128	Despacho	ORLE	12/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico
53504.011316/2013-45	5791	Portaria	MC	05/10/2017	09/10/2017	Multa	Técnico
53500.076869/2017-15	13048	Ato	ORLE	16/10/2017	13/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53504004437201764	5722	Portaria	MC	10/11/2019	29/11/2019	Multa	Jurídico
53500.054439/2019-04	432	Ato	ORLE	25/01/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900019982201430	5579	Portaria	MC	13/05/2022	07/07/2022	Renovação	Jurídico
01250055170201707	11352	Portaria	MC	04/12/2023	22/12/2023	Transferência Direta	Jurídico



Horário de funcionamento



Id solicitação: 57dbac49d79b8

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia: Midia Jau	
Telefone: (15) 97012212	E-mail: BISMARAJR@GMAIL.COM
CNPJ: 03.880.030/0001-28	Número do Fistel: 50401554767
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/03/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Est Deputado Anauri Barroso de Souza	Complemento: KM 276	
Bairro: Sítio Vitória	Numero: S/N	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320001

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Sítio Vitória	
Bairro: Zona Rural	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Zona Rural	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 231	Frequência: 94.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 1.1246kW
HCI: 51 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

23/10/2020 12:40
Assinado eletronicamente, após conferência com original.<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Informações Gerais	
Número da Estação: 689693613	Número Indicativo: ZYU939
Data Último Licenciamento: 28/07/2021	Número da Licença: 53500.032247/2021-53

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 23' 43.26" S	Longitude: 48° 26' 27.74" W	Cota da base: 700.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: MAX 3500
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA-A0	Fabricante: RFS - Rádio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 64 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.0 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: AFCA-4-94.1-5	Fabricante: IFTX - IND E COM DE ANTENAS LTDA				
Ganho: 1.8 dBd	Beam-Tilt: 6 °	Orientação NV: 325 °	Polarização: Circular	HCI: 51 m	ERP Máxima: 1.12 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.78	5°: 2.77	10°: 2.77	15°: 2.78	20°: 2.8	25°: 2.83	30°: 2.88	35°: 2.93	40°: 2.99	45°: 3.04	50°: 3.09	55°: 3.13
60°: 3.15	65°: 3.16	70°: 3.16	75°: 3.14	80°: 3.12	85°: 3.09	90°: 3.06	95°: 3.03	100°: 3.01	105°: 2.99	110°: 2.98	115°: 2.97
120°: 2.96	125°: 2.96	130°: 2.96	135°: 2.97	140°: 2.97	145°: 2.98	150°: 2.98	155°: 2.98	160°: 2.99	165°: 2.99	170°: 2.98	175°: 2.98
180°: 2.96	185°: 2.94	190°: 2.91	195°: 2.88	200°: 2.83	205°: 2.79	210°: 2.74	215°: 2.69	220°: 2.66	225°: 2.63	230°: 2.62	235°: 2.62
240°: 2.64	245°: 2.67	250°: 2.72	255°: 2.77	260°: 2.82	265°: 2.88	270°: 2.93	275°: 2.97	280°: 3	285°: 3.03	290°: 3.04	295°: 3.04
300°: 3.04	305°: 3.03	310°: 3.01	315°: 2.99	320°: 2.97	325°: 2.95	330°: 2.92	335°: 2.9	340°: 2.87	345°: 2.84	350°: 2.82	355°: 2.8

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°17'30.97" S Lon 48°26'27.74" W	5°: Lat 22°17'51.28" S Lon 48°25'54.46" W	10°: Lat 22°17'55.31" S Lon 48°2'5'21.43" W	15°: Lat 22°18'38.62" S Lon 48°2'4'59.51" W	20°: Lat 22°18'42.43" S Lon 48°2'48°24'29.4" W	25°: Lat 22°22'19'1.71" S Lon 48°2'48°24'5.84" W	30°: Lat 22°18'53.68" S Lon 48°2'3'27.04" W	35°: Lat 22°19'28.77" S Lon 48°2'3'15.13" W	40°: Lat 22°19'56.16" S Lon 48°23'1.77" W	45°: Lat 22°20'37.11" S Lon 48°23'6.52" W	50°: Lat 22°22'21'0.13" S Lon 48°22'57.59" W	55°: Lat 22°22'21'4.08" S Lon 48°22'22.02" W
60°: Lat 22°21'38.72" S Lon 48°2'2'34.59" W	65°: Lat 22°22'22'6.01" S Lon 48°2'22'42.32" W	70°: Lat 22°22'26.17" S Lon 48°2'2'38.83" W	75°: Lat 22°22'58.43" S Lon 48°2'3'26.92" W	80°: Lat 22°23'13.17" S Lon 48°2'3'23.38" W	85°: Lat 22°23'28.14" S Lon 48°2'3'21.24" W	90°: Lat 22°23'43.23" S Lon 48°2'3'35.91" W	95°: Lat 22°23'55.44" S Lon 48°23'57" W	100°: Lat 22°24'12.47" S Lon 48°2'3'28.41" W	105°: Lat 22°24'25.58" S Lon 48°2'3'36.79" W	110°: Lat 22°22'25'19.7" S Lon 48°21'40.9" W	115°: Lat 22°22'20.48" S Lon 48°20'22.7" W
120°: Lat 22°22'27'5.88" S Lon 48°20'7.78" W	125°: Lat 22°27'43.88" S Lon 48°2'0'15.71" W	130°: Lat 22°22'28'6.85" S Lon 48°2'20'47.68" W	135°: Lat 22°27'53.03" S Lon 48°2'1'57.39" W	140°: Lat 22°22'28'2.97" S Lon 48°2'22'31.88" W	145°: Lat 22°29'19.24" S Lon 48°2'2'13.08" W	150°: Lat 22°29'17.96" S Lon 48°2'2'58.58" W	155°: Lat 22°29'59.32" S Lon 48°2'3'17.92" W	160°: Lat 22°30'44.38" S Lon 48°2'3'41.82" W	165°: Lat 22°30'33.24" S Lon 48°2'4'28.83" W	170°: Lat 22°22'31'37.3" S Lon 48°2'24'57.25" W	175°: Lat 22°30'31.92" S Lon 48°2'5'49.04" W
180°: Lat 22°22'31'1.94" S Lon 48°26'27.74" W	185°: Lat 22°22'31'9.72" S Lon 48°27'10.03" W	190°: Lat 22°30'59.94" S Lon 48°27'51.1" W	195°: Lat 22°22'31'0.72" S Lon 48°28'34.64" W	200°: Lat 22°22'31'2.2" S Lon 48°28'29'20.7" W	205°: Lat 22°22'30'33.7" S Lon 48°29'54.93" W	210°: Lat 22°30'11.33" S Lon 48°30'30.3" W	215°: Lat 22°29'27.01" S Lon 48°30'48.3" W	220°: Lat 22°28'57.44" S Lon 48°31'13.12" W	225°: Lat 22°22'28'29.9" S Lon 48°31'38.03" W	230°: Lat 22°27'54.67" S Lon 48°31'52.08" W	235°: Lat 22°27'22.14" S Lon 48°32'6.13" W
240°: Lat 22°26'42.19" S Lon 48°32'3.25" W	245°: Lat 22°22'26'6.47" S Lon 48°32'0.23" W	250°: Lat 22°25'32.66" S Lon 48°31'53.17" W	255°: Lat 22°22'25'8.47" S Lon 48°32'12.15" W	260°: Lat 22°24'48.59" S Lon 48°33'9.39" W	265°: Lat 22°24'15.98" S Lon 48°33'14" W	270°: Lat 22°23'43.09" S Lon 48°34'46.31" W	275°: Lat 22°22'23'3.58" S Lon 48°34'35.7" W	280°: Lat 22°22'22.76" S Lon 48°34'40.18" W	285°: Lat 22°21'50.77" S Lon 48°34'0.99" W	290°: Lat 22°21'21.18" S Lon 48°32'9.38" W	295°: Lat 22°20'49.75" S Lon 48°33'9.73" W
300°: Lat 22°20'15.64" S Lon 48°32'56.27" W	305°: Lat 22°19'23.34" S Lon 48°33'8.8" W	310°: Lat 22°18'30.66" S Lon 48°33'10.25" W	315°: Lat 22°17'29.21" S Lon 48°33'11.85" W	320°: Lat 22°17'12.61" S Lon 48°32'21.91" W	325°: Lat 22°17'24.42" S Lon 48°31'14.38" W	330°: Lat 22°17'15.09" S Lon 48°30'29.92" W	335°: Lat 22°17'1.35" S Lon 48°29'50.27" W	340°: Lat 22°16'59.92" S Lon 48°29'6.39" W	345°: Lat 22°17'16.16" S Lon 48°19.84" W	350°: Lat 22°17'22.61" S Lon 48°27'40.28" W	355°: Lat 22°17'18.21" S Lon 48°27'4.15" W

Distância por radial											
0°: 11.5	5°: 10.9	10°: 10.9	15°: 9.7	20°: 9.9	25°: 9.6	30°: 10.3	35°: 9.6	40°: 9.2	45°: 8.1	50°: 7.8	55°: 8.6



23.10.12.40

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

60º: 7.7	65º: 7.1	70º: 7	75º: 5.3	80º: 5.3	85º: 5.3	90º: 4.9	95º: 4.3	100º: 5.2	105º: 5.1	110º: 8.7	115º: 11.5
120º: 12.5	125º: 13	130º: 12.7	135º: 10.9	140º: 10.5	145º: 12.7	150º: 11.9	155º: 12.8	160º: 13.8	165º: 13.1	170º: 14.9	175º: 12.7
180º: 13.5	185º: 13.8	190º: 13.7	195º: 14	200º: 14.4	205º: 14	210º: 13.8	215º: 13	220º: 12.7	225º: 12.5	230º: 12.1	235º: 11.8
240º: 11.1	245º: 10.5	250º: 9.9	255º: 10.2	260º: 11.6	265º: 11.6	270º: 12.5	275º: 14	280º: 14.3	285º: 13.4	290º: 12.8	295º: 12.7
300º: 12.8	305º: 14	310º: 15	315º: 16.3	320º: 15.7	325º: 14.3	330º: 13.8	335º: 13.7	340º: 13.3	345º: 12.4	350º: 11.9	355º: 11.9

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 017270902131	Modelo: PJ700C-LCD
Fabricante: RVR Elettronica SLR (Bo)	Potência de Operação: 0.5 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 1.12 kW
RDS					
Código PI: C5B9					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
538300006052000	1059	Portaria	MC	26/06/2002	01/07/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	645	Portaria	MC	15/08/2007	19/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Decreto Legislativo	CN	23/08/2004	24/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67551	Ato	CMPRL	04/10/2007	05/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	226	Despacho	MC	05/10/2009		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	278	Portaria	MC	31/10/2009	23/01/2009	Multa	Jurídico
9999	128	Despacho	ORLE	12/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico
53504.011316/2013-45	5791	Portaria	MC	05/10/2017	09/10/2017	Multa	Técnico
53500.076869/2017-15	13048	Ato	ORLE	16/10/2017	13/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53504004437201764	5722	Portaria	MC	10/11/2019	29/11/2019	Multa	Jurídico
53500.054439/2019-04	432	Ato	ORLE	25/01/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900019982201430	5579	Portaria	MC	13/05/2022	07/07/2022	Renovação	Jurídico
01250055170201707	11352	Portaria	MC	04/12/2023	22/12/2023	Transferência Direta	Jurídico



Horário de funcionamento



Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

Tipo Entidade:	Pessoa Jurídica
CNPJ:	03.880.030/0001-28
Razão Social:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia:	Midia Jau
Data última atualização:	26/12/2023 14:57:17

▶ 1º Passo Empresa	▶ 2º Passo Sócios	▶ 3º Passo Conselho	▶ 4º Passo Diretoria	▶ 5º Passo Controle
-----------------------	----------------------	------------------------	-------------------------	------------------------

Dados da Sociedade

Tipo Sociedade:	Limitada ▾
Nº	Empresa Privada ▾
Capital S	
Sociedad	
	30.000,00
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.	
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3	
	30.000
Moeda:	R\$ - REAL ▾
Valor de uma Cota:	1,00

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

Tipo Entidade:	Pessoa Jurídica
CNPJ:	03.880.030/0001-28
Razão Social:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia:	Midia Jau
Data última atualização:	26/12/2023 14:57:17

1º Passo
Empresa




2º Passo
Sócios

3º Passo
Conselho

4º Passo
Diretoria

5º Passo
Controle

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas com direito a voto	Vlr. Cotas	Qtd. Cotas sem direito a voto	Valor Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
077.182.	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	29.700	29.700,00	0	0,00		
099.177.	CELIA REGINA DE PAES	300	300,00	0	0,00		

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Vincular Sócio






<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

Tipo Entidade:	Pessoa Jurídica
CNPJ:	03.880.030/0001-28
Razão Social:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia:	Midia Jau
Data última atualização:	26/12/2023 14:57:17

- ▶ 1º Passo
Empresa
- ▶ 2º Passo
Sócios
- ▶ 3º Passo
Conselho
- ▶ 4º Passo
Diretoria
- ▶ 5º Passo
Controle

Diretoria				
CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	ADMINISTRADOR		
<div>Autenticado eletronicamente, após conferência com original.</div> <div> Não se Aplica</div> <div> Vincular: Diretor</div>				
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3				



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45607/2023/MCOM

Brasília, 27 de dezembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 502 (11252621)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 11352/2023 (11287181), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 502 (11252621), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 27/12/2023, às 10:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11291350** e o código CRC **75C33737**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11291350



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Brasília, 29 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo n.º 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica n.º 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica n.º 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria n.º 11352 de 4 de dezembro de 2023, publicada em 22 de dezembro de 2023, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ n.º 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria n.º 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ n.º 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 38232/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.055170/2017-07.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 29/12/2023, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11296422** e o código CRC **48FB9BF9**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11296422



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

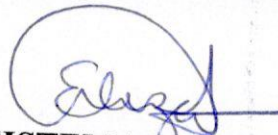
**EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Ref.: Transferência Direta de Outorga

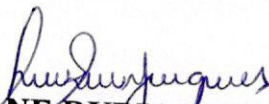
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.820.753/0001-31, com sede na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190 – conjunto 506-B – Vila Moreira – CEP 07020-001, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, tendo obtido permissão para executar o referido serviço, e desejando transferir a outorga para a entidade **MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitória, vem, pela sua representante legal e sócia cotistas, abaixo assinadas, dizer a Vossa Excelência que concorda com todos os atos que venham a ser baixados pelo Governo Federal, relativos à referida transferência.

Termos em que,
P. Deferimento

São Paulo, 22 de Janeiro de 2017.



**P/ EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR
SÓCIA ADMINISTRADORA**



**TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA
SÓCIA COTISTA**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 1

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

**EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, com sede na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitória, , desejando assumir a responsabilidade de executar, pelo restante do prazo autorizado, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, permitido à **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, vem, pelo seu dirigente que a esta subscreve, solicitar a Vossa Excelência, as necessárias providências para que lhe sejam transferidos os encargos da execução daquele serviço, obrigando-se a executá-lo de acordo com todas as exigências de ordem técnico-legais que lhe sejam feitas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e conforme os termos dos compromissos assumidos por aquela entidade.

Termos em que,
P. Deferimento

Mineiros do Tietê, 22 de Janeiro de 2017.


P/ MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR



consequente, e conforme determinação expressa do artigo 1150 do mesmo diploma legal a ter seus atos vinculados ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

II.2 – MUDANÇA DA DENOMINAÇÃO DA SOCIEDADE

II.2.1 – A sociedade passa a denominar-se **MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, ficando, de consequente, alterada a Cláusula 1ª do contrato social, que passa a vigorar com a redação seguinte:

“CLÁUSULA 1ª

A Sociedade girará sob a denominação social de **MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**”.

II.3 – MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE

II.3.1 - A sociedade passa a ter sua sede no município de Mineiros do Tietê – SP, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitoria, ficando, em consequência, alterada a Cláusula 2ª do contrato social, que passa a redigir-se da forma seguinte:

“CLÁUSULA 2ª

A Sociedade terá a sua sede na cidade de Mineiros do Tietê – SP, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitoria”.

II.4 – CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL

II.4.1 – Em razão da presente alteração, resolvem os sócios, consolidar, num só instrumento, as cláusulas de seu contrato social, ficando o compromisso assim redigido:



CONTRATO SOCIAL



MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA

JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR

Brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Riachuelo, 410 – Vila Adônias, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.666.626-3-SSP/SP e CPF/MF sob nº 077.182.158-14 e

CÉLIA REGINA DE PAES

Brasileira, solteira, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na rua Tuiuti, 67 – Vila Adonias, portadora da Cédula de Identidade RG nº 23.160.192-X-SSP/SP e CPF/MF nº 099.177.758-11.

CONSOLIDAM, entre si, e na melhor forma de direito, sociedade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á **MIDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, e terá como finalidade a execução do serviço de televisão a cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), serviço de radiochamada de interesses público e privado, serviço troncalizado de radiocomunicação, serviço de telefonia celular, serviços de radiodifusão, vale dizer, onda média, frequência modulada, onda curta, onda tropical, sons e imagens (televisão), retransmissão e repetição de sinais de televisão, mediante autorização prévia do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigentes e serviços de produção em estúdio para rádio e televisão.

CLÁUSULA SEGUNDA

A Sociedade tem sua sede na cidade de Mineiros do Tietê – SP, na Estrada Deputado Amauri Barroso de Souza, km 276 – Bairro Sítio Vitoria.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Petição (2192121)

SEI 01200-3357072007 / pg. 5

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

CLÁUSULA TERCEIRA



Os objetivos expressos da sociedade de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1.963, que instituiu o regulamento dos serviços de radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para suportação dos encargos da empresa e sua necessária expansão.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e se necessário for a sua dissolução, tal deliberação deverá ser tomada pela maioria absoluta dos sócios, conforme determina o artigo 1033, inciso III da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA QUINTA

Toda e qualquer modificação do contrato social, depende, para sua validade, de votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social, nos termos do artigo 1.076, inciso I, combinado com o artigo 1.071, inciso V da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

PARÁGRAFO ÚNICO

A Sociedade, por seus sócios, dispensa a instituição de Conselho Fiscal, previsto no artigo 1066 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEXTA

A Sociedade se compromete por seus Administradores e Sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual, sem a prévia autorização do Poder Concedente, desde que tais alterações impliquem na modificação dos objetivos sociais, cessão de cotas ou aumento de capital social que resultem em alteração do controle societário, bem como transferência da concessão, permissão e ou autorização.

CLÁUSULA SÉTIMA

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ressalvado o disposto na Cláusula Oitava do presente pacto contratual.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Petição (2192121)

SEI 01250-03570/2017-07 / pg. 6

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

CLÁUSULA OITAVA

Poderão fazer parte da sociedade de forma indireta, vale dizer, através de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País, estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos, desde que tal participação não exceda a 30% (trinta por cento) do capital total, sem direito a voto.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a viger e referentes a legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA

A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O Capital Social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), representado por 30.000 (trinta mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, da seguinte forma:



COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR - R\$
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR	29.700	R\$ 29.700,00
CELIA REGINA DE PAES	300	R\$ 300,00
TOTAIS	30.000	R\$ 30.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O Capital Social da empresa encontra-se totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

As cotas são indivisíveis em relação à Sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A Sociedade será administrada, unicamente, pelo sócio **JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR**, na função de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe, ainda, a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os administradores terão como remuneração mensal, a quantia fixada em comum até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda, que será levada à conta de despesas gerais.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima Quinta deste Instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor, estranhos aos interesses da Sociedade, ficando os administradores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e desde que resultem na alteração do controle societário da empresa, de autorização prévia do Poder Concedente, nos termos do estipulado na Cláusula Sexta deste Contrato Social e para esse fim, o sócio-retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade os sócios remanescentes terão, sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio-retirante.

PARÁGRAFO ÚNICO

O sócio cedente, responde solidariamente com o adquirente, pelo prazo de 2 (dois) anos, pelas obrigações por ele assumidas perante a sociedade e terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, o Capital e os lucros apurados no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, desde que esteja totalmente integralizado. O Capital Social poderá ser reduzido depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis ou se for excessivo em relação ao objeto da sociedade. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na Sociedade, deverão designar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> pg. 9

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

quem os representará na Sociedade no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Poder Concedente e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente contrato social e o seu registro na repartição competente.

CLAÚSULA VIGÉSIMA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um Fundo de Reserva, até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme determinação do artigo 1065 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

CLAÚSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Parte Especial – Livro II – Do Direito De Empresa – Título II – Da Sociedade – Capítulo IV - Da Sociedade Limitada.





CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social Consolidado, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei.

Sorocaba, 09 de Fevereiro de 2017.



JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR

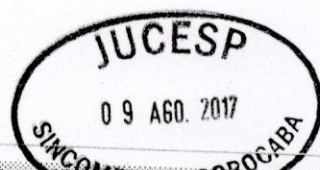
FLAVIA AUGUSTINHO DE OLIVEIRA
OAB/SP 142.490



Célia Regina de Paes
CÉLIA REGINA DE PAES

Testemunhas:

- 1- *Erwin Vaz Prado* 2- *Andréia de Almeida Silva*
RG 12.330-454
eh
267 930-180



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 11

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

1 REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA DE SOROCABA

Rua Osvaldo de Jesus, 45, A da Boa Vista-F: (15)3331-7500

Carlos Andre Ordonio Ribeiro - Oficial - **83.004**

Apresentado em 23/02/2017, protocolado e registrado em

microfilme sob numero de ordem 83.004. Sorocaba(SP), 24/02/2017.

Emolumentos	83,74
Estado	23,82
Ipesp	12,27
Reg.Civil	4,40
Trib Justica	5,75
Min. Publico	4,02
Diligencia(s)	0,00
Total	134,00

Escrevente Autorizado

[Assinatura]
**1º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOA JURIDICA DE SOROCABA**

Ariela Fernanda Prior
Escrevente Autorizada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 12

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
35230691578	09/08/2017	EMIÇÃO
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	04/09/2017 15:36:57
14/06/2000	03.880.030/0001-28	INSCRIÇÃO ESTADUAL

CAPITAL	
R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)	

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: ESTRADA DEP AMAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO: S/N
BAIRRO: SITIO VITORIA	COMPLEMENTO: KM 276
MUNICÍPIO: MINEIROS DO TIETE	CEP: 12500-000 UF: SP

OBJETO SOCIAL
OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE CRIAÇÃO DE ESTANDES PARA FEIRAS E EXPOSIÇÕES CONSULTORIA EM PUBLICIDADE MARKETING DIRETO PROMOÇÃO DE VENDAS EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
CELIA REGINA DE PAES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 099.177.758-11, RG/RNE: 23160192X - SP, RESIDENTE À R TUIUTI, 67, VL ADONIAS, SOROCABA - SP, CEP 18035-340, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 300,00
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 077.182.158-14, RG/RNE: 186666263 - SP, RESIDENTE À R RIACHUELO, 410, VL ADONIAS, SOROCABA - SP, CEP 18035-330, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 29.700,00



SESSÃO: 09/08/2017

ARQUIVAMENTOS

TRANSFORMADA DE SOCIEDADE CIVIL. REGISTRADA ANTERIORMENTE SOB N. 3278 EM 14/06/2000 NO 1 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS DE SOROCABA/SP. DENOMINACAO ANTERIOR ALCANCE EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35230691578
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 01/09/2017

JUCESP

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

documento
assinado
digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para FERNANDO ANTONIO PERAZZO : 72312165872. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90717154, segunda-feira, 4 de setembro de 2017 às 15:36:57.



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

120005

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

18-666-626-3

DATA DE EXPEDIÇÃO

18/FEV/93

NOME

JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR

FILIAÇÃO

JOSE RUBENS BISMARA

E

ESMIR VAZ FRADO

NATURALIDADE

SOROCABA -SP

DOC ORIGEM

SOROCABA SP

PRIMEIRO SUBDISTRITO

PRIMEIRO SUBDISTRITO

CM: V-56A /FLS-3V /N-035440

CPF

077.821.58/14

DATA DE NASCIMENTO

28/JUN/1968

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



ANTONIO SOROCABA-SP

AUTENTICAÇÃO

presente cópia confere com original

04.06.2017

Sorocaba

LUCE CAVALCIUK

Escrevente Autorizada

Válida somente com o selo de autenticidade

EM BRANCO

EM BRANCO

REGISTRO
 GERAL
 23.160.192-X
 VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 NOME
 CELIA REGINA DE PAES
 DATA DE
 EXPEDIÇÃO
 11/MAR/88
 FILIAÇÃO
 JULIA RIBEIRO DE PAES
 NATURALIDADE
 GARÇA - SP
 DOC ORIGEM
 SÃO PAULO-SP
 JARDIM PAULISTA
 CN: 0.444/FLS. 60
 CPF: 099.127.258.41
 DATA DE NASCIMENTO
 20/AGO/1957
 Assinatura: Antonio Carlos de Castro Machado
 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



27 FEV 2013

Marcelo Vieira Santos da Silva - Encar. Autor.
 Kleber Lucio Santos da Silva - Subenc. Oficial

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT
 1200-5
 ASSINATURA DO TITULAR
 Celia Regina de Paes
 CARTEIRA DE IDENTIDADE



BRANCO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 17

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 03/09/2017, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME
03.880.030/0001-28

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 04/09/2017

Data da última atualização do banco de dados: 03/09/2017

Selo digital de segurança: **2017.CTD.CJX3.XCKN.UV83.L601.TZ25**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-01 - Criação de estandes para feiras e exposições 73.19-0-02 - Promoção de vendas 73.19-0-03 - Marketing direto 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276	
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (15) 9701-2212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/08/2017** às **17:06:13** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 23/08/2017



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 19

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 17:02:05 do dia 23/08/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/02/2018.

Código de controle da certidão: **761D.F6C6.1C00.BB4D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 20

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 03880030/0001-28**Razão Social:** ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**Endereço:** RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/08/2017 a 16/09/2017**Certificação Número:** 2017081807002698236480

Informação obtida em 04/09/2017, às 15:51:37.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.880.030/0001-28
Certidão nº: 136511443/2017
Expedição: 04/09/2017, às 15:47:29
Validade: 02/03/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA - ME**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
03.880.030/0001-28, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do
Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e
na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do
Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos
Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias
anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação
a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua
autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na
Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados
necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações
estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em
acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos
recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a
emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes
de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do
Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 22

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2017.0001069549

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **077.182.158-14**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 4 (quatro) dias do mês de setembro de 2017, às 15:53.

Observações:

- Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **620f306e f8eed67c 8adaf720 ff6cb9fd c3ef81f1**, no endereço **http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau;
- Esta certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico Pje.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 23

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2017.0001069585

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **CÉLIA REGINA DE PAES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **099.177.758-11**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 4 (quatro) dias do mês de setembro de 2017, às 15:54.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **9aaf91e0** **8e75283b** **c86ed6f5** **bf38ac77** **1dfab5b4**, no endereço **http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- e) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgamento;
- f) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- g) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- h) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- i) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- j) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- l) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- m) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- n) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau;
- p) Esta certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico Pje.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 24

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.880.030/0001-28, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço de frequência modulada na localidade de Mineiros do Tietê- SP, e que caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


P/ MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR



DECLARAÇÃO

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.880.030/0001-28, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- inexistente parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadores de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do parágrafo 1º do artigo 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


P/ MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 26

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.880.030/0001-28, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no artigo 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa).

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.

P/ MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA
JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR
SÓCIO ADMINISTRADOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

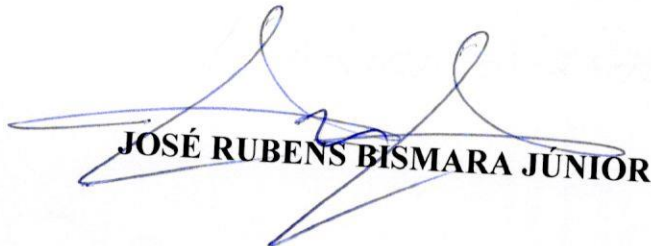
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 27

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DO INVESTIMENTO EM QUESTÃO

Odirigente da empresa **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, mais precisamente **JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR**, tem vasta experiência no setor de radiodifusão. Há mais de três décadas explora serviços de radiodifusão em onda média, frequência modulada e onda tropical, através da **RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA**, estando, pois, apto, preparado e com lastro financeiro “*quantum satis*” para o empreendimento em evidência.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR

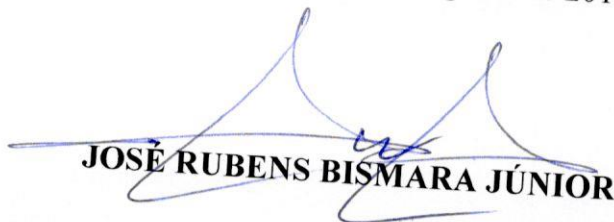


DECLARAÇÃO

JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR, RG Nº 18.666.623-3-SSP/SP, declara para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não é sócio de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão em frequência modulada no município de Mineiros do Tietê – SP, objeto da permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR



DECLARAÇÃO

CÉLIA REGINA DE PAES, RG Nº 23.160.192-X-SSP/SP,
declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não é sócia de outra entidade que execute e mesmo tipo de serviço de radiodifusão em frequência modulada no município de Mineiros do Tietê – SP, objeto da permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.

Célia Regina de Paes
CÉLIA REGINA DE PAES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 30

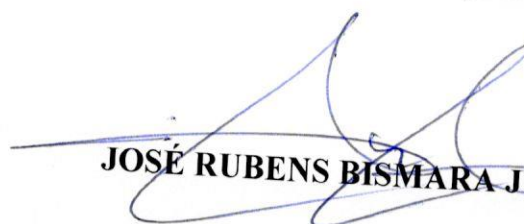
ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DECLARAÇÃO

JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR, sócio administrador da **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, declara para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão em frequência modulada na localidade de Mineiros do Tietê- SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR

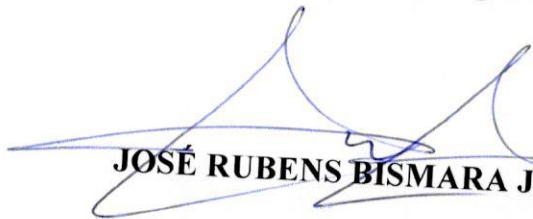


DECLARAÇÃO

JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR, sócio administrador da **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, declara para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial.

Mineiros do Tietê, 22 de Agosto de 2017.


JOSÉ RUBENS BISMARA JÚNIOR





BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO >>> **Nada Consta** | internet | teia | menu | ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:27:55 do dia 13/09/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/10/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

<http://sistemasnet/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 33

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas Interativos

Menu Principal ▼

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: Mineiros do Tietê

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	Mineiros do Tietê	23/03/2005	23/03/2015

Usuário: **anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida** Data: **13/09/2017** Hora: **11:29:44**

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://intelig-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

http://sistemasnet/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 34

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.820.753/0001-31

EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR	095.329.748-90	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Cajati
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Cajati
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Bonito
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Rio das Pedras
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Simão
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Diretor (DIRETORA GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Mineiros do Tietê
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Bonito
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Rio das Pedras
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Simão
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mineiros do Tietê
TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA	213.105.638-96	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Mineiros do Tietê
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Simão
		EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Rio das Pedras
		EXITUS SISTEMA DE	03.820.753/0001-31	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Bonito



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://www.anatel.gov.br/sistemasnet/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi...

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Mineiros do Tietê
Frequência: 88,5 MHz
Classe: C
Canal: 203

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia: EXITUS FM DIGITAL
Nº Estação: 689693613
**Primeiro
Licenciamento:** 16/08/2011 10:08:16

Fistel: 50401554767
CNPJ: 03.820.753/0001-31
Situação: Entidade não possui débitos
**Último
Licenciamento:** 16/08/2011 10:08:16

- ☐ **Dados do Plano Básico**
- ☐ **Dados da Outorga**
- ☐ **Documentos Emitidos**
- ☐ **Característica da Estação Instalada**
- ☐ **Dados do Licenciamento**

Tela Inicial

Imprimir



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://intelig-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/asp395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

http://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 37

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:

:

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 13/09/2017

Hora: 11:37:04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 077.182.158-14

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		SISTEMA MAXI DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	58.060.898/0001-73	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Cabreúva
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		SISTEMA MAXI DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	58.060.898/0001-73	Sócio	16038	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Cabreúva

Usuário: **anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida**

Data: **13/09/2017**

Hora: **11:39:38**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 099.177.758-11

•
 Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 13/09/2017

Hora: 11:40:30



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

BOLETO >>> **Nada Consta** | internet | teia | menu | ajuda



CNPJ: 03.880.030/0001-28

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:36:38 do dia 13/09/2017 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

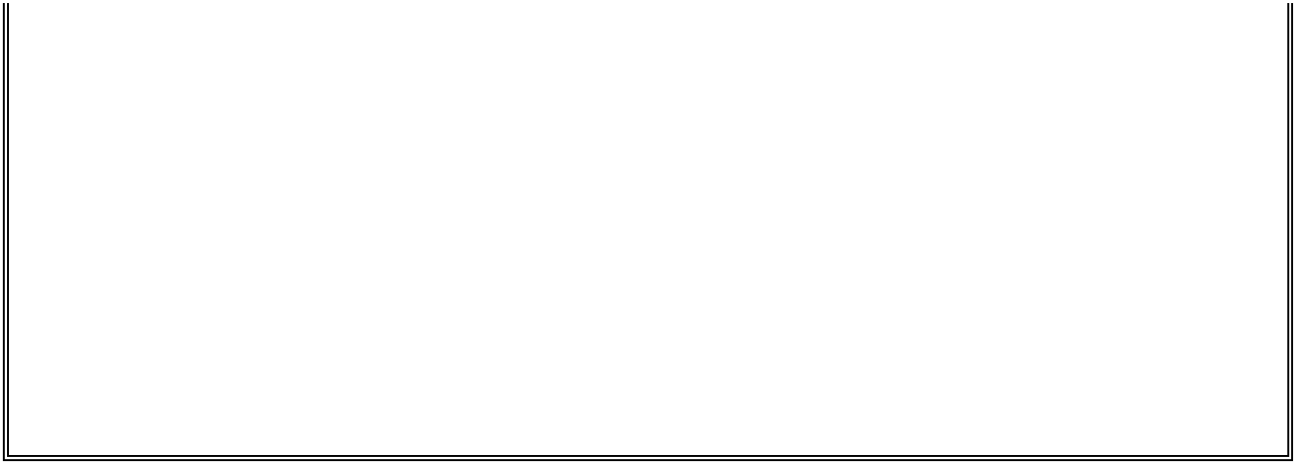
<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

<http://sistemasnet/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

SEI 01230-055170/2017-07 / pg. 41

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

<http://sistemasnet/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

SEI 01230:055170/2017-07 / pg. 42

13/09/2017

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias - COACT

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**TRANSFERÊNCIA DIRETA**

Processo nº 01250.055170/2017-07		
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda	Entidade cessionária: Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Validade da Outorga: vencida	Período: 23/05/2005 a 23/05/2015 23/05/2015 a 23/05/2025	Nº do Processo de renovação de outorga : 53900.019982/2014-30

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	FL(s).
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Cessionária não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- a Cessionária autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao CDN, se o local de execução do serviço estiver em faixa de fronteira;- nenhum dos sócios e dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	
b) Licença de funcionamento;	OK	2217805
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	
d) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio <u>se o serviço for executado em faixa de fronteira;</u>	Não se aplica	

1. RELATIVOS À CEDENTE			
1.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	FL(s).
REGULARIDADE FISCAL	1.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	PENDENTE	
	1.1.2. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal <u>da sede da entidade</u> , ou outra equivalente, na forma da lei;	PENDENTE	
	1.1.3. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	Evento Sei 2212913 p. 01
	1.1.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	PENDENTE	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.com.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Checklist (2217348)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 43

1.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	
---	----------	--

2. RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	FL(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	Pendente ato constitutivo -Alteração: 03
	2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	13/14
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	Não é na sede
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	19
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;	PENDENTE	Federal: 20
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;	Não se aplica	
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 20 FGTS: 21
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	22

3. RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA			
3.1. DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS E DIRETORES	SITUAÇÃO	FL(s).
3.1.1. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: - certidão de nascimento ou casamento; - certificado de reservista; - cédula de identidade; - certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; - carteira profissional; - carteira de trabalho e previdência social; ou - passaporte;	José Rubens Bismara Junior	OK	15
	Célia Regina de Paes	OK	16

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Débora Neves CARGO: ANALISTA TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	14/09/2017



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.com.br/leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Checklist (2217346) SEI 01230.035170/2017-07 / pg. 44

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia: EXITUS FM DIGITAL	
Telefone: (11) 2440-6879	E-mail: contato@cacomunicacoes.com.br
CNPJ: 03.820.753/0001-31	Número do Fistel: 50401554767
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2005	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	Complemento: - CONJUNTO 506 B	
Bairro: VILA MOREIRA	Numero: 190	
Município: Guarulhos	UF: SP	CEP: 07020001

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	Complemento: CONJUNTO 506 B	
Bairro: VILA PEDRO MOREIRA	Numero: 190	
Município: Guarulhos	UF: SP	CEP: 07020001

Endereço do Transmissor		
Logradouro: ESTRADA DEP. AMAURI BARROSO DE SOUZA - KM 276	Complemento:	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: S/N	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: ESTRADA DEP. AMAURI BARROSO DE SOUZA - KM 276	Complemento:	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: S/N	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP
Latitude: -22.39583	Longitude: -48.44056

Parâmetros Técnicos			
Canal: 203	Frequência: 88.5 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689693613	Número Indicativo: ZYU939



017 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Outros (origem externa) LICENCIAMENTO (2217605)

SEP01250.055170/2017-07 / pg. 45

Data Último Licenciamento: 16/08/2011

Número da Licença: 000002/2011-SP

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -22.395	Longitude: -48.441	Cota da base: 700.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 017270902131	Modelo: PJ700C-LCD
Fabricante: RVR Elettronica SLR (Bo)	Potência de Operação: .100 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 12-50	Fabricante: RFS-RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação dB100m: 2.03 dB	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMB-02	Fabricante: ANDREW INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA				
Ganho: -.09 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 57 m	ERP Máximo: 0.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.46	10°: 1.64	20°: 1.82	30°: 1.92	40°: 1.87	50°: 1.72	60°: 1.57	70°: 1.44	80°: 1.3	90°: 1.15	100°: 0.98	110°: 0.8
120°: 0.67	130°: 0.59	140°: 0.56	150°: 0.58	160°: 0.69	170°: 0.86	180°: 0.95	190°: 0.9	200°: 0.79	210°: 0.67	220°: 0.59	230°: 0.5
240°: 0.41	250°: 0.26	260°: 0.09	270°: 0	280°: 0.01	290°: 0.09	300°: 0.24	310°: 0.48	320°: 0.79	330°: 1.05	340°: 1.21	350°: 1.33

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação dB100m: dB	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.06 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1059	Portaria	MC	26/06/2002	01/07/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	645	Portaria	MC	15/08/2007	19/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Decreto Legislativo	CN	23/08/2004	24/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67551	Ato	CMPRL	04/10/2007	05/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	226	Despacho	MC	05/10/2009		Autoriza a Alteração de Características	Técnico



1017 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Outros (origem externa) LICENCIAMENTO (2217605) SEP01250.055170/2017-07 / pg. 46

9999	278	Portaria	MC	31/10/2009	23/01/2009	Técnicas da Estação Multa	Jurídico
9999	128	Despacho	MC	12/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico

Horário de funcionamento



NOTA TÉCNICA Nº 21117/2017/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.055170/2017-07

Assunto: EXIGÊNCIA. Transferência Direta.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Exitus Sistema de Comunicação. (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de Frequência Modulada, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Mídia Jáú (cessionária).

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deverá observar as regras estabelecidas pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e o Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, e ser instruído de acordo com o Decreto nº 9.138/2017, que altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº 2217348), restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À CEDENTE:

- a) requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, preenchido **em conjunto pelas entidades cedente e cessionária**, conforme modelo que segue em anexo;
- b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- d) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) certidão negativa de débitos trabalhistas;

RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

- a) ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;
- f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;



g) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

l) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, afim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Debora Neves Seabra de Almeida**, **Analista de Nível Superior**, em 25/09/2017, às 14:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 25/09/2017, às 15:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2217810** e o código CRC **FB97266D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 2217810



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 40352/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME (CNPJ nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190 - Conjunto 506-B Vila Moreira
07020-001 Guarulhos/SP

Assunto: **Transferência Direta. Exigência. Processo nº 01250.055170/2017-07**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 21117/2017/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 25/09/2017, às 15:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2217867** e o código CRC **EBF65692**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 40352/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.055170/2017-07 - Nº SEI: 2217867



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 50

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

**FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE
TRANSFERÊNCIA DIRETA**

IDENTIFICAÇÃO

Nome da pessoa jurídica (cedente): _____ inscrita no CNPJ nº: _____,
com sede no endereço: _____ CEP nº: _____,
por seu representante legal, _____
inscrito no CPF nº: _____, com endereço eletrônico (*e-mail*):
_____, vem, com fundamento no disposto na alínea “c” do art. 38 da Lei
nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 12.872/2013), solicitar autorização para realizar a
TRANSFERÊNCIA DIRETA da concessão/permissão para a execução do serviço de
radiodifusão _____, na localidade de _____, no
estado _____, à Nome da pessoa jurídica
(cessionária): _____, inscrita no CNPJ nº: _____.

QUADROS SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE:

NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

QUADROS SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA:

NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Cessionária cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (f) a Cessionária autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, eu,

_____,
representante legal da entidade cessionária, firmo este requerimento.

Assinatura de todos os sócios e diretores
(Cedente e Cessionária)



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Além deste requerimento e declarações acima transcritas, os seguintes documentos são necessários para a efetivação da operação solicitada:

- RELATIVOS À CEDENTE:

- (a) prova de inscrição no CNPJ;
- (b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;
- (c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- (e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

- RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedade por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e



(i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

- RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA:

(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social, e passaporte;

Atenção:

1) Na hipótese de a pessoa jurídica Cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2) Na hipótese de haver pessoa jurídica sócia da pessoa jurídica cessionária, os dirigentes de ambas, em conjunto, prestarão declaração de que:

I - no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

II - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

III - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.



OBSERVAÇÃO:

(1) A prova da nacionalidade pode ser efetuada por meio dos seguintes documentos:

I – certidão de nascimento ou casamento; II – certificado de reservista; III – cédula de identidade; IV – certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; V – carteira profissional; VI – carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou VII – passaporte.

(2) A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Data de Envio:

26/09/2017 15:36:49

De:

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga
<sepos_jur@mctic.gov.br>

Para:

pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@ig.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 01250.055170/2017-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_2217867.html
Nota_Tecnica_2217810.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA**

Processo nº 01250.055170/2017-07		
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda CNPJ: 03820753000131	Entidade cessionária: Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. CNPJ: 03880030000128	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Validade da Outorga: vencida em 23/03/2015 (2212913)	Período: 23/05/2005 a 23/05/2015 23/05/2015 a 23/05/2025	Nº do Processo de renovação de outorga : 53900.019982/2014-30

REQUISITOS MÍNIMOS

1. RELATIVOS AO PEDIDO	SITUAÇÃO	P(s).
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações de que: - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Cessionária não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - a Cessionária autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao CDN, se o local de execução do serviço estiver em faixa de fronteira; - nenhum dos sócios e dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	Pendente	- Requerimento: 3120680 , p. 1-4 - Declarações: Apenas do representante legal da cessionária Pendente (todos os sócios)
b) Licença de funcionamento;	OK	Licenciamento em: 16/08/2011, p.5, SEI 2212913
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	2212964
d) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira ;	Não se aplica	-

2. RELATIVOS À CEDENTE:

2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	P(s).
2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	OK	CNPJ , 5372355, p. 1 Emitida em 06/04/2020
2.1.2. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	Pendente	Federal , 5372355, p. 4 Válida até 02/09/2020. Estadual , 2293667 , p. 5 Válida até 27/09/2017. Vencida Municipal , 2293667 , p. 5 Válida até 15/09/2017. Vencida
2.1.3. Prova de regularidade de recolhimento dos		FISTEL ,

**ARIDADE**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 57

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

FISCAL	recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	Pendente	Vencida
	2.1.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS , 5372355, p. 4 Válida até 09/07/2020.
	2.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	FGTS , 5372355, p. 4 Válida até 09/07/2020.
		OK	CN , 5372355, p. 5 Válida até 02/10/2020.

3. RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

3.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	FL(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	3.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	Ato constitutivo de Alcance - Empresa de Comunicação Ltda. 2340388 , p. 6-10 1ª Alteração Contratual 2340388 , p. 10-15 Mudança de denominação social para Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Consolidação do Contrato Social 2340388 , p. 18-24
	3.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	Pendente	3120680 , p. 33-34 Atualizar
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	3.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Pendente	Consta documento firmado pelo representante legal e contador (*1) 2340388 (ex. 2016) Atualizar
	3.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Pendente	2340388 , p. 31 em 27/10/2017 3120680 , p. 35 em 03/07/2018 Atualizar
	3.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	CNPJ , 5372364 , p.1 Emitida em 07/04/2020
	3.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;	Pendente	Federal , 5372364 , p. 3 Pendente
			Estadual , 2340388 , p. 26 Válida até 10/10/2017 Vencida
			Municipal , 2340388 , p. 27 Válida até 27/10/2017 Vencida



ARIDADE

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Checklist 9371364

SEI 01256-053170/2017 - 07 / pg. 58

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

FISCAL	3.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	Pendente	FISTEL, Pendente
	3.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	Pendente	INSS, 5372364 , p. 3 Pendente FGTS, 5372364 , p. 4 Válida até 09/07/2020.
	3.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	CN, 5372364 , p. 5 Válida até 03/10/2020.

(*1) **OBSERVAÇÃO:** O analista não tem competência para se manifestar sobre balanço financeiro patrimonial, conforme Lei nº 8.691, de 28/07/1993, de competência das carreiras de contabilidade e auditoria.

4. RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA

4.1. DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS E DIRETORES	SITUAÇÃO	FL(s).5372364 p.2
4.1.1. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: - certidão de nascimento ou casamento; - certificado de reservista; - cédula de identidade; - certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; - carteira profissional; - carteira de trabalho e previdência social; ou - passaporte;	JOSÉ RUBENS BISMARA JUNIOR	OK	3120680 , p. 45
	CELINA REGINA DE PAES	Pendente	Pendente

4.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA CESSIONÁRIA:

4.2.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Cessionária e da Pessoa Jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;		Não se aplica	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;		Não se aplica	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.		Não se aplica	

5. CONCLUSÃO:

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Checklist 5371564

SEI 01256-055170/2017-07 / pg. 59

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 07/04/2020, às 13:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5371564** e o código CRC **2786AF93**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5371564



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Checklist 5371564

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 60

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.820.753/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2000
NOME EMPRESARIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EXITUS FM STEREO	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJUNTO 506-B
CEP 07.020-001	BAIRRO/DISTRITO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO pabi-contabil@pabi.com.br	TELEFONE (11) 2440-6879/ (11) 2440-6879	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/04/2020** às **17:47:25** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Regularidade Fiscal Cedente (5372535)

CEP 01250.055170/2017-07 / pg. 61

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.820.753/0001-31
NOME EMPRESARIAL:	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **06/04/2020** às **17:48** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Regularidade Fiscal Cedente (5372333)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 62

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Relação das certidões emitidas por data de validade

CNPJ: 03.820.753/0001-31 - EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
Período: 06/04/2020 a 06/04/2020

Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Segunda via
1354.8C40.C9BF.B834	Negativa	06/03/2020 11:15:34	02/09/2020	Válida Prorrogada até 01/12/2020	/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegundaViaC /MXwwMzgyMDc1MzAwMDEzMXwyfDEzNTQ4QzQwQzI CRk14MzR8MDYvMDMvMjA

« « 1 » »

Válida Prorrogada: O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 555/2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/03/2020, Edição 57, Seção 1, Página 33.

Nova consulta ([/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar](#))



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.820.753/0001-31
Razão Social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
Endereço: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 200 CONJ 508 / VILA MOREIRA / GUARULHOS / SP / 07020-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/03/2020 a 09/07/2020

Certificação Número: 2020031204082685479955

Informação obtida em 06/04/2020 17:59:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Regularidade Fiscal Cedente (5572555)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 64

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certidão nº: 7964026/2020

Expedição: 06/04/2020, às 18:00:15

Validade: 02/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.820.753/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cn dt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Regularidade Fiscal Oculta (5572355)

SEI 01230-055170/2017-07 / pg. 65

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BISMARAJR@GMAIL.COM		TELEFONE (15) 9701-2212
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/04/2020** às **07:16:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Regularidade Fiscal Cessionária (5572504)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 66

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

03.880.030/0001-28

NOME EMPRESARIAL:

MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA

CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

CELIA REGINA DE PAES

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **07/04/2020** às **07:13** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Regularidade Fiscal Cessionária (3372304)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 67



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.880.030/0001-28 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

ta.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/EmiteCertidaoInternet.asp?ni=03880030000128&passagens=1&tipo=1

Anexo Regularidade Fiscal Cessionária (3372904)

SEI 01239.055170/2017-07 / pg. 68

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.880.030/0001-28

Razão Social: ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Endereço: RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/03/2020 a 09/07/2020

Certificação Número: 2020031204115548469826

Informação obtida em 07/04/2020 07:21:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

https://anexo.regularidade.fiscal.cessionaria (5372564)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 69

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.880.030/0001-28

Certidão nº: 8001071/2020

Expedição: 07/04/2020, às 07:23:22

Validade: 03/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.880.030/0001-28**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Regularidade Fiscal Cessionária (3372504)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 70

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

NOTA TÉCNICA Nº 7293/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.055170/2017-07

Assunto: EXIGÊNCIA. Transferência Direta.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Exitus Sistema de Comunicação. (cedente), inscrita no CNPJ sob o nº 03.820.753/0001-31 executante do serviço de radiodifusão sonora de Frequência Modulada, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Mídia Jáú (cessionária), inscrita no CNPJ sob o nº 03.880.030/0001-28.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017), o qual, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. A transferência direta da outorga é uma operação que tem 3 (três) requisitos básicos que a Entidade deve preencher para que o pedido possua condição de procedibilidade. É necessário que se verifique os aspectos relacionados: a) ao lapso temporal exigido para a realização da operação, b) à obediência aos limites previstos no Decreto Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967; e c) à regularidade da outorga.

4.1. Quanto ao lapso temporal, considerando o comando normativo previsto no art. 91 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963) e com base em consulta realizada ao Sistema SRD da Anatel (evento SEI nº [2212913](#), p. 5), verifica-se que o primeiro licenciamento para a execução do referido serviço foi emitido em 16/08/2011. A entidade atende ao requisito.

4.2. No tocante à obediência aos limites de outorgas previstos no art. 12 do Decreto Lei n.º 236/67, o Sistema SIACCO da Anatel (evento Sei nº [1932307](#)) indica o atendimento ao requisito. Esse requisito será verificado novamente na data do ato de transferência.

4.3. Por fim, no que diz respeito à validade da outorga da Frequência Brasileira de Comunicação Ltda., registra-se que ela se encontra vencida desde 2004. Contudo, está em trâmite nesta Pasta o processo 53900.019982/2014-30, relativo ao pedido de renovação de outorga para o período de 23/05/2015 a 23/05/2025, estando referido processo sob análise da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à instrução processual de acordo com a Portaria nº 329/2012. Dessa forma, a entidade não atende ao requisito.

5. O não atendimento de qualquer dos requisitos acima é causa de indeferimento do pedido. Após o atendimento aos requisitos do parágrafo 4, verifica-se o atendimento aos requisitos de regularidade fiscal, patrimonial e societária das entidades cedente e cessionária. Isso por que as certidões que comprovam tais requisitos têm data de validade. Todas as certidões e documentos devem estar válidos na data do ato de transferência.

6. Não obstante o não atendimento aos pré-requisitos, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº [5359742](#)), para fins de orientação às entidades interessadas, restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes

tos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 7293 (5374135)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 71

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

RELATIVOS À CEDENTE:

a) requerimento apresentado ao Ministério das Comunicações formulado em conjunto pela entidade detentora da concessão ou permissão e por aquela para qual a outorga será transferida, assinado pelos sócios e representantes legais de ambas as Entidades;

Justificativa: Faz-se necessário atualizar o requerimento devido ao transcurso do prazo e alteração societária dos interessados. Link do requerimento no sítio eletrônico do MCTIC:

<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/desburocratacao.html>

b) cópia da portaria de renovação da outorga;

Justificativa: A outorga encontra-se vencida.

c) prova de regularidade para com as Fazendas estadual e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

Justificativa: As certidões encontram-se vencidas.

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;

Justificativa: A certidão encontra-se vencida.

RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

a) ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;

Justificativa: Em caso de alterações contratuais realizadas após a 2ª Alteração Societária registrada.

b) certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão de registro correspondente em que conste detalhadamente o histórico de todos os atos arquivados pela Entidade;

Justificativa: A certidão encontra-se vencida.

c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: Faz-se necessário a atualização do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

d) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Justificativa: A certidão encontra-se vencida.

e) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

Justificativa: As certidões encontram-se vencidas.

f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL (se já for executante de serviço de radiodifusão)

Justificativa: A certidão encontra-se vencida.

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA:

a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses;



Justificativa: Houve alteração no Quadro Social da entidade cessionária, fazendo-se necessária o envio da documentação.

7. Outrossim, cabe lembrar que o permissionário pode, a qualquer momento, apresentar pedido de transferência direta para a Secretaria de Radiodifusão, desde que atendidos os requisitos de procedibilidade do parágrafo 4.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 6, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 07/04/2020, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 08/04/2020, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5374155** e o código CRC **D871990F**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5374155



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações Societárias

OFÍCIO Nº 13717/2020/SEASO/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 07 de abril de 2020.

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME (CNPJ nº 03.820.753/0001-31)

Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190 - Conjunto 506-B Vila Moreira

07020-001 Guarulhos/SP

Assunto: Transferência Direta. Exigência. Processo nº 01250.055170/2017-07

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 7293/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 08/04/2020, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 13717 (3374136)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 74

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5374430** e o código CRC **DA9679B4**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5374430



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ciclo 19717 (5374430)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 75

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

08/04/2020 20:45:01

De:

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga
<sepos_jur@mctic.gov.br>

Para:

pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@ig.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.055170/2017-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5374430.html
Nota_Tecnica_5374155.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

03.880.030/0001-28

NOME EMPRESARIAL:

MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA

CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

CELIA REGINA DE PAES

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 29/05/2020 às 12:14 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA**

Processo nº 01250.055170/2017-07		
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda CNPJ: 03820753000131	Entidade cessionária: Mídia Já Empresa de Comunicação Ltda. CNPJ: 03880030000128	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Validade da Outorga: vencida em 23/03/2015 (2212913)	Período: 23/05/2005 a 23/05/2015 23/05/2015 a 23/05/2025	Nº do Processo de renovação de outorga: 53900.019982/2014-30

REQUISITOS MÍNIMOS

1. RELATIVOS AO PEDIDO	SITUAÇÃO	P(s).
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações de que: - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Cessionária não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - a Cessionária autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao CDN, se o local de execução do serviço estiver em faixa de fronteira; - nenhum dos sócios e dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	- Requerimento: SEI 5520415 SEI 2192121 , p. 1-2
b) Licença de funcionamento;	OK	Licenciamento em: 16/08/2011, p.5, SEI 2212913
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	SEI 2212964
d) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira ;	Não se aplica	

2. RELATIVOS À CEDENTE:

2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	P(s).
2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	OK	CNPJ , 5372355, p. 1 Emitida em 06/04/2020
2.1.2. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal , 5520428 , p. 1 Válida até 10/10/2020. Estadual , 5520428 , p. 2, Válida até 13/10/2020. Municipal 5520428 , p. 3, Válida até 08/06/2020.
2.1.3. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	FISTEL , 5520427 Válida até 14/06/2020.

REGULARIDADE

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Checklist 5552525

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 78

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

2.1.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS, 5520428 , p. 1 Válida até 10/10/2020.
		FGTS, 5520421 Válida até 09/07/2020.
2.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	CN, 5520420 Válida até 09/10/2020.

3. RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

3.1. DOCUMENTOS

SITUAÇÃO

FL(s).

HABILITAÇÃO JURÍDICA	3.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	Ato constitutivo Contrato Social SEI 5520418
	3.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	Alterações SEI 5520418
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	3.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	Consta documento firmado pelo representante legal e contador (*1) (ex. 2019) SEI 5520417
	3.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	SEI 5520416
REGULARIDADE FISCAL	3.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	CNPJ , 5372364 , p.1 Emitida em 07/04/2020
	3.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;	OK	Federal , 5520426 , p. 1 Válida até 03/11/2020. Estadual , 5520426 , p. 2 Válida até 16/10/2020. Municipal , 5520426 , p. 3 Válida até 08/06/2020.
	3.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	Não se aplica	FISTEL , 5520422 Entidade não cadastrada
	3.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS , 5520426 , p. 1 Válida até 03/11/2020. FGTS , 5520425 Válida até 09/07/2020.
	3.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	CN , 5520424 Válida até 09/10/2020.

(*1) **OBSERVAÇÃO:** O analista não tem competência para se manifestar sobre balanço financeiro patrimonial, conforme Lei nº 8.691, de 28/07/1993, de competência das carreiras de contabilidade e auditoria.

4. RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA

4.1. DOCUMENTOS

NOME DOS SÓCIOS E DIRETORES

SITUAÇÃO

FL(s).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 79

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

4.1.1. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: - certidão de nascimento ou casamento; - certificado de reservista; - cédula de identidade; - certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; - carteira profissional; - carteira de trabalho e previdência social; ou - passaporte;	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	OK	5520423 , p. 1
	CELIA REGINA DE PAES	OK	5520423 , p. 2

4.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA CESSIONÁRIA:

4.2.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Cessionária e da Pessoa Jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;		Não se aplica	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;		Não se aplica	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.		Não se aplica	

5. CONCLUSÃO:

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ayricer de Oliveira Pequeno**, **Agente Administrativo**, em 01/06/2020, às 12:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5552929** e o código CRC **1C125DF4**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

NOTA TÉCNICA Nº 11335/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.055170/2017-07

Assunto: SOBRESTAMENTO. Transferência Direta. Processo de renovação de outorga em fase de instrução.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Exitus Sistema de Comunicação. (cedente), inscrita no CNPJ sob o nº 03.820.753/0001-31 executante do serviço de radiodifusão sonora de Frequência Modulada, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Mídia Jaú (cessionária), inscrita no CNPJ sob o nº 03.880.030/0001-28.

ANÁLISE

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica nº 7293/2020/SEI-MCTIC (evento SEI nº [5374155](#)) concluiu pelo envio do Ofício nº 13717/2020 (evento SEI nº [5374430](#)), à Entidade, com vistas à complementação da documentação instrutória. Em resposta, por meio do protocolo nº [01250.021963/2020-10](#), a Interessada atendeu integralmente às exigências formuladas conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº [5552929](#)).

3. Em que pese o processo se encontrar regularmente instruído, a execução do serviço público está sendo mantida em caráter precário. Por efeito, é relevante consignar que, com a recente alteração legislativa, materializada pela Lei nº 13.424, de 27 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de março de 2017, a realização da transferência da outorga passou a deter condições de procedibilidade ainda que a mesma esteja sendo mantida em caráter precário, em virtude de seu vencimento. A operação condiciona-se à regular instrução do processo de renovação de outorga. Essa é a inteligência do parágrafo único do art. 2º da suso mencionada norma:

[...]

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

4. Consultado os autos do processo de renovação de outorga de nº [53900.019982/2014-30](#), restou constatado que o mesmo encontra-se em fase de instrução processual, obstando, por conseguinte, o prosseguimento do presente feito.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 11335 (555/636)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 81

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

5. Sobreleva registrar que, em caso análogo aos autos, a Consultoria Jurídica junto a este Ministério, por meio do Nota nº n. 00561/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, manifestou-se nos seguintes termos:

[...]

2. A conclusão exarada pela Secretaria de Radiodifusão quanto ao pleito, como assinalado na já mencionada NOTA TÉCNICA, se deu no sentido do *'deferimento do pedido, devendo o Processo, acompanhado da minuta de portaria, ser encaminhado à Consultoria Jurídica, para manifestação, e posterior submissão do assunto ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para decisão'*.

3. Do exame do processo, de fato, constatamos sua regularidade. Contudo, o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão admite a transferência de outorga cujo funcionamento se encontre precário apenas depois de concluída a instrução do processo no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, senão vejamos:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

4. A conclusão da instrução, por sua vez, depende de ato formal do Ministério deferindo o pedido, ou seja, no caso, tratando-se de radiodifusão sonora em frequência modulada, é necessário que se aguarde a edição de portaria renovatória. Não basta apenas a manifestação do órgão técnico, é preciso que se aguarde a posição final desta Pasta. (Grifos nossos).

6. Dessa forma, faz-se necessário instar a Entidade a adotar as medidas pertinentes para a conclusão do pedido de renovação da localidade de Mineiros do Tietê, para, após, solicitar o andamento dos presentes autos.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pelo SOBRESTAMENTO do presente feito, com remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade para ciência e adoção das medidas necessárias para a conclusão do processo renovatório da localidade objeto do presente pleito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 01/06/2020, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 03/06/2020, às 09:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5557898** e o código CRC **BF701ABA**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5557898



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações Societárias

OFÍCIO Nº 20334/2020/SEASO/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 07 de abril de 2020.

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME (CNPJ nº 03.820.753/0001-31)

Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 190 - Conjunto 506-B Vila Moreira

07020-001 Guarulhos/SP

Assunto: Transferência Direta. Exigência. Processo nº 01250.055170/2017-07

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 7293/2020/SEI-MCTIC para ciência da decisão deste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 03/06/2020, às 09:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5557919** e o código CRC **0A053297**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 5557919



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 20334 (5557919)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 84

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

05/06/2020 01:29:34

De:

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga
<sepos_jur@mctic.gov.br>

Para:

pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@ig.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.055170/2017-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5557919.html
Nota_Tecnica_5374155.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/07/2022 | Edição: 127 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 5.579, DE 13 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.019982/2014-30, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.249/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00288/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 23 de março de 2015, a permissão outorgada à ÊXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), nos termos da Portaria nº 1.059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado em 24 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mineiros de Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



5 total de registros			1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																				
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		03820753				(Todos)																				
Ver Estações	▼	PM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50407074368	P	Comercial	FM	230	SP	Cajati	210		89.9	C		24° 44' 10.00" S	48° 07' 22.00" W	0.3	47		1	2022-12-15 15:08:22		57dbac67c649	
Ver Estações	▼	PM-C4 (Canal Licenciado)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50401554767	P	Comercial	FM	230	SP	Minheiros do Tietê	231		94.1	B1	Principal	22° 23' 43.26" S	48° 26' 27.74" W	1.1246	51		2	2023-02-13 16:10:06		57dbac49d798b	Coordenadas pré-fixadas: 2252344; 48W2628.
Ver Estações	▼	PM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50406251703	P	Comercial	FM	230	SP	Ribeirão Bonito	203		88.5	B1		22° 05' 30.01" S	48° 11' 55.00" W	0.3	56		2	2023-03-14 08:57:01		57dbac4b6af35	
Ver Estações	▼	PM-C4 (Canal Licenciado)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50406056684	P	Comercial	FM	230	SP	Rio das Pedras	238		95.5	B1	Principal	22° 48' 2.00" S	47° 35' 17.00" W	0.8348	41		2	2023-04-10 10:50:23		57dbac4c0072d	Coordenadas prefixadas: 2055036; 47W3622
Ver Estações	▼	PM-C4 (Canal Licenciado)	03820753000131	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	50401554848	P	Comercial	FM	230	SP	São Simão	230		95.8	C	Principal	21° 28' 4.00" S	47° 32' 22.00" W	0.014	40		1	2023-03-14 14:10:55		57dbac4d8b260	

Id solicitação: 57dbac49d79b8

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN SÃO CARLOS	
Telefone: (11) 2440-6879	E-mail: contato@cacomunicacoes.com.br
CNPJ: 03.820.753/0001-31	Número do Fistel: 50401554767
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/03/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	Complemento: - CONJUNTO 506 B	
Bairro: VILA MOREIRA	Numero: 190	
Município: Guarulhos	UF: SP	CEP: 07020001

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Maestro João Seppe	Complemento: - 16º andar - Conjunto 162 - Ed. Medical Center	
Bairro: Jardim Paraíso	Numero: 900	
Município: São Carlos	UF: SP	CEP: 13561180

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Sítio Vitória	
Bairro: Zona Rural	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Zona Rural	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 231	Frequência: 94.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 1.1246kW
HCI: 51 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23/14/04/33

https://portal-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Relatório Canal - Mosaico Cedente (10055543)

SERI01250:055170/2017-07 / pg. 89

Informações Gerais	
Número da Estação: 689693613	Número Indicativo: ZYU939
Data Último Licenciamento: 28/07/2021	Número da Licença: 53500.032247/2021-53

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 23' 43.26" S	Longitude: 48° 26' 27.74" W	Cota da base: 700.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: MAX 3500
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA-A0	Fabricante: RFS - Rádio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 64 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.0 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: AFCA-4-94.1-5	Fabricante: IFTX - IND E COM DE ANTENAS LTDA				
Ganho: 1.8 dBd	Beam-Tilt: 6 °	Orientação NV: 325 °	Polarização: Circular	HCI: 51 m	ERP Máxima: 1.12 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.78	5°: 2.77	10°: 2.77	15°: 2.78	20°: 2.8	25°: 2.83	30°: 2.88	35°: 2.93	40°: 2.99	45°: 3.04	50°: 3.09	55°: 3.13
60°: 3.15	65°: 3.16	70°: 3.16	75°: 3.14	80°: 3.12	85°: 3.09	90°: 3.06	95°: 3.03	100°: 3.01	105°: 2.99	110°: 2.98	115°: 2.97
120°: 2.96	125°: 2.96	130°: 2.96	135°: 2.97	140°: 2.97	145°: 2.98	150°: 2.98	155°: 2.98	160°: 2.99	165°: 2.99	170°: 2.98	175°: 2.98
180°: 2.96	185°: 2.94	190°: 2.91	195°: 2.88	200°: 2.83	205°: 2.79	210°: 2.74	215°: 2.69	220°: 2.66	225°: 2.63	230°: 2.62	235°: 2.62
240°: 2.64	245°: 2.67	250°: 2.72	255°: 2.77	260°: 2.82	265°: 2.88	270°: 2.93	275°: 2.97	280°: 3	285°: 3.03	290°: 3.04	295°: 3.04
300°: 3.04	305°: 3.03	310°: 3.01	315°: 2.99	320°: 2.97	325°: 2.95	330°: 2.92	335°: 2.9	340°: 2.87	345°: 2.84	350°: 2.82	355°: 2.8

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°17'30.97" S Lon 48°26'27.74" W	5°: Lat 22°17'51.28" S Lon 48°25'54.46" W	10°: Lat 22°17'55.31" S Lon 48°2'5'21.43" W	15°: Lat 22°18'38.62" S Lon 48°2'4'59.51" W	20°: Lat 22°18'42.43" S Lon 48°2'4'59.51" W	25°: Lat 22°22'19'1.71" S Lon 48°2'4'59.51" W	30°: Lat 22°18'53.68" S Lon 48°2'3'27.04" W	35°: Lat 22°19'28.77" S Lon 48°2'3'15.13" W	40°: Lat 22°19'56.16" S Lon 48°2'3'15.13" W	45°: Lat 22°20'37.11" S Lon 48°2'3'15.13" W	50°: Lat 22°22'21'0.13" S Lon 48°2'3'15.13" W	55°: Lat 22°22'21'4.08" S Lon 48°2'3'15.13" W
60°: Lat 22°21'38.72" S Lon 48°2'2'34.59" W	65°: Lat 22°22'26.01" S Lon 48°2'22'42.32" W	70°: Lat 22°22'26.17" S Lon 48°2'2'38.83" W	75°: Lat 22°22'58.43" S Lon 48°2'3'26.92" W	80°: Lat 22°23'13.17" S Lon 48°2'3'23.38" W	85°: Lat 22°23'28.14" S Lon 48°2'3'21.24" W	90°: Lat 22°23'43.23" S Lon 48°2'3'35.91" W	95°: Lat 22°23'55.44" S Lon 48°2'3'48.23" W	100°: Lat 22°24'12.47" S Lon 48°2'3'28.41" W	105°: Lat 22°24'25.58" S Lon 48°2'3'36.79" W	110°: Lat 22°25'19.7" S Lon 48°2'4'48.21" W	115°: Lat 22°26'20.48" S Lon 48°2'4'48.21" W
120°: Lat 22°22'27.58" S Lon 48°20'7.78" W	125°: Lat 22°27'43.88" S Lon 48°2'0'15.71" W	130°: Lat 22°22'28'6.85" S Lon 48°2'20'47.68" W	135°: Lat 22°27'53.03" S Lon 48°2'1'57.39" W	140°: Lat 22°22'28'2.97" S Lon 48°2'22'31.88" W	145°: Lat 22°29'19.24" S Lon 48°2'2'13.08" W	150°: Lat 22°29'17.96" S Lon 48°2'2'58.58" W	155°: Lat 22°29'59.32" S Lon 48°2'3'17.92" W	160°: Lat 22°30'44.38" S Lon 48°2'3'41.82" W	165°: Lat 22°30'33.24" S Lon 48°2'4'28.83" W	170°: Lat 22°22'31'37.3" S Lon 48°2'4'57.25" W	175°: Lat 22°30'31.92" S Lon 48°2'5'49.04" W
180°: Lat 22°22'31'1.94" S Lon 48°26'27.74" W	185°: Lat 22°22'31'9.72" S Lon 48°27'10.03" W	190°: Lat 22°30'59.94" S Lon 48°27'51.1" W	195°: Lat 22°22'31'0.72" S Lon 48°28'34.64" W	200°: Lat 22°22'31'2.2" S Lon 48°28'29'20.7" W	205°: Lat 22°22'30'33.7" S Lon 48°29'54.93" W	210°: Lat 22°30'11.33" S Lon 48°30'30.3" W	215°: Lat 22°29'27.01" S Lon 48°30'48.3" W	220°: Lat 22°28'57.44" S Lon 48°31'13.12" W	225°: Lat 22°22'28'29.9" S Lon 48°31'38.03" W	230°: Lat 22°27'54.67" S Lon 48°31'52.08" W	235°: Lat 22°27'22.14" S Lon 48°32'6.13" W
240°: Lat 22°26'42.19" S Lon 48°32'3.25" W	245°: Lat 22°22'26'6.47" S Lon 48°32'0.23" W	250°: Lat 22°25'32.66" S Lon 48°31'53.17" W	255°: Lat 22°22'25'8.47" S Lon 48°32'12.15" W	260°: Lat 22°24'48.59" S Lon 48°33'9.39" W	265°: Lat 22°24'15.98" S Lon 48°33'14" W	270°: Lat 22°23'43.09" S Lon 48°34'46.31" W	275°: Lat 22°22'23'3.58" S Lon 48°34'35.7" W	280°: Lat 22°22'22.76" S Lon 48°34'40.18" W	285°: Lat 22°21'50.77" S Lon 48°34'0.99" W	290°: Lat 22°21'21.18" S Lon 48°32'9.38" W	295°: Lat 22°20'49.75" S Lon 48°33'9.73" W
300°: Lat 22°20'15.64" S Lon 48°32'56.27" W	305°: Lat 22°19'23.34" S Lon 48°33'8.8" W	310°: Lat 22°18'30.66" S Lon 48°33'10.25" W	315°: Lat 22°17'29.21" S Lon 48°33'11.85" W	320°: Lat 22°17'12.61" S Lon 48°33'21.91" W	325°: Lat 22°17'24.42" S Lon 48°33'14.38" W	330°: Lat 22°17'15.09" S Lon 48°33'0'29.92" W	335°: Lat 22°17'1.35" S Lon 48°32'59'29.50" W	340°: Lat 22°16'59.92" S Lon 48°32'8'19.84" W	345°: Lat 22°17'16.16" S Lon 48°32'8'19.84" W	350°: Lat 22°17'22.61" S Lon 48°32'7'40.28" W	355°: Lat 22°17'18.21" S Lon 48°32'7'40.28" W

Distância por radial											
0°: 11.5	5°: 10.9	10°: 10.9	15°: 9.7	20°: 9.9	25°: 9.6	30°: 10.3	35°: 9.6	40°: 9.2	45°: 8.1	50°: 7.8	55°: 8.6



60º: 7.7	65º: 7.1	70º: 7	75º: 5.3	80º: 5.3	85º: 5.3	90º: 4.9	95º: 4.3	100º: 5.2	105º: 5.1	110º: 8.7	115º: 11.5
120º: 12.5	125º: 13	130º: 12.7	135º: 10.9	140º: 10.5	145º: 12.7	150º: 11.9	155º: 12.8	160º: 13.8	165º: 13.1	170º: 14.9	175º: 12.7
180º: 13.5	185º: 13.8	190º: 13.7	195º: 14	200º: 14.4	205º: 14	210º: 13.8	215º: 13	220º: 12.7	225º: 12.5	230º: 12.1	235º: 11.8
240º: 11.1	245º: 10.5	250º: 9.9	255º: 10.2	260º: 11.6	265º: 11.6	270º: 12.5	275º: 14	280º: 14.3	285º: 13.4	290º: 12.8	295º: 12.7
300º: 12.8	305º: 14	310º: 15	315º: 16.3	320º: 15.7	325º: 14.3	330º: 13.8	335º: 13.7	340º: 13.3	345º: 12.4	350º: 11.9	355º: 11.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 017270902131						Modelo: PJ700C-LCD					
Fabricante: RVR Elettronica SLR (Bo)						Potência de Operação: 0.5 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 1.12 kW
RDS					
Código PI: C5B9					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1059	Portaria	MC	26/06/2002	01/07/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	645	Portaria	MC	15/08/2007	19/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Decreto Legislativo	CN	23/08/2004	24/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67551	Ato	CMPRL	04/10/2007	05/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	226	Despacho	MC	05/10/2009		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	278	Portaria	MC	31/10/2009	23/01/2009	Multa	Jurídico
9999	128	Despacho	ORLE	12/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico
53504.011316/2013-45	5791	Portaria	MC	05/10/2017	09/10/2017	Multa	Técnico
53500.076869/2017-15	13048	Ato	ORLE	16/10/2017	13/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53504004437201764	5722	Portaria	MC	10/11/2019	29/11/2019	Multa	Jurídico
53500.054439/2019-04	432	Ato	ORLE	25/01/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900019982201430	5579	Portaria	MC	13/05/2022	07/07/2022	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--



--



1309-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000002/2011-SP

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA - CNPJ: 03.820.753/0001-31		Nº DA ENTIDADE 50401554767	
Nº DA ESTAÇÃO 689693613	SERVIÇO Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV. *****	LATITUDE 22S234500
		LONGITUDE 48W262600	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO ESTRADA DEP. AMAURI BARROSO DE SOUZA - KM 276 S/N	DISTRITO *****
BAIRRO SÍTIO VITÓRIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
	UF SP

NOME FANTASIA : *****	FREQUÊNCIA : 88,5 MHz
CIDADE DA OUTORGA : Mineiros do Tietê/SP	CLASSE : C
CANAL : 203	
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYU939	
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 00:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.	
ESTÚDIO PRINCIPAL	
ENDEREÇO : ESTRADA DEP. AMAURI BARROSO DE SOUZA - KM 276 S/N	LOCALIDADE : *****
	SÍTIO VITÓRIA
MUNICÍPIO : Mineiros do Tietê	UF : SP
ESTÚDIO AUXILIAR	
ENDEREÇO : *****	LOCALIDADE : *****
MUNICÍPIO : *****	UF : *****
TRANSMISSOR PRINCIPAL RVR Elettronica SLR (Bo)	MODELO : PJ700C-LCD
CÓDIGO : 1727092131	POTÊNCIA : 0,100 KW
TRANSMISSOR AUXILIAR *****	MODELO : *****
CÓDIGO : *****	POTÊNCIA : ***** KW
ANTENA PRINCIPAL	
FABRICANTE : ANDREW INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA	MODELO : FMB-02
POLARIZAÇÃO : Circular	GANHO : -0.09 dBd
DESCRIÇÃO : OMNIDIRECIONAL	BEAM TILT : 0.00 graus
ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV : 0°	ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 57.0 m
ANTENA AUXILIAR	
FABRICANTE : *****	MODELO : *****
POLARIZAÇÃO : *****	GANHO : ***** dBd
DESCRIÇÃO : *****	
ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV : *****	ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : ***** m
BEAM TILT : ***** graus	COTA BASE DA TORRE : 700.00 m

IMPRESSA EM 21/09/2011

OBSERVAÇÕES

03.820.753/0001-31

Licenciada Em

16/08/2011 23/03/2015

VÁLIDA ATÉ

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica - Substituto



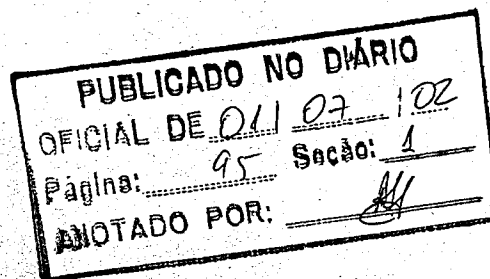
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Licença (10883947)

SER 01258.0551702017-07 / pg. 93

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1059, DE 26 DE JUNHO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000605/2000, Concorrência nº 107/2000-SSR/MC, resolve:

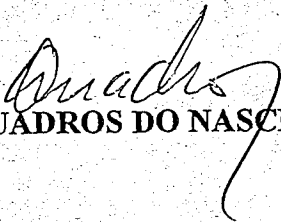
Art. 1º Outorgar permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo - Ato de Outorga (10869948)

SEI 01250-005170/2017-07 / pg. 94

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 683, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à CANABARRA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 337, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Canabarra Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 684, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Milagres, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.070, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Milagres, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 685, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SALGADINHO - PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 793, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Salgadinho - PB a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 686, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.059, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 687, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS COMUNICADORES DE OURÉM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 569, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Associação dos Amigos Comunicadores de Ourém a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 688, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO UTILIDADES DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 573, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Radiodifusão Utilidades de Integração Comunitária a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 689, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MARAVILHA - ALAGOAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.975, de 1º de outubro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Maravilha - Alagoas a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilha, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 690, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO NELSON CASTILHO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 780, de 15 de maio de 2002, que outorga permissão à Fundação Nelson Castilho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Goianópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 691, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO ALTO PARANAÍBA - FUNALTOPAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 522, de 2 de abril de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Alto Paranaíba - FUNALTOPAR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 692, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA CENTRO OESTE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.211, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão ao Sistema Centro Oeste de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 693, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO AQUARELA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Realiza, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.486, de 2 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Aquarela FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Realiza, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal





BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **riciele.mc - Riciele Milani** Data: **19/04/2023** Hora: **14:54:06**



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani Data: 19/04/2023 Hora: 14:54:19



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	CELIA REGINA DE PAES

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani Data: 19/04/2023 Hora: 14:54:45



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	CELIA REGINA DE PAES

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **riciele.mc - Riciele Milani** Data: **19/04/2023** Hora: **14:54:59**



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani Data: 19/04/2023 Hora: 14:55:20



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE
Riclele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riclele.mc - Riclele Milani	Data: 19/04/2023	Hora: 14:55:37
---	-------------------------	-----------------------



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE
Riclele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		Nome Sócio/Diretor									
Nome Sócio/Diretor:		JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Votorantim



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.820.753/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2000
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EXITUS FM STEREO	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJUNTO 506-B
---	----------------------	--------------------------------------

CEP 07.020-001	BAIRRO/DISTRITO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS	UF SP
--------------------------	--	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO pabi-contabil@pabi.com.br	TELEFONE (11) 2440-6879/ (11) 2440-6879
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/04/2023** às **14:39:43** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Entidades_Cedente e Cessionária (10000054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 103

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.820.753/0001-31
NOME EMPRESARIAL:	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/04/2023 às 14:40 (data e hora de Brasília).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:10:09 do dia 07/11/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/05/2023.

Código de controle da certidão: **D418.0DA6.6A51.643D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23040534181-20

Data e hora da emissão 19/04/2023 14:43:17

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Certidões_Cedente e Cessionária (10000054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 106



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:47:07 do dia 19/04/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/05/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://divulgar.autenticidade-assinatura.camda.br/leg/03820753000131-03820753000131>

ANEXO Certidões_Cedente e Cessionária (10886054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 107

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.820.753/0001-31
Razão Social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
Endereço: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 200 CONJ 508 / VILA MOREIRA / GUARULHOS / SP / 07020-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/04/2023 a 30/04/2023

Certificação Número: 2023040101025253333615

Informação obtida em 19/04/2023 14:44:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Annexo Certidão Cedente e Cessionária (10886054) - SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 108

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certidão nº: 16447282/2023

Expedição: 19/04/2023, às 14:45:25

Validade: 16/10/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.820.753/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Annexo Certidões_Cedente e Cessionária (10000054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 109

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



19/04/2023

0065531970

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1023224**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 18/04/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

MIDIA JAU EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ: 03.880.030/0001-28, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 19 de abril de 2023.

PEDIDO Nº:**0065531970**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Arquivo Certidões_Cedente e Cessionária (10066054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 110



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BISMARAJR@GMAIL.COM	TELEFONE (15) 9701-2212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/03/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/04/2023** às **14:41:33** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Entidades_Cedente e Cessionária (10000054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 111

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.880.030/0001-28
NOME EMPRESARIAL:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CELIA REGINA DE PAES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/04/2023 às 14:42 (data e hora de Brasília).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:48:41 do dia 30/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/05/2023.

Código de controle da certidão: **698E.020F.FE68.2935**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Annexo Certidões_Cedente e Cessionária (10886054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 113

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23040534166-91

Data e hora da emissão 19/04/2023 14:42:50

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Certidões_Cedente e Cessionária (10000054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 114



CNPJ:

03.880.030/0001-28

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:46:51 do dia 19/04/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://divulga-autenticidade-assinatura.calmat.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo Entidades_Cedente e Cessionária (10880054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 115

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.880.030/0001-28
Razão Social: ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Endereço: RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/04/2023 a 30/04/2023

Certificação Número: 2023040101034076578903

Informação obtida em 19/04/2023 14:44:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf

<http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf>

ANEXO - Certidão - Cedente e Cessionária (10000054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 116

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Certidão nº: 16447139/2023

Expedição: 19/04/2023, às 14:44:58

Validade: 16/10/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.880.030/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Annexo Certidões_Cedente e Cessionária (10000054)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 117

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35215905660	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 19/05/2000	INÍCIO DAS ATIVIDADES 15/05/2000	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)			
C.N.P.J. 03.820.753/0001-31	ENDEREÇO RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON			NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJ. 506-B		
BAIRRO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS		UF SP	CEP 07020-001	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 120.000,00	

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE ATIVIDADES DE TELEVISÃO

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR							
ENDEREÇO ALAMEDA MERCURIO				NÚMERO 240	COMPLEMENTO		
BAIRRO ARUJA HILLS I	MUNICÍPIO ARUJA			UF SP	CEP 07400-000	RG 12163402	
CPF 095.329.748-90	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 60.000,00		

SÓCIO, DIRETOR GERENTE E ADMINISTRADOR							
NOME TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA							
ENDEREÇO RUA CINQUENTA E HUM				NÚMERO 151	COMPLEMENTO		
BAIRRO PARQUE CONTINENTAL	MUNICÍPIO GUARULHOS			UF SP	CEP 07084-156	RG 303675251	
CPF 213.105.638-96	CARGO SÓCIO, DIRETOR GERENTE E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 60.000,00		

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 29/05/2015	NÚMERO 756.614/15-6	
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME).		





documento
assinado
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 202625189, quarta-feira, 19 de abril de 2023 às 14:35:43.





CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35230691578	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 09/08/2017	INÍCIO DAS ATIVIDADES 14/06/2000	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA					TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J. 03.880.030/0001-28	ENDEREÇO ESTRADA DEP AMAURI BARROSO DE SOUZA			NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276		
BAIRRO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE		UF SP	CEP 12500-000	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 30.000,00	

OBJETO SOCIAL
OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE CRIAÇÃO DE ESTANDES PARA FEIRAS E EXPOSIÇÕES CONSULTORIA EM PUBLICIDADE MARKETING DIRETO PROMOÇÃO DE VENDAS EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

SÓCIO					
NOME CELIA REGINA DE PAES					
ENDEREÇO R TUIUTI			NÚMERO 67	COMPLEMENTO	
BAIRRO VL ADONIAS	MUNICÍPIO SOROCABA		UF SP	CEP 18035-340	RG 23160192X
CPF 099.177.758-11	CARGO SÓCIO				QUANTIDADE COTAS 300,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR					
ENDEREÇO R RIACHUELO			NÚMERO 410	COMPLEMENTO	
BAIRRO VL ADONIAS	MUNICÍPIO SOROCABA		UF SP	CEP 18035-330	RG 186666263
CPF 077.182.158-14	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 29.700,00

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		

DATA	NÚMERO	
09/08/2017		
TRANSFORMADA DE SOCIEDADE CIVIL. REGISTRADA ANTERIORMENTE SOB N. 3278 EM 14/06/2000 NO 1 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS DE SOROCABA/SP. DENOMINACAO ANTERIOR ALCANCE EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35230691578
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 19/04/2023



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 202625508, quarta-feira, 19 de abril de 2023 às 14:36:43.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5895/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.

TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda**, inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 11335/2020/SEI-MCTIC que concluiu pelo sobrestamento dos autos, em razão do pedido de renovação da outorga encontrar-se em fase de instrução. Todavia, considerando a publicação da Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, por intermédio do qual renovou, a partir de 23 de março de 2015, a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, o pedido formulado nos presentes autos passa a ter condições de prosseguimento (SUPER 10796355).

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

5. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

5.1. **RELATIVO À CEDENTE E À CESSIONÁRIA:**

a) **Declarações, que deverão vir assinadas pelo representante legal da empresa cessionária, de que:**

a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 5895 (10966174)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 122

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e

a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Justificativa: declarações apresentadas foram firmadas pela Srª Eliza Marques dos Santos Abdul Nour, administradora da Cedente, sendo que deverão ser firmadas pelo administrador da Cessionária, Sr. José Rubens Bismara Júnior.

Obs.: caso haja o envio de documento assinado de forma digital, deverá ser encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

5.2. RELATIVOS À MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA:

a) **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: documento acostado aos autos é relativo ao exercício 2019, sendo exigível o exercício 2022.

Obs.: o documento deverá ser firmado fisicamente tanto pelo representante legal da sociedade quanto pelo contador responsável.

6. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados nos parágrafos 5.1 e 5.2, na forma do art. 27, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, da no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 5595 (10866174)

SEI 01230-055170/2017-07 / pg. 123

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 20/04/2023, às 14:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 20/04/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10866174** e o código CRC **491C0EA4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10866174



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 5895 (10866174)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 124

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 10320/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira
CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP
(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 5895/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 10320 (10000281)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 125

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 20/04/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10866281** e o código CRC **477CAEB2**.

Anexos:

- Nota Técnica 5895 (10866174)
- Formulário (10866286)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10866281



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Código 10866281

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 126

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 10321/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)
Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória
CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP
(E-mail de contato informado: bismarajr@gmail.com)

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 5895/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 10321 (10000284)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 127

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 20/04/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10866284** e o código CRC **082A09E0**.

Anexos:

- Nota Técnica 5895 (10866174)
- Formulário (10866286)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10866284



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 10321 (10866284)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 128

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:			
Endereço da sede:			
CEP da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço executado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:		UF:	
Número do Fistel:		Canal:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Eu, _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente)
acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424,
de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA
DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica
cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a
documentação constante do ANEXO deste formulário.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cedente



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	
CNPJ:	
Endereço da sede:	
CEP da sede:	
E-mail de contato:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;



- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cessionária

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES	<p>(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de</p>



DA CESSIONÁRIA	reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE	<p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada:</u></p> <p>a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), <u>atualizada</u>, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;</p> <p>b) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>nome da sócia da entidade</i>), de que:</p> <p>b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>b.2) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e</p> <p>b.3) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</p> <p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Anônima:</u></p> <p>a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;</p> <p>b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;</p> <p>c) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>sócia da entidade</i>), de que:</p>



c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

c.2) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

a.1) No mínimo, setenta por cento dos membros da pessoa jurídica são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.3) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I,



alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

ATENÇÃO:

- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.



Data de Envio:

21/04/2023 14:50:37

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@ig.com.br
contato@cacomunicacoes.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

OFÍCIO Nº 10320/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)

Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira

CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP

(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 5895/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10866281.html

Nota_Tecnica_10866174.html

Formulario_10866286_REQUERIMENTO_DE_TRANSFERENCIA_DIRETA_2023.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Correspondência Eletrônica 10866281

SEI 01256.055170/2017-07 / pg. 138

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

21/04/2023 14:59:48

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

bismarajr@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

OFÍCIO Nº 10321/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)

Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória

CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP

(E-mail de contato informado: bismarajr@gmail.com)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 5895/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10866284.html

Nota_Tecnica_10866174.html

Formulario_10866286_REQUERIMENTO_DE_TRANSFERENCIA_DIRETA_2023.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Correspondência Eletrônica 10866645

SEI 01256.055170/2017-07 / pg. 140

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



DILMA MACEDO DA COSTA

Relatório Consultar Sair

Pessoa física

Pessoa jurídica

Informações da pessoa jurídica

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Nome comercial: **EXITUS FM STEREO**

Razão social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

Ano de constituição: 2000

Quantidade de empregados:

Capital social:	120.000,00
-----------------	------------

Tipo de serviço

- ☐ Retransmissora de TV – RTV
- ☐ Televisão Digital – TVD
- ☒ Radiodifusão Comercial
- ☐ Radiodifusão Comunitária
- ☐ Radiodifusão Educativa
- ☐ Consignações da União
- ☐ Fiscalização
- ☐ Serviços Postais
- ☐ Governança de empresas vinculadas
- ☐ Solicitações Diversas
- ☐ Atendimento ao Público
- ☐ Ouvidoria
- ☐ GESAC
- ☐ Telecentros
- ☐ Cidades Digitais
- ☐ Telecomunicações
- ☐ Radiodifusão sonora em frequência modulada
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas curtas
- ☐ Radiodifusão de sons e imagens
- ☐ Canal da cidadania
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas médias
- ☐ Radiodifusão sonora em ondas tropicais
- ☐ Retransmissão de televisão
- ☐ Pronatec Comunicações
- ☐ Centros de Recondic. Computadores – CRC
- ☐ Inclusão digital para juventude rural
- ☐ Redes Digitais da Cidadania
- ☐ Conteúdos Digitais Criativos
- ☐ Radiodifusão Digital (TVD/RTVD)
- ☐ Tecnologia da informação e comunicações
- ☐ Solicitação Fornecedores
- ☐ Recursos Humanos
- ☐ Gestão de Pessoas
- ☐ Desenvolvimento de Pessoas
- ☐ Organização Institucional
- ☐ Solicitações FUNTTEL
- ☐ Radiodifusão Ancilar (RTV)
- ☐ CTNBio: Solicitações Diversas
- ☐ Vista de Processos ou Documentos
- ☐ Lei de Informática
- ☐ Fomento a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- ☐ Indicações de Representantes
- ☐ Atividades Jurídicas
- ☐ Convites
- ☐ Recomendações
- ☐ Legislações
- ☐ Transferências Voluntárias
- ☐ Recursos

Pesquisa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
gov.br/CADSEIWeb/pages/visualizar-cadastro-pessoajuridica.jsf

<https://inforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Atualizar-cadastro-pessoaJuridica.jsf

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 141

 $\frac{1}{2}$

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

- ☐ Fundos Setoriais
- ☐ Indicações de Representantes
- ☐ Atividades Jurídicas
- ☐ Convites
- ☐ Recomendações
- ☐ Legislações
- ☐ Transferências Voluntárias
- ☐ Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em C&T: Implantação
- ☐ Recursos
- ☐ Pesquisa
- ☐ Fundos Setoriais
- ☐ PADIS
- ☐ Tecnologias da Informação e Comunicação
- ☐ PRODOC
- ☐ Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)
- ☐ Liberação Comercial
- ☐ Liberação Planejada no Meio Ambiente
- ☐ Organismos Geneticamente Modificados (OGM)
- ☐ Innovation Management Process – IMP
- ☐ Indicadores Setoriais
- ☐ Torre MCTI

Endereço da Sede

Endereço da Sede:

SILVESTRE VASCONCELOS CALMON

Nº190

Bairro/Distrito/Setor:

VILA MOREIRA

UF:

SP

Município:

GUARULHOS

Representante legal

CPF:

095.329.748-90

Representante legal:

eliza marques dos santos abdul nour

RG:

12163402

Órgão expedidor:

ssp

Comunicação oficial

Telefone:

11

-

24406879

Endereço para correspondência:

RUA DR GURGEL, 102 – SALA 17

UF:

SP

Município:

PRESIDENTE PRUDENTE

CEP:

19010020

Bairro:

CENTRO

E-mail principal:

pabi-contabil@pabi.com.br

E-mail adicional 1:

samir.nour@ig.com.br

E-mail adicional 2:

pabi-contabil@pabi.com.br

E-mail adicional 3:

E-mail adicional 4:

Voltar





DILMA MACEDO DA COSTA

Relatório

Consultar

Sair

Consultar cadastros

CPF ou CNPJ:

Pessoa física/Jurídica

Situação:

Selecione

Serviços:

Selecione

Razão social:

CNPJ:

03.880.030/0001-28

UF:

Selecione

Pesquisar

	10			1 / 1		
	Ações	CNPJ	Razão Social		Data de cadastro	
Não há dados cadastrados						
	10			1 / 1		



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.820.753/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2000	
NOME EMPRESARIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EXITUS FM STEREO		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJUNTO 506-B	
CEP 07.020-001	BAIRRO/DISTRITO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO pabi-contabil@pabi.com.br		TELEFONE (11) 2440-6879/ (11) 2440-6879	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/06/2023 às 09:27:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Annexo - Certidões Cedente e Cessionária (10963653) - 32701230.055170/2017-07 / pg. 144

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.820.753/0001-31
NOME EMPRESARIAL:	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELIZA MARQUES DOS SANTOS ABDUL NOUR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	TISIANE RUBIA MARQUES ALMEIDA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 28/06/2023 às 09:28 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:21:27 do dia 28/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/12/2023.

Código de controle da certidão: **0F0C.1ED1.32D9.C40C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:34:29 do dia 28/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo - Certidões Cedente e Cessionária (10963633)

SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 147

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.820.753/0001-31
Razão Social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
Endereço: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 200 CONJ 508 / VILA MOREIRA / GUARULHOS / SP / 07020-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/06/2023 a 15/07/2023

Certificação Número: 2023061601171894550705

Informação obtida em 28/06/2023 09:37:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certidão nº: 30553355/2023

Expedição: 28/06/2023, às 09:38:48

Validade: 25/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.820.753/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo - Certidão Cedente e Cessionária (10966933)

SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 149

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BISMARAJR@GMAIL.COM	TELEFONE (15) 9701-2212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/06/2023 às 09:41:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.880.030/0001-28
NOME EMPRESARIAL:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CELIA REGINA DE PAES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 28/06/2023 às 09:41 (data e hora de Brasília).



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:42:19 do dia 28/06/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/12/2023.

Código de controle da certidão: **DD69.0201.4A8F.E11F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



CNPJ: **03.880.030/0001-28**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 09:43:43 do dia 28/06/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo - Certidões Cedente e Cessionária (10963033)

SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 153

28/06/2023, 09:44

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.880.030/0001-28
Razão Social: ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Endereço: RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/06/2023 a 15/07/2023

Certificação Número: 2023061601182496672890

Informação obtida em 28/06/2023 09:45:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Certidão nº: 30564024/2023

Expedição: 28/06/2023, às 10:08:44

Validade: 25/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.880.030/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo - Certidão Cedente e Cessionária (10966933)

SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 155

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE

David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa**
 Data: **28/06/2023**
 Hora: **13:34:29**



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE

David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa**

Data: **28/06/2023**

Hora: **13:34:45**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoteq-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Celia Regina de Paes

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa Data: 28/06/2023 Hora: 13:36:40



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE
David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Celia Regina de Paes

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **davidj.colab** - David Jose Cabral Ferreira da Costa

Data: **28/06/2023**

Hora: **13:36:57**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Siacco - Cessionaria (10396255)

SEI 01250.059170/2017-07 / pg. 159

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa

Data: 28/06/2023

Hora: 13:38:03



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOA TARDE

David Jose Cabral Ferreira da Costa

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa

Data: 28/06/2023

Hora: 13:38:20



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoteq-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Siacco - Cessionaria (10366255)

SEI 01250-099170/2017-07 / pg. 161

BOA TARDE
David Jose Cabral Ferreira da CostaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 077.182.158-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba

Usuário: davidj.colab - David Jose Cabral Ferreira da Costa

Data: 28/06/2023

Hora: 13:39:48



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Siacco - Cessionária (10396255)

SEI 01250-055170/2017-07 / pg. 162

28/06/2023, 13:40

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

Anexo - Códigos SIGEC (47066505)

SIGEC 1250-035170/2017-07 / pg. 163

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec-autenticacao-anatel.com.br/camara.reg.br/autenticacao-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo - Códigos SIGEC (47066505)

SEI 01250-035170/2017-07 / pg. 164



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: DAVID JOSE CABRAL FERREIRA DA COSTA

Data/Hora: 11/07/2023 16:42:17

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade:	EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA			Nº FISTEL:	50401554767
Serviço:	230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada			CNPJ/CPF:	03820753000131
Situação:	Ativa	Data Validade:	23/03/2015	<input checked="" type="checkbox"/> CADIN:	Não
Incide FUST:	Data Início Operação Comercial:			Div. Ativa:	Não
Integral	<input checked="" type="checkbox"/> UF:	SP	Proc. Caducidade:	Não	
End. Sede:	RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 190 - - CONJUNTO 506 B			Bairro:	VILA MOREIRA
Município:	Guarulhos	CEP:	07020-001	UF:	SP
End. Corresp.:	Rua Maestro João Seppe 900 - 16º andar - Conjunto 162 - Ed. Medical Center			Bairro:	Jardim Paraíso
Município:	São Carlos	CEP:	13561-180	UF:	SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2004	25/10/2004	43.474,41	22/10/2004	43.474,41	43.474,41	0001	Quitado	0,00
6530	0	2006	13/07/2007	43.474,41	13/07/2007	43.474,41	43.474,41	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	17/11/2007	140,00	27/05/2009	178,30	178,30	0003	Quitado	0,00
1660	0	2009	09/03/2009	631,05	23/03/2012	631,05	631,05	0004	Quitado - DOU	0,00
8766 - TFI	1	2011	15/09/2011	1.000,00	08/09/2011	1.000,00	1.000,00	0005	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 330,00	23/03/2012	330,00	330,00	0006	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 50,00	23/03/2012	50,00	50,00	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 330,00	19/03/2013	330,00	330,00	0008	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 50,00	19/03/2013	50,00	50,00	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 330,00	31/03/2014	330,00	330,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 50,00	31/03/2014	50,00	50,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	26/03/2015	330,00	330,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	26/03/2015	50,00	50,00	0013	Quitado	0,00
1889	0	2014	28/05/2015	R\$ 540,00	19/05/2015	540,00	540,00	0014	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	22/03/2016	330,00	330,00	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	22/03/2016	50,00	50,00	0016	Quitado	0,00
1555	0	2016	19/08/2016	R\$ 4.174,18	15/08/2016	4.174,18	4.174,18	0017	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	04/04/2017	337,66	337,66	0018	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	04/04/2017	51,16	51,16	0019	Quitado	0,00
1660	0	2017	03/12/2017	4.934,86	04/12/2017	4.934,86	4.934,86	0020	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	23/12/2017	R\$ 200,00	23/11/2017	200,00	200,00	0021	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	05/07/2018	406,04	406,04	0022	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	05/07/2018	61,52	61,52	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	04/12/2019	824,47	824,47	0024	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	04/12/2019	124,92	124,92	0025	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2019	16/01/2020	R\$ 196,49	22/01/2020	201,68	200,38	0026	Quitado	0,00
9445	0	2019		0,00	22/01/2020	1,30	0,00	0027	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	30/10/2020	798,32	798,32	0030	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	30/10/2020	120,96	120,96	0031	Quitado	0,00
	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	30/03/2021	660,00	660,00	0032	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

Extrato - Lançamentos Sigec - Cedente (11006531)

SEP 01256.055170/2017-07 / pg. 165

4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	30/03/2021	100,00	100,00	0033	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2021	23/08/2021	R\$ 2.000,00	23/07/2021	2.000,00	2.000,00	0034	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 660,00	31/03/2022	660,00	660,00	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 100,00	31/03/2022	100,00	100,00	0036	Quitado	0,00
1660	0	2019	17/12/2022	R\$ 4.376,10	30/11/2022	4.376,10	4.376,10	0037	Quitado - RN	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	30/03/2023	660,00	660,00	0038	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	30/03/2023	100,00	100,00	0039	Quitado	0,00

Total devido em 11/07/2023 (em reais):

0,00

Total de créditos em 11/07/2023 (em reais):

1,30

Legenda do Campo Situação										
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo) RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo) RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado RJ - Lançamento com Recurso Judicial RN - Lançamento com Recurso Denegado DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União CD - Lançamento Inscrito no CADIN DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa E - Lançamento em Execução Judicial SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006 MO - Multa de Ofício LO - Lançamento de Ofício P - Parcelamento: Lançamento Parcelado PA - Parcelamento: Parcela BF - Benefício Fiscal										



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

11/07/2023 17:20:53

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Transferência Direta - Processo nº 01250.055170/2017-07

Mensagem:

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de:

(i) condenação de cassação da outorga deferida à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo; e,

(ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Obs.: a resposta deverá ser encaminhada para o e-mail david.costa@mcom.gov.br;
coato@mcom.gov.br;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

RE: Transferência Direta - Processo nº 01250.055170/2017-07

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Qui, 13/07/2023 10:59

Para: COATO <coato@mcom.gov.br>; David Jose Cabral Ferreira da Costa <david.costa@mcom.gov.br>

Cc: Karina César da Silveira Santos Menezes <karina.menezes@mcom.gov.br>; Rebecca Rackell Oliveira Q. de Araújo Linhares Martins <rebecca.martins@mcom.gov.br>

Senhor (a),

Informa-se que, apesar da emissora de Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, responder aos processos nº 53504004437/2017 e 53504011316/2013, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 11 de julho de 2023 17:20

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Transferência Direta - Processo nº 01250.055170/2017-07

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de:

(i) condenação de cassação da outorga deferida à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo; e,

(ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Obs.: a resposta deverá ser encaminhada para o e-mail david.costa@mcom.gov.br; coato@mcom.gov.br;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/inbox/id/AAQKAGM2NzU3NWQwLTQzMjUtNDIxZS1jNGY0LWFhMTk4MTY4NDIxNQAAQJoKHALScXhAhCej...
E-mail Resposta CGFM (P100000) - SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 168

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Evite erros e lentidão ao validar seus documentos.

CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS

O VALIDAR é um serviço de validação de assinaturas eletrônicas que unifica e substitui outros dois portais de serviços que eram oferecidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI): o www.assinaturadigital.iti.gov.br e o www.verificador.iti.gov.br.

Em conformidade com a MP 2.200-2 e Lei nº 14.063/20, o serviço visa validar assinaturas eletrônicas qualificadas quanto à integridade e autoria, em documentos assinados digitalmente por certificado emitido no âmbito da ICP-Brasil e por outras infraestruturas reconhecidas de formas oficial no Brasil, como a assinatura avançada produzida no âmbito do portal Gov.br. Este serviço também inclui a validação de assinaturas eletrônicas providas por infraestruturas de chaves públicas nacionais de outros países.

Nenhuma informação ou arquivo são armazenados nos ambientes operacionais do ITI. Os resultados da validação limitam-se exclusivamente a identificar o titular do certificado digital utilizado e confirmar se o documento assinado não sofreu nenhuma adulteração após a assinatura.

QR Code: Só serão submetidos QR Codes de documentos assinados
URL: Ex: <https://www.mypdf.com>"

Ler QR code

Escolher arquivo

Arquivo escolhido:
Balanco_Midia_Jau.pdf

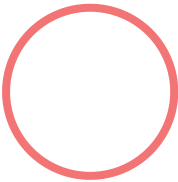
☐ Assinatura Destacada

Colar URL

☒

Estou de acordo com os [termo de uso e política de privacidade](#)

Validar



Aviso

Você submeteu um documento sem assinatura reconhecível ou com assinatura corrompida.

OK

[Saiba o que fazer](#)



[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: Mineiros do Tietê

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	Mineiros do Tietê	23/03/2005	23/03/2015

Usuário: - Data: 15/10/2014 Hora: 17:40:33

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticadassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo _ Validade outorga (P1013299)

32101250:033170/2017-07 / pg. 170

15/10/2014 17:41

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11402/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.

TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda.** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda.**, inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

4.1. RELATIVOS À CESSIONÁRIA (MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA):

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: a exigência acima se faz necessária visto que o documento encaminhado pela entidade fora assinado de forma digital, entretanto, sem a devida certificação digital que garanta a autenticidade do subscritor/contador André Luis Feitosa. Registra-se que não foi possível realizar a validação da assinatura digital (conforme comprovação no SUPER 11015264).

Obs.: o documento poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 11402 (11017627)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 171

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

subscritores.

5. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4.1, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **David Jose Cabral Ferreira da Costa**, Técnico de Nível Superior, em 19/07/2023, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11017627** e o código CRC **13C38245**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11017627



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 11402 (11017627)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 172

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 20608/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira
CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP
(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 11402/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 20608 (11017836)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 173

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Atenciosamente,

*Documento assinado por delegação da Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada, na forma da Portaria MCOM n.º 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. do dia 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **David Jose Cabral Ferreira da Costa**, Técnico de Nível Superior, em 19/07/2023, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11017838** e o código CRC **FE62BED0**.

Anexos:

- Nota Técnica 11402 (11017627)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11017838



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 20808 (11017838)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 174

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 20609/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)
Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória
CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP
(E-mail de contato informado: bismarajr@gmail.com)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 11402/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 20609 (11017840)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 175

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Atenciosamente,

*Documento assinado por delegação da Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada, na forma da Portaria MCOM n.º 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. do dia 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **David Jose Cabral Ferreira da Costa**, Técnico de Nível Superior, em 19/07/2023, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11017840** e o código CRC **9D339FF3**.

Anexos:

- Nota Técnica 11402 (11017627)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11017840



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 20809 (11017840)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 176

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

19/07/2023 12:12:00

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

contato@cacomunicacoes.com.br
pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@ig.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 01250.055170/2017-07

INTERESSADA: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11017627.html
Oficio_11017838.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Data de Envio:

19/07/2023 12:19:30

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

bismarajr@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº:01250.055170/2017-07

INTERESSADA: MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11017627.html
Oficio_11017840.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo nº 01250.055170/2017-07	
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.820.753/0001-31
Entidade cessionária: Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.880.030/0001-28
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Fistel nº: 50401554767
Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Situação da Outorga: vincenda (SUPER 10796355)	
Processo de renovação nº 53900.019982/2014-30	Período: 23.03.2015 a 23.03.2025

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</p>	OK	SUPER 10914864
b) Licença de funcionamento	OK	SUPER 10865947
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SUPER 10986255



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 179

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão ;	NÃO	SUPER 11006531
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira .	NÃO SE APLICA	

RELATIVOS À CEDENTE			
REGULARIDADE FISCAL	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	01/02 SUPER 10985695
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 03 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	Estadual: 04 SUPER 10866034 Validade: 16.10.2023
		OK	Municipal: 03 SUPER 5520428 Validade: 07.06.2020
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	04 SUPER 10985695 Validade: 28.07.2023
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 03 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	FGTS: 05 SUPER 10985695 Validade: 15.07.2023
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	06 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SUPER 10866048 (emitida em 19.04.2023)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SUPER 11038453 Ex. 2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 180

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	08 SUPER 10866034 (emitida em 19.04.2023)
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	07/08 SUPER 10985695
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal: 09 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	Estadual: 12 SUPER 10866034 Validade: 16.10.2023
		OK	Municipal: 3 SUPER 5520426 Validade: 08.05.2020
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;	OK	10 SUPER 10985695 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 09 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	FGTS: 11 SUPER 10985695 Validade: 15.07.2023
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	12 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certificado de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de 10 a n o s ; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> carteira de trabalho e previdência social; ou <i>vii)</i> passaporte;	Celia Regina de Paes CPF: 099.177.758-11	OK	02 SUPER 5520423
	José Rubens Bismara Júnior CPF: 077.182.158-14	OK	01 SUPER 5520423

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 181

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Portaria renovação outorga: SUPER 10796355
Portaria outorga e Decreto Legislativo: SUPER 10865948

Relativo à Cedente:
- Certidão Simplificada: SUPER 10866044

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10985534** e o código CRC **A39BFA41**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA

COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 9722 (10989735)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 183



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q”](#)



Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 2023 (SUPER 10866044, SUPER 10866048 e SUPER 10914864). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 10914864).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004 (SUPER 10865948). A outorga encontra-se vencida desde 24 de março de 2015 (SUPER 11015299). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada no dia 7 de julho de 2022, no bojo do processo nº 53900.019982/2014-30, que tratou da renovação da outorga para o período de 23 de março de 2015 a 23 de março de 2025 (SUPER 10796355).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão está sendo mantida em caráter precário, uma vez que ainda não houve manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. Tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 16 de agosto de 2011; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 10865947).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10985534). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de



outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10985534).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "*outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; criação de estandes para feiras e exposições; consultoria em publicidade; marketing direto; promoção de vendas; existem outras atividades*" (SUPER 10866048).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 19 de abril de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 10866048):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e a sócia Célia Regina de Paes não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 28 de junho de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 9/22 (10969735)

SEI 01230-055170/2017-07 / pg. 186

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

2023 (SUPER 10986255), a saber:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Celia Regina de Paes
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Já o sócio José Rubens Bismara Júnior faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, senão vejamos:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		077.182.158-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM		SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER 10986255).

20. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do io, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Nota Técnica 9722 (10986255)

SEI 01230-055170/2017-07 / pg. 187

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SUPER 10985534).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SUPER 11006657). Em resposta, informou-se o seguinte (SUPER 11006660):

Informa-se que, apesar da emissora de Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, responder aos processos nº 53504004437/2017 e 53504011316/2013, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11006503). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SUPER 11006531).

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SUPER 11006552) e de Exposição de Motivos (SUPER 11006603), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do



Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 10/08/2023, às 07:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10985755** e o código CRC **985A570A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10985755



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 9722 (10985755)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 189

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90, inciso I do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR – R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Minuta - Portaria (11066552)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 190

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 10/08/2023, às 07:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11006552** e o código CRC **0B75127A**.



MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Minuta _Exposição de Motivos_ Transferência Direta (11000000) SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 192

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 10/08/2023, às 07:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11006603** e o código CRC **E3F75C31**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11006603



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ata _Exposição de Motivos_ Transferência Direta (11006603)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 193

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM

Brasília, 10 de agosto de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), a qual trata da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de **Mineiros do Tietê/SP**.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 14/08/2023, às 13:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11056042** e o código CRC **5D0D6DEA**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11056042



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício Interno 39946 (11056042)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 194

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADOS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE),

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.
3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.

Brasília, 13 de setembro de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250055170201707 e da chave de acesso 1d4073f0



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1267863851 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-09-2023 15:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



DESPACHO

Processo nº: **53710.055170/2017-07**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento da Cota Jurídico nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 14/09/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11112605** e o código CRC **DB27E460**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11112605



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

DESPACHO

Processo nº: 01250.055170/2017-07

Referência: Cota Jurídico nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940)

Interessado: Exitus Sistema de Comunicação Ltda e da Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda

Assunto: Transferência Direta. Consulta Conjur. Devolução dos autos

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada - CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento da Cota Jurídico nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940), e providências cabíveis.

Brasília, 14 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 14/09/2023, às 12:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11113236** e o código CRC **C381B1F6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11113236



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 197

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada
NOTA TÉCNICA Nº 16584/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou a Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, por meio do qual constatou irregularidades (SUPER 10985755; SUPER 11056042 e SUPER 11111940)

ANÁLISE

3. Para melhor contextualização, cumpre transcrever as irregularidades apontadas na referida Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER 11111940), a saber:

[...]

2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.

3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.

4. Desse modo, em atendimento às orientações constantes da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, faz-se necessário que a entidade apresente o seguinte documento:



I - RELATIVOS À MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> Nota Técnica 16584 (1430672) SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 198

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

a) Prova de regularidade perante a Fazendas municipal, **da sede da sociedade**, na forma da lei;

5. Além disso, a cessionária deverá prestar esclarecimentos quanto ao nome da empresa constante da certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), visto estar divergente, embora o CNPJ indicado na certidão pertencer à Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.

6. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, se manifeste quanto ao exposto no parágrafo 5 e apresente o documento relacionado no parágrafo 4, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 25/09/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11130672** e o código CRC **EA5270E0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11130672



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 16584 (11130672)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 199

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 28594/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira
CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP
(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 16584/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 28594 (11130874)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 200

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 25/09/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11130874** e o código CRC **1B3A3826**.

Anexos:

- Nota Técnica 16584 (11130672)
- Cota n. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11130874



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Cota 26594 (11130874)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 201

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 28597/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)
Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória
CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP
(E-mail de contato informado: *bismarajr@gmail.com*)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 16584/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 28597 (11136889)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 202

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 25/09/2023, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11130889** e o código CRC **690107F4**.

Anexos:

- Nota Técnica 16584 (11130672)
- Cota n. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11111940)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11130889



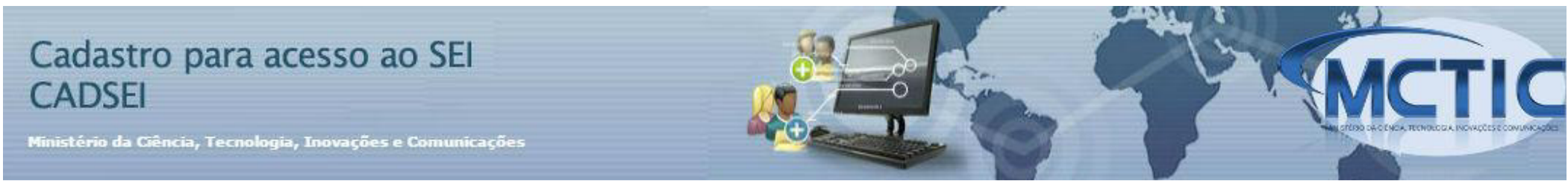
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Cota 26397 (11130689)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 203

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório

Consultar

Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.820.753/0001-31

Razão Social

Pesquisar

<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>		
Razão Social	CNPJ	Emails
EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	03.820.753/0001-31	pabi-contabil@pabi.com.br, samir.nour@ig.com.br, pabi-contabil@pabi.com.br
<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>		

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Data de Envio:

25/09/2023 11:10:53

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

contato@cacomunicacoes.com.br
pabi-contabil@pabi.com.br
samir.nour@ig.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 01250.055170/2017-07

INTERESSADA: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11130672.html
Oficio_11130874.html
Cota_11111940_COTA_199_JR.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Data de Envio:

25/09/2023 11:13:28

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

bismarajr@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 01250.055170/2017-07

INTERESSADA: MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Cota_11111940_COTA_199_JR.pdf
Nota_Tecnica_11130672.html
Oficio_11130889.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Data de Envio:

25/09/2023 11:15:26

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, foi encaminhada notificação à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31) e MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Cota_11111940_COTA_199_JR.pdf

Nota_Tecnica_11130672.html

Oficio_11130874.html

Oficio_11130889.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada
NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA

COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. ENVIO DE INFORMAÇÕES

COMPLEMENTARES. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou a Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, por meio da qual solicitou alguns esclarecimentos (SUPER 10985755; SUPER 11056042 e SUPER 11111940).

3. Em atendimento, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, por intermédio da Nota Técnica nº 16584/2023/SEI-MCOM, concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos complementares. Em resposta, por meio do protocolo nº 53115.025057/2023-95, a documentação solicitada foi apresentada.

ANÁLISE

4. Para melhor contextualização, cumpre transcrever trecho da manifestação da CONJUR (Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - SUPER 11111940), a saber:

[...]

2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.

3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 16936 (16936/23)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 208

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

5. A respeito da divergência quanto ao nome da empresa constante da certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a interessada informou que (SUPER 11134127):

"a ALCANCE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, trata-se da antiga denominação social, que restou alterada para a denominação atual - Mídia Já Empresa de Comunicação Ltda, por ocasião da transformação da sociedade em sociedade empresarial, conforme alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ocorre que não houve a atualização do cadastro junto ao FGTS, que inclusive aponta, ainda, o endereço anterior da sede, em Sorocaba, SP. Entretanto, a certidão negativa de débitos junto ao FGTS é atual e válida".

6. Ademais, no tocante ao segundo apontamento, houve colação aos autos do comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, cujo prazo de validade é até o dia 26 de outubro de 2023 (SUPER 11134128).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos satisfazem os questionamentos formulados pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, que complementa a Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM (SUPER 10985755), tudo nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

9. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos a **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, e
- b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 27/09/2023, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2023, às 15:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 28/09/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 16930 (1436724)

SEI 01250-035170/2017-07 / pg. 209

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11136724** e o código CRC **74AC7238**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11136724



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 16936 (11136724)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 210

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42195/2023/MCOM

Brasília, 29 de setembro de 2023

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM (11136724)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 6415/2023/SEI-MCOM (10883544), a qual trata da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica substituta**, em 29/09/2023, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140179** e o código CRC **C132F9ED**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11140179



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício Interno 42195 (11140179)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 211

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE.

EMENTA:

I - Pedido formulado pela **Exitus Sistema de Comunicação Ltda.**, em conjunto com a **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda.**, com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**, concedida à primeira requerente;

II - Possibilidade prevista no art. 38, alínea "c", da Lei 4.117, de 1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017, e regulamentada pelo art. 90 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963;

III - Inexistência de óbice técnico, conforme os termos da **NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM**, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE;

IV - Inexistência de óbice jurídico para transferência da outorga;

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 38, "c" da Lei nº 4.117, de 1962, e do art. 90, I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

VI - Restituição dos autos do Processo Administrativo à SECOE;

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 42195/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE deste Ministério encaminhou a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, cujo teor versa sobre a solicitação de **transferência da outorga** do serviço de **radiodifusão sonora em frequência modulada**, concedida à **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE)** para a **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA)**.

2. Conforme **NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM (11136724 57)**, de 27/09/2023, a SECOE opinou a favor do presente pleito, após atender às exigências externadas por esta CONJUR por meio da **Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 13/09/2023**, ao receber os presentes autos para análise anteriormente, via **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755)**, de 08/08/2023, e verificar a necessidade de ser corrigida a instrução processual, apesar da manifestação favorável daquela Secretaria à época.

3. Para fins didáticos, veja-se o que consta da referida **NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023**, de 27/09/2023, *in verbis*:

“SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de **Mineiros do Tietê/SP**.

2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da **Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM** e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou a **Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, por meio da qual solicitou alguns esclarecimentos (**SUPER 10985755**; **SUPER 11056042** e **SUPER 11111940**).

3. Em atendimento, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, por intermédio da **Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM**, concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos complementares. Resposta, por meio do protocolo nº 53115.025057/2023-95, a documentação solicitada foi apresentada.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

CEJUR n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11268786)

SEP 01250.055170/2017-07 / pg. 212



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ANÁLISE

4. Para melhor contextualização, cumpre transcrever trecho da manifestação da CONJUR (Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - SUPER 11111940), a saber:

(...)

2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.

3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é a anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.

5. A respeito da divergência quanto ao nome da empresa constante da certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a interessada informou que (SUPER 11134127):

‘a ALCANCE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, trata-se da antiga denominação social, que restou alterada para a denominação atual - Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda, por ocasião da transformação da sociedade em sociedade empresarial, conforme alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ocorre que não houve a atualização do cadastro junto ao FGTS, que inclusive aponta, ainda, o endereço anterior da sede, em Sorocaba, SP. Entretanto, a certidão negativa de débitos junto ao FGTS é atual e válida’. (sic)

6. Ademais, no tocante ao segundo apontamento, houve colação aos autos do comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, cujo prazo de validade é até o dia 26 de outubro de 2023 (SUPER 11134128).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos satisfazem os questionamentos formulados pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.” (sublinhamos)

4. Os autos se encontram instruídos com a minuta de **portaria e exposição de motivos**, destinadas a viabilizar a transferência da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada de interesse das postulantes, a serem subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (**11006552 e 11006603**).

5. Esse é o resumo do caso em questão. Avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

6. A presente manifestação fundamenta-se no **art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU)**, além do **art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023** (aprova a **Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações**), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do Processo Administrativo em epígrafe, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU** assim dispõe:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”

II.2. - PROCEDIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA

10. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208788) SUPER 01250.055170/2017-07 / pg. 213



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

relacionado à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão encontra-se disciplinado pelo **art. 38, alínea "c"** da **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, com redação dada pela **Lei nº 13.424, de 2017**; pelo **art. 90 e ss. do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963**; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

11. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

“Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de Radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017)”

Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

“Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 90. A transferência da concessão ou da permissão será autorizada: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - quanto aos serviços de radiodifusão sonora, por meio de Portaria do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - quanto aos serviços de radiodifusão de sons e imagens, por meio de Decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Parágrafo único. A transferência a que se refere o caput será comunicada ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República, nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 92. Em nenhum caso a concessão ou a permissão outorgada a pessoa jurídica de direito público interno poderá ser transferida à empresas privadas.

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - documentação relativa à entidade cedente: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

a) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - documentação relativa à entidade cessionária: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

1. certidão de nascimento ou casamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

2. certificado de reservista; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. cédula de identidade; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



5. carteira profissional; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
6. carteira de trabalho e previdência social; ou (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
7. passaporte; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

f) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

Vigência

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

k) declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)"

12. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

13. É oportuno registrar que a transferência da outorga deve ser comunicada ao Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 222, § 5º, da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

II.3. – ANÁLISE DA LEGALIDADE DA TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA

14. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação de transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

15. Compulsando os autos, verifica-se ter a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755)**, de 08/08/2023, asseverado o cumprimento dos requisitos normativos necessários para a realização da transferência de outorga em foco, de interesse da **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, como Entidade **CEDENTE**, e da **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, como Entidade **CESSIONÁRIA**, ao discorrer, *in verbis*:

"SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 2023 (SUPER 10866044, SUPER 16048 e SUPER 10914864). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k",

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 10914864)

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004 (SUPER 10865948). A outorga encontra-se vencida desde 24 de março de 2015 (SUPER 11015299). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada no dia 7 de julho de 2022, no bojo do processo nº 53900.019982/2014-30, que tratou da renovação da outorga para o período de 23 de março de 2015 a 23 de março de 2025 (SUPER 10796355).

(...)

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 16 de agosto de 2011; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 10865947).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10985534). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10985534).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; criação de estandes para feiras e exposições; consultoria em publicidade; marketing direto; promoção de vendas; existem outras atividades" (SUPER 10866048).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 19 de abril de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 10866048):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrado

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e a sócia Célia Regina de Paes não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 28 de junho de 2023 (SUPER 10986255), a saber:

Consulta Composição da Entidade...

Tipos de consulta	CNPJ
CNPJ	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

DECRETO Nº 52.795/2023/CONJUR/MCOM/CGO/AGU (11268786) SUPER 01250.055170/2017-07 / pg. 216



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Tipos de consulta	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor	Célia Regina de Paes

Não foi encontrado dados com essa informação

Tipos de consulta	CPF
CPF	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

18. Já o sócio José Rubens Bismara Júnior faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, senão vejamos:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta		CPF									
CPF		077.182.158-14									
NOME	CNPJ	ENTIDADE	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
José Rubens Bismara Júnior	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	FM	-	SP	Votorantim
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	FM	-	SP	Sorocaba
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	OT	-	SP	Sorocaba
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	OM	Regional	SP	Votorantim
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	-	SP	Votorantim
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	-	SP	Sorocaba
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OT		SP	Sorocaba

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

CPF nº: 067982029/CONJUR-MC/M/CGO/AGU (11268786)

SEP01250.055170/2017-07 / pg. 217

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

21. Após a verificação dos pressupostos que autorizam a análise do pedido de **transferência de outorga**, torna-se necessário verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no **art. 93 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795, de 1963**, tendo a SECOE informado, segundo **CHECKLIST e NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023 (9869824 e 10932835)**, a anexação dos seguintes documentos:

- i) requerimento transferência, em formulário padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações;
- ii) as entidades cedente e cessionária estão representadas pelos sócios-administradores;
- iii) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- iv) comprovação de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal;
- v) comprovação de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;
- vi) comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- vii) comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa;
- viii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- ix) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- x) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes.

22. Em atenção ao disposto no **art. 93, alínea K do Decreto Nº 52.795, de 1963**, incluído pelo **Decreto Nº 10.775, de 2021**, a **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. (Cessionária)**, por meio do(s) sócio(s)-administrador(es), subscreveram declaração atestando que:

- i) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- ii) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outra pessoa jurídica executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- iii) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iv) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- v) a pessoa jurídica atende ao disposto no **inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição**;
- vi) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as **alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar Nº 64, de 18 de maio de 1990**, conforme consta no **CHECKLIST** produzido pela SECOE (**10985534**).

23. Registre-se, ainda, ter a SECOE atestado, no **item 19 da NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023**, a observância dos requisitos relacionados aos limites da outorga em relação à cessionária e aos sócios, conforme estabelecido no **art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, c/c o art. 38, alínea “g” da Lei nº 4.117, de 1962**.

24. Feito esse importante histórico, impende-nos ressaltar que, apesar da manifestação favorável da SECOE à transferência de outorga de que se cogita, quando emitiu a supracitada **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023**, verificou esta Consultoria Jurídica, ao realizar a análise dos autos, à época, a necessidade de promover sua restituição à área técnica, via **Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 13/09/2023**, em razão dos seguintes pontos:

i) a entidade cessionária, **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.**, havia apresentado a **certidão de regularidade** com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, em nome de outra empresa, qual seja, a **“ALCANCE-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.”**, informando, de outra parte, como **nº do CNPJ 03.880.030.0001-28** na citada certidão o da própria **cessionária**, afigurando, à primeira vista, um erro material atinente ao nome da entidade; e

ii) a certidão da **Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP**, local da sede de **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.**, encontra-se datada de **08 de maio de 2020**, sendo que o **requerimento de transferência direta de outorga** é de **07 de maio de 2023**, evidenciando que a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é **anterior** ao próprio pedido de transferência direta, impondo-se a apresentação de nova certidão atualizada.

25. Esclarecendo os questionamentos acima descritos, informou a SECOE, quanto à divergência do nome da entidade cessionária na **certidão de regularidade** perante o **FGTS**, que a empresa denominada **“ALCANCE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA”** representa a antiga denominação social da própria **Cessionária**, que adotou a atual denominação - **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.** -, ao promover sua transformação em sociedade empresarial, mediante alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

26. Destarte, ainda que não tenha ocorrido a atualização do cadastro da entidade junto ao **FGTS**, que inclusive aponta, até o momento, o endereço anterior da sua sede em Sorocaba/SP, a **certidão negativa de débitos junto ao FGTS** **é válida**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc8>

SEI nº 00798/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11268786)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 219

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc8

27. E, no que pertine ao segundo ponto, promoveu a interessada a remessa de novo comprovante de regularidade perante a **Fazenda Municipal**, com prazo de validade até o dia **26 de outubro de 2023**, na forma do doc. **SUPER 11134128**, motivo pelo qual entende a SECOE encontrarem-se os autos instruídos de conformidade com a orientação desta Consultoria Jurídica.

28. Em face de todo o exposto, considerando que, no aspecto jurídico-formal, os únicos óbices apontados por esta CONJUR foram sanados pela SECOE, entendemos inexistir aspectos que obstaculizem a realização da transferência da outorga conferida à **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE)** para a **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA)**.

III – CONCLUSÃO

29. Sendo assim, considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) não existe impedimento jurídico para a realização da transferência da outorga conferida à **EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, na condição de Entidade **Cedente**, para a **MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, na condição de Entidade **Cessionária**, para executar, sem direito de exclusividade, o **serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada**, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**;

ii) as minutas de **portaria** e de **exposição de motivos**, elaboradas pela SECOE, encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

iii) o Congresso Nacional deve ser cientificado, por meio de mensagem do Presidente da República, sobre a transferência da outorga que se pretende realizar (**art. 222, § 5º. da Constituição Federal** c/c o **art. 90, Parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795, de 1963**).

30. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta transferir, por meio de edição de portaria, a permissão outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada.

31. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 8 de novembro de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250055170201707 e da chave de acesso 1d4073f0



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1331946857 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-11-2023 19:36. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

CEJUR n. 00735/2023/CONJUR-MC/CM/CGU/AGU (11268786)

SEP 01250.055170/2017-07 / pg. 220

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADOS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela Dr^a. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, referente à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre a transferência de permissão que foi outorgada à entidade **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**, para a entidade **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** (cessionária).
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 9722/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável à transferência da outorga que foi conferida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, não existe óbice legal para que seja efetivada a transferência de outorga que foi conferida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
5. No que se refere à diligência solicitada por esta Consultoria Jurídica, por meio da **COTA N. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (SUPER - 11111940), cumpre destacar que a entidade **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda**, antes da alteração contratual realizada, possuía a denominação social de **Alcance-Empresa de Comunicação Ltda**, conforme a documentação constante nos autos do Processo Administrativo (SUPER - 5520418).
6. Com efeito e em razão da alteração contratual acima citada, tem-se que a apresentação de certidão de regularidade do FGTS em que consta a razão social da Alcance - Empresa de Comunicação Social, cujo número de inscrição no CNPJ é igual ao da entidade **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda**, demonstra o cumprimento do requisito previsto no art. 93, inciso III, alínea "i", do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto n° 10.775, de 2021.
7. **É imperioso destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.**
8. Deste modo e após observar a orientação apresentada no item 7 deste **DESPACHO**, não existe impedimento jurídico para que seja realizada a transferência de outorga que foi conferida à entidade **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mineiros do Tietê/SP**, para a entidade **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** (cessionária).
9. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta transferir, por meio de edição de portaria, a permissão outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada.
10. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de novembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208788) SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 221

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1332954829 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-11-2023 19:07. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02276/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADOS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 2257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 9 de novembro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250055170201707 e da chave de acesso 1d4073f0



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1334463936 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-11-2023 17:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

DESPACHO n. 02276/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11250055170201707) / pg. 223

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **01250.055170/2017-07**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 10/11/2023, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11209693** e o código CRC **D9B72808**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11209693



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 01250.055170/2017-07

Referência: Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786),

Interessado: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA - ME

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 10 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 10/11/2023, às 12:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11209954** e o código CRC **9321A954**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11209954



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 225

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.820.753/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2000
NOME EMPRESARIAL EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EXITUS FM STEREO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	NÚMERO 190	COMPLEMENTO CONJUNTO 506-B
CEP 07.020-001	BAIRRO/DISTRITO VILA MOREIRA	MUNICÍPIO GUARULHOS
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO pabi-contabil@pabi.com.br		TELEFONE (11) 2440-6879/ (11) 2440-6879
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/11/2023 às 16:20:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadederassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23110936113-95

Data e hora da emissão 28/11/2023 16:26:23

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo _Certidões_Cedente e Cessionária (11245566)

SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 227



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:29:41 do dia 28/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11248588)

SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 228

Imprimir

Voltar



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.820.753/0001-31
Razão Social: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA
Endereço: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON 200 CONJ 508 / VILA MOREIRA / GUARULHOS / SP / 07020-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/11/2023 a 14/12/2023

Certificação Número: 2023111504255001347337

Informação obtida em 28/11/2023 16:31:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://www.caixa.gov.br/autenticacao/assimilacao/caixa-da-fgts/038207530001347337>

Anexo - Certidão Cedente e Cessionária (11245555) - SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 230



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.820.753/0001-31

Certidão nº: 67834730/2023

Expedição: 28/11/2023, às 16:32:37

Validade: 26/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.820.753/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11243555) - SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 231

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



28/11/2023

0071245199

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 6833764**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 27/11/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

MIDIA JAU EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ: 03.880.030/0001-28, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 28 de novembro de 2023.

PEDIDO Nº:**0071245199**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11245565)

SEI-01230.055170/2017-07 / pg. 232



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.880.030/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/06/2000
NOME EMPRESARIAL MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIDIA JAU		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DEPUTADO ANAURI BARROSO DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 276
CEP 17.320-000	BAIRRO/DISTRITO SITIO VITORIA	MUNICÍPIO MINEIROS DO TIETE
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BISMARAJR@GMAIL.COM	TELEFONE (15) 9701-2212	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/11/2023 às 16:24:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23110936127-90

Data e hora da emissão 28/11/2023 16:26:58

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
www.pfe.fazenda.sp.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo _Certidões_Cedente e Cessionária (11245565)



CNPJ:

03.880.030/0001-28

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 16:29:58 do dia 28/11/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11248388)

SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 235

Imprimir

Voltar



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.880.030/0001-28
Razão Social: ALCANCE - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Endereço: RUA ANTONIO ADADE 100 / CAMPOLIM / SOROCABA / SP / 18046-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/11/2023 a 14/12/2023

Certificação Número: 2023111504263706398987

Informação obtida em 28/11/2023 16:32:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11243355) - 32101230.055170/2017-07 / pg. 237

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.880.030/0001-28

Certidão nº: 67834981/2023

Expedição: 28/11/2023, às 16:33:20

Validade: 26/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.880.030/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11243355) - SEI 01230.055170/2017-07 / pg. 238

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 21282/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Através da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para diligências (SUPER 10985755, SUPER 11056042 e SUPER 11111940).
3. Em atendimento às orientações contidas na referida Cota, foi elaborada a Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e do Ofício nº 42195/2023/MCOM por meio do qual encaminhou os autos à Consultoria Jurídica para análise da regularidade jurídica da operação (SUPER 11136724).
4. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou o Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, através do Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU que aprovou o referido Parecer, ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga (SUPER 11208786).

ANÁLISE

5. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível a emissão de algumas delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:



I - RELATIVO À MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA:
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 21282 (11246397)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 239

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

a) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal, **da sede da sociedade**, na forma da lei;

II - RELATIVO À EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA:

a) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal, **da sede da sociedade**, na forma da lei;

6. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 10 (dez) dias**, apresente o documento relacionado no parágrafo 5, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 28/11/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11243597** e o código CRC **37826E58**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11243597



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 21282 (11243597)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 240

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 35205/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.820.753/0001-31)
Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, nº 190, Conj. 506 - B - Vila Moreira
CEP: 07.020 - 001 Guarulhos/SP
(E-mail de contato informado: contato@cacomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 21282/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> 01250.055170/2017-07 / pg. 241



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 28/11/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11243665** e o código CRC **3BC80BBD**.

Anexos:

- Nota Técnica 21282 (11243597)
- Parecer n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11243665



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 55205 (11243665)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 242

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 35206/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (C.N.P.J Nº 03.880.030/0001-28)
Estrada Deputado Anauri Barroso de Souza, s/nº, KM 276 - Sítio Vitória
CEP: 17.320 - 000 Mineiros do Tietê/SP
(E-mail de contato informado: *bismarajr@gmail.com*)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 21282/2023/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 35206 (11243686)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 243

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 28/11/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11243668** e o código CRC **48F0CF21**.

Anexos:

- Nota Técnica 21282 (11243597)
- Parecer n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11208786)

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07


Documento nº 11243668



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> - 07 / pg. 244


ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA

RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28


[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: 00938574035 - RICIELE MILANI

Data: 29/11/2023


Hora: 10:10:58

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA
RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: 00938574035 - RICIELE MILANI

Data: 29/11/2023

Hora: 10:11:18



BOM DIA
RICIELE MILANI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 00938574035 - RICIELE MILANI	Data: 29/11/2023	Hora: 10:11:32
---------------------------------------	------------------	----------------




ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



BOM DIA
RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	CELIA REGINA DE PAES

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 00938574035 - RICIELE MILANI


Data: 29/11/2023

Hora: 10:11:51



BOM DIA
RICIELE MILANI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		077.182.158-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba

Usuário: 00938574035 - RICIELE MILANI

Data: 29/11/2023

Hora: 10:12:12

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo nº 01250.055170/2017-07	
Entidade cedente: Exitus Sistema de Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.820.753/0001-31
Entidade cessionária: Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.880.030/0001-28
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Fistel nº: 50401554767
Localidade: Mineiros do Tietê	UF: SP
Situação da Outorga: vincenda (SUPER 10796355)	
Processo de renovação nº 53900.019982/2014-30	Período: 23.03.2015 a 23.03.2025

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</p>	OK	SUPER 10914864
b) Licença de funcionamento	OK	SUPER 10865947
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SUPER 11245210



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 250

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão ;	NÃO	SUPER 11006531
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira .	NÃO SE APLICA	

RELATIVOS À CEDENTE			
REGULARIDADE FISCAL	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SUPER 11243563
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 03 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	Estadual: 2 SUPER 11243563 Validade: 26.05.2024
		OK	Municipal: SUPER 11243925 Validade: 28.12.2023
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	3/4 SUPER 11243563 Validade: 28.12.2023
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 03 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	FGTS: 5 SUPER 11243563 Validade: 14.12.2023
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	6 SUPER 11243563 Validade: 26.05.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SUPER 10866048 (emitida em 19.04.2023)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SUPER 11038453 Ex. 2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3> / pg. 251

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	7 SUPER 11243563 emitida em 28.11.2023
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	8 SUPER 11243563
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal: 9 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	Estadual: 9 SUPER 11243563 Validade: 26.05.2024
		OK	Municipal: SUPER 11243929 Validade: 28.12.2023
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;	OK	10/11 SUPER 11243563 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 09 SUPER 10985695 Validade: 25.12.2023
		OK	FGTS: 12 SUPER 11243563 Validade: 14.12.2023
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	13 SUPER 11243563 Validade: 26.05.2024

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certificado de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de 10 a n o s ; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> carteira de trabalho e previdência social; ou <i>vii)</i> passaporte;	Celia Regina de Paes CPF: 099.177.758-11	OK	02 SUPER 5520423
	José Rubens Bismara Júnior CPF: 077.182.158-14	OK	01 SUPER 5520423
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE			
Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:			



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidad... ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3 / pg. 252

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Portaria renovação outorga: SUPER 10796355
Portaria outorga e Decreto Legislativo: SUPER 10865948

Relativo à Cedente:
- Certidão Simplificada: SUPER 10866044

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11243468** e o código CRC **0DCB60E4**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 21312/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONOR. OUTORGA

COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. Por intermédio da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, os autos foram restituídos por aquela unidade consultiva, para prestação de esclarecimentos adicionais (SUPER 10985755, SUPER 11056042 e SUPER 11111940).
3. Desse modo, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica resolveu notificar as pessoas jurídicas envolvidas na operação de transferência direta, para que apresentasse informações e documentos complementares (SUPER 11130672, SUPER 11130874 e SUPER 11130889). Em atendimento, enviou-se a documentação constante no Protocolo nº 53115.025057/2023-95. Na sequência, elaborou-se a Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM, que acompanhou o Ofício nº 42195/2023/MCOM, propondo a restituição dos autos à mencionada Consultoria Jurídica, para continuidade da análise (SUPER 11136724 e SUPER 11140179).
4. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, por meio do Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que aprovou aquela manifestação, ressaltou-se que as certidões de regularidade deveriam estar válidas na data em que o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga for praticado (SUPER 11208786).
5. Após a devolução dos autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica elaborou a Nota Técnica nº 21282/2023/SEI-MCOM, que acompanhou os Ofícios nº 35205/2023/MCOM e nº 35206/2023/MCOM, concluindo pela notificação das interessadas, com vistas à necessidade de itação da prova de regularidade perante a fazenda municipal das empresas envolvidas na operação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ao395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 21312 (11246210)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 254

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

6. Para melhor contextualização, cumpre transcrever breve trecho do referido Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que aprovou o referido Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber (SUPER 11208786):

[...]

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, referente à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

[...]

7. **É imperioso destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.**

8. Deste modo e após observar a orientação apresentada no item 7 deste DESPACHO, não existe impedimento jurídico para que seja realizada a transferência de outorga que foi conferida à entidade Exitus Sistema de Comunicação Ltda (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mineiros do Tietê/SP, para a entidade Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda (cessionária).

7. Em cumprimento às orientações do referido Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SUPER 11243468).

8. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM, sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SUPER 11245323) e de Exposição de Motivos (SUPER 11245327), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/11/2023, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/11/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11245218** e o código CRC **88422017**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11245218



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica n.º 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica n.º 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria n.º 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR – R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Minuta _ Portaria _ Transferência Direta (11243325)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 257

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/11/2023, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/11/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11245323** e o código CRC **A929F534**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11245323



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Minuta_Fortuna_Transferencia Direta (11245323)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 258

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Minuta _Exposição de Motivos_ Transfêrencia Direta (11243327) - SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 259

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/11/2023, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/11/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11245327** e o código CRC **B35D3902**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11245327

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ata _Exposição de Motivos_ Transferência Direta (11245327) SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 260



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 11352, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 20/12/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Portaria 11352 Transferência Direta (11252324)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 261

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11252524** e o código CRC **977F6AD7**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11252524



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Portaria 11992 Transferência Direta (11252524)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 262

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 4 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo n.º 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica n.º 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica n.º 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria n.º 11352 de 4 de dezembro de 2023, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ n.º 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria n.º 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Já Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ n.º 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 20/12/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11252621** e o código CRC **BF877CC6**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11252621



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Exposição de Motivos 302 - Transferência Direta (11252621) - SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 263

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44734/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 11352/2023(11252524) e Exposição de Motivos nº 502/2023 (11252621)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 21312/2023-MCOM (11245218), encaminho a Portaria nº 11352/2023(11252524) e Exposição de Motivos nº 502/2023 (11252621), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 14/12/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11252634** e o código CRC **8825561F**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11252634



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício Interno 44734 (11252634)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 264

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Imprimir Recibo

Página principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com solicitação de publicação de materiais com as seguintes características:

Data de envio: 21/12/2023 09:57:55
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10068418
Data prevista de publicação: 22/12/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

Os materiais enviados somente serão publicados nos dados e jornais indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de materiais nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valentia
21257895	ATO PORTARIA MCOM NA 11352.rtf	8e95aefa060d9b89 1815d79bf6a24e23	16,00	R\$ 622,72
21257896	ATO PORTARIA MCOM NA 11302.rtf	00d4f383821d40fe8188a3bff7944794	8,00	R\$ 311,36
21257897	ATO PORTARIA MCOM NA 11510.rtf	313ca9b5e148ed96 6dd5283c5adcc926	8,00	R\$ 311,36
21257898	ATO PORTARIA MCOM NA 11447.rtf	fda2600071d1bf90 6b1729eb4d3d3221	16,00	R\$ 622,72
21257899	ATO PORTARIA MCOM NA 11304.rtf	9e92e273a5dd15e9 a44482e6286ce9f3	8,00	R\$ 311,36
21257900	ATO PORTARIA MCOM NA 11303.rtf	804d4bd30333a92f b5aceea31ff1c932	8,00	R\$ 311,36
21257901	ATO PORTARIA MCOM NA 11350.rtf	dcb57f801ffac57d 4a0c3f61c98740b7	8,00	R\$ 311,36
21257902	ATO PORTARIA MCOM NA 11349.rtf	2ccde4df44ed91f8 638d87279a08a966	8,00	R\$ 311,36
21257903	ATO PORTARIA MCOM NA 11301.rtf	5c8508795936147c cbcec201f13b1eee	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			88,00	R\$ 3.424,96



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=10068418

n.gov.br/recibo.do?idof=10068418

Comprovante Envio Portaria nº 14362 (11283147)

SEI 01250:055170/2017-07 / pg. 265

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/12/2023 | Edição: 243 | Seção: 1 | Página: 19
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.352, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda, advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac49d79b8

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EXITUS SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN SÃO CARLOS	
Telefone: (11) 2440-6879	E-mail: contato@cacomunicacoes.com.br
CNPJ: 03.820.753/0001-31	Número do Fistel: 50401554767
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/03/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA SILVESTRE VASCONCELOS CALMON	Complemento: - CONJUNTO 506 B	
Bairro: VILA MOREIRA	Numero: 190	
Município: Guarulhos	UF: SP	CEP: 07020001

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Maestro João Seppe	Complemento: - 16º andar - Conjunto 162 - Ed. Medical Center	
Bairro: Jardim Paraíso	Numero: 900	
Município: São Carlos	UF: SP	CEP: 13561180

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Sítio Vitória	
Bairro: Zona Rural	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Zona Rural	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 231	Frequência: 94.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 1.1246kW
HCI: 51 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23/15/12-13 Seletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Relatório Canal_Cedente (11/269555)

SER 01230.035170/2017-07 / pg. 267

Informações Gerais	
Número da Estação: 689693613	Número Indicativo: ZYU939
Data Último Licenciamento: 28/07/2021	Número da Licença: 53500.032247/2021-53

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 23' 43.26" S	Longitude: 48° 26' 27.74" W	Cota da base: 700.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: MAX 3500
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA-A0	Fabricante: RFS - Rádio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 64 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.0 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: AFCA-4-94.1-5	Fabricante: IFTX - IND E COM DE ANTENAS LTDA				
Ganho: 1.8 dBd	Beam-Tilt: 6 °	Orientação NV: 325 °	Polarização: Circular	HCI: 51 m	ERP Máxima: 1.12 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.78	5°: 2.77	10°: 2.77	15°: 2.78	20°: 2.8	25°: 2.83	30°: 2.88	35°: 2.93	40°: 2.99	45°: 3.04	50°: 3.09	55°: 3.13
60°: 3.15	65°: 3.16	70°: 3.16	75°: 3.14	80°: 3.12	85°: 3.09	90°: 3.06	95°: 3.03	100°: 3.01	105°: 2.99	110°: 2.98	115°: 2.97
120°: 2.96	125°: 2.96	130°: 2.96	135°: 2.97	140°: 2.97	145°: 2.98	150°: 2.98	155°: 2.98	160°: 2.99	165°: 2.99	170°: 2.98	175°: 2.98
180°: 2.96	185°: 2.94	190°: 2.91	195°: 2.88	200°: 2.83	205°: 2.79	210°: 2.74	215°: 2.69	220°: 2.66	225°: 2.63	230°: 2.62	235°: 2.62
240°: 2.64	245°: 2.67	250°: 2.72	255°: 2.77	260°: 2.82	265°: 2.88	270°: 2.93	275°: 2.97	280°: 3	285°: 3.03	290°: 3.04	295°: 3.04
300°: 3.04	305°: 3.03	310°: 3.01	315°: 2.99	320°: 2.97	325°: 2.95	330°: 2.92	335°: 2.9	340°: 2.87	345°: 2.84	350°: 2.82	355°: 2.8

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°17'30.97" S Lon 48°26'27.74" W	5°: Lat 22°17'51.28" S Lon 48°25'54.46" W	10°: Lat 22°17'55.31" S Lon 48°2'5'21.43" W	15°: Lat 22°18'38.62" S Lon 48°2'4'59.51" W	20°: Lat 22°18'42.43" S Lon 48°2'4'59.51" W	25°: Lat 22°22'19'1.71" S Lon 48°2'4'59.51" W	30°: Lat 22°18'53.68" S Lon 48°2'3'27.04" W	35°: Lat 22°19'28.77" S Lon 48°2'3'15.13" W	40°: Lat 22°19'56.16" S Lon 48°2'3'15.13" W	45°: Lat 22°20'37.11" S Lon 48°2'3'15.13" W	50°: Lat 22°22'01.13" S Lon 48°2'3'15.13" W	55°: Lat 22°22'21.408" S Lon 48°2'3'15.13" W
60°: Lat 22°21'38.72" S Lon 48°2'2'34.59" W	65°: Lat 22°22'26.01" S Lon 48°2'22'42.32" W	70°: Lat 22°22'26.17" S Lon 48°2'2'38.83" W	75°: Lat 22°22'58.43" S Lon 48°2'3'26.92" W	80°: Lat 22°23'13.17" S Lon 48°2'3'23.38" W	85°: Lat 22°23'28.14" S Lon 48°2'3'21.24" W	90°: Lat 22°23'43.23" S Lon 48°2'3'35.91" W	95°: Lat 22°23'55.44" S Lon 48°2'3'48.23" W	100°: Lat 22°24'12.47" S Lon 48°2'3'28.41" W	105°: Lat 22°24'25.58" S Lon 48°2'3'36.79" W	110°: Lat 22°25'19.7" S Lon 48°2'4'48.21" W	115°: Lat 22°26'20.48" S Lon 48°2'4'48.21" W
120°: Lat 22°22'27.588" S Lon 48°20'7.78" W	125°: Lat 22°27'43.88" S Lon 48°2'0'15.71" W	130°: Lat 22°22'28'6.85" S Lon 48°2'20'47.68" W	135°: Lat 22°27'53.03" S Lon 48°2'1'57.39" W	140°: Lat 22°22'28'2.97" S Lon 48°2'22'31.88" W	145°: Lat 22°29'19.24" S Lon 48°2'2'13.08" W	150°: Lat 22°29'17.96" S Lon 48°2'2'58.58" W	155°: Lat 22°29'59.32" S Lon 48°2'3'17.92" W	160°: Lat 22°30'44.38" S Lon 48°2'3'41.82" W	165°: Lat 22°30'33.24" S Lon 48°2'4'28.83" W	170°: Lat 22°22'31'37.3" S Lon 48°2'4'57.25" W	175°: Lat 22°30'31.92" S Lon 48°2'5'49.04" W
180°: Lat 22°22'31'1.94" S Lon 48°26'27.74" W	185°: Lat 22°22'31'9.72" S Lon 48°27'10.03" W	190°: Lat 22°30'59.94" S Lon 48°27'51.1" W	195°: Lat 22°22'31'0.72" S Lon 48°28'34.64" W	200°: Lat 22°22'31'2.2" S Lon 48°28'29'20.7" W	205°: Lat 22°22'30'33.7" S Lon 48°29'54.93" W	210°: Lat 22°30'11.33" S Lon 48°30'30.3" W	215°: Lat 22°29'27.01" S Lon 48°30'48.3" W	220°: Lat 22°28'57.44" S Lon 48°31'13.12" W	225°: Lat 22°22'28'29.9" S Lon 48°31'38.03" W	230°: Lat 22°27'54.67" S Lon 48°31'52.08" W	235°: Lat 22°27'22.14" S Lon 48°32'6.13" W
240°: Lat 22°26'42.19" S Lon 48°32'3.25" W	245°: Lat 22°22'26'6.47" S Lon 48°32'0.23" W	250°: Lat 22°25'32.66" S Lon 48°31'53.17" W	255°: Lat 22°22'25'8.47" S Lon 48°32'12.15" W	260°: Lat 22°24'48.59" S Lon 48°33'9.39" W	265°: Lat 22°24'15.98" S Lon 48°33'14" W	270°: Lat 22°23'43.09" S Lon 48°34'46.31" W	275°: Lat 22°22'23'3.58" S Lon 48°34'35.7" W	280°: Lat 22°22'22.76" S Lon 48°34'40.18" W	285°: Lat 22°21'50.77" S Lon 48°34'0.99" W	290°: Lat 22°21'21.18" S Lon 48°32'9.38" W	295°: Lat 22°20'49.75" S Lon 48°33'9.73" W
300°: Lat 22°20'15.64" S Lon 48°32'56.27" W	305°: Lat 22°19'23.34" S Lon 48°33'8.8" W	310°: Lat 22°18'30.66" S Lon 48°33'10.25" W	315°: Lat 22°17'29.21" S Lon 48°33'11.85" W	320°: Lat 22°17'12.61" S Lon 48°33'21.91" W	325°: Lat 22°17'24.42" S Lon 48°33'14.38" W	330°: Lat 22°17'15.09" S Lon 48°33'0'29.92" W	335°: Lat 22°17'1.35" S Lon 48°29'50.27" W	340°: Lat 22°16'59.92" S Lon 48°29'6.39" W	345°: Lat 22°17'16.16" S Lon 48°19.84" W	350°: Lat 22°17'22.61" S Lon 48°27'40.28" W	355°: Lat 22°17'18.21" S Lon 48°27'4.15" W

Distância por radial											
0°: 11.5	5°: 10.9	10°: 10.9	15°: 9.7	20°: 9.9	25°: 9.6	30°: 10.3	35°: 9.6	40°: 9.2	45°: 8.1	50°: 7.8	55°: 8.6



60º: 7.7	65º: 7.1	70º: 7	75º: 5.3	80º: 5.3	85º: 5.3	90º: 4.9	95º: 4.3	100º: 5.2	105º: 5.1	110º: 8.7	115º: 11.5
120º: 12.5	125º: 13	130º: 12.7	135º: 10.9	140º: 10.5	145º: 12.7	150º: 11.9	155º: 12.8	160º: 13.8	165º: 13.1	170º: 14.9	175º: 12.7
180º: 13.5	185º: 13.8	190º: 13.7	195º: 14	200º: 14.4	205º: 14	210º: 13.8	215º: 13	220º: 12.7	225º: 12.5	230º: 12.1	235º: 11.8
240º: 11.1	245º: 10.5	250º: 9.9	255º: 10.2	260º: 11.6	265º: 11.6	270º: 12.5	275º: 14	280º: 14.3	285º: 13.4	290º: 12.8	295º: 12.7
300º: 12.8	305º: 14	310º: 15	315º: 16.3	320º: 15.7	325º: 14.3	330º: 13.8	335º: 13.7	340º: 13.3	345º: 12.4	350º: 11.9	355º: 11.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 017270902131						Modelo: PJ700C-LCD					
Fabricante: RVR Elettronica SLR (Bo)						Potência de Operação: 0.5 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 1.12 kW
RDS					
Código PI: C5B9					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1059	Portaria	MC	26/06/2002	01/07/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	645	Portaria	MC	15/08/2007	19/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Decreto Legislativo	CN	23/08/2004	24/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67551	Ato	CMPRL	04/10/2007	05/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	226	Despacho	MC	05/10/2009		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	278	Portaria	MC	31/10/2009	23/01/2009	Multa	Jurídico
9999	128	Despacho	ORLE	12/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico
53504.011316/2013-45	5791	Portaria	MC	05/10/2017	09/10/2017	Multa	Técnico
53500.076869/2017-15	13048	Ato	ORLE	16/10/2017	13/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53504004437201764	5722	Portaria	MC	10/11/2019	29/11/2019	Multa	Jurídico
53500.054439/2019-04	432	Ato	ORLE	25/01/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900019982201430	5579	Portaria	MC	13/05/2022	07/07/2022	Renovação	Jurídico
01250055170201707	11352	Portaria	MC	04/12/2023	22/12/2023	Transferência Direta	Jurídico



Horário de funcionamento



Id solicitação: 57dbac49d79b8

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia: Midia Jau	
Telefone: (15) 97012212	E-mail: BISMARAJR@GMAIL.COM
CNPJ: 03.880.030/0001-28	Número do Fistel: 50401554767
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/03/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/03/2025	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Est Deputado Anauri Barroso de Souza	Complemento: KM 276	
Bairro: Sítio Vitória	Numero: S/N	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320001

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Sítio Vitória	
Bairro: Zona Rural	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia Deputado Amauri Barroso de Souza (SP 304)	Complemento: Zona Rural	
Bairro: SÍTIO VITÓRIA	Numero: km 276	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP	CEP: 17320000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Mineiros do Tietê	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 231	Frequência: 94.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 1.1246kW
HCI: 51 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



23/10/2020 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Relatório Canal Cessionária (1/29/005)

SEP01250.055170/2017-07 / pg. 271

Informações Gerais	
Número da Estação: 689693613	Número Indicativo: ZYU939
Data Último Licenciamento: 28/07/2021	Número da Licença: 53500.032247/2021-53

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22° 23' 43.26" S	Longitude: 48° 26' 27.74" W	Cota da base: 700.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: MAX 3500
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA-A0	Fabricante: RFS - Rádio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 64 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.0 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: AFCA-4-94.1-5	Fabricante: IFTX - IND E COM DE ANTENAS LTDA				
Ganho: 1.8 dBd	Beam-Tilt: 6 °	Orientação NV: 325 °	Polarização: Circular	HCI: 51 m	ERP Máxima: 1.12 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.78	5°: 2.77	10°: 2.77	15°: 2.78	20°: 2.8	25°: 2.83	30°: 2.88	35°: 2.93	40°: 2.99	45°: 3.04	50°: 3.09	55°: 3.13
60°: 3.15	65°: 3.16	70°: 3.16	75°: 3.14	80°: 3.12	85°: 3.09	90°: 3.06	95°: 3.03	100°: 3.01	105°: 2.99	110°: 2.98	115°: 2.97
120°: 2.96	125°: 2.96	130°: 2.96	135°: 2.97	140°: 2.97	145°: 2.98	150°: 2.98	155°: 2.98	160°: 2.99	165°: 2.99	170°: 2.98	175°: 2.98
180°: 2.96	185°: 2.94	190°: 2.91	195°: 2.88	200°: 2.83	205°: 2.79	210°: 2.74	215°: 2.69	220°: 2.66	225°: 2.63	230°: 2.62	235°: 2.62
240°: 2.64	245°: 2.67	250°: 2.72	255°: 2.77	260°: 2.82	265°: 2.88	270°: 2.93	275°: 2.97	280°: 3	285°: 3.03	290°: 3.04	295°: 3.04
300°: 3.04	305°: 3.03	310°: 3.01	315°: 2.99	320°: 2.97	325°: 2.95	330°: 2.92	335°: 2.9	340°: 2.87	345°: 2.84	350°: 2.82	355°: 2.8

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°17'30.97" S Lon 48°26'27.74" W	5°: Lat 22°17'51.28" S Lon 48°25'54.46" W	10°: Lat 22°17'55.31" S Lon 48°2'5'21.43" W	15°: Lat 22°18'38.62" S Lon 48°2'4'59.51" W	20°: Lat 22°18'42.43" S Lon 48°2'4'59.51" W	25°: Lat 22°22'19'1.71" S Lon 48°2'4'59.51" W	30°: Lat 22°18'53.68" S Lon 48°2'3'27.04" W	35°: Lat 22°19'28.77" S Lon 48°2'3'15.13" W	40°: Lat 22°19'56.16" S Lon 48°2'3'15.13" W	45°: Lat 22°20'37.11" S Lon 48°2'3'15.13" W	50°: Lat 22°22'21'0.13" S Lon 48°2'3'15.13" W	55°: Lat 22°22'21'4.08" S Lon 48°2'3'15.13" W
60°: Lat 22°21'38.72" S Lon 48°2'2'34.59" W	65°: Lat 22°22'26.01" S Lon 48°2'22'42.32" W	70°: Lat 22°22'26.17" S Lon 48°2'2'38.83" W	75°: Lat 22°22'58.43" S Lon 48°2'3'26.92" W	80°: Lat 22°23'13.17" S Lon 48°2'3'23.38" W	85°: Lat 22°23'28.14" S Lon 48°2'3'21.24" W	90°: Lat 22°23'43.23" S Lon 48°2'3'35.91" W	95°: Lat 22°23'55.44" S Lon 48°2'3'48.23" W	100°: Lat 22°24'12.47" S Lon 48°2'3'28.41" W	105°: Lat 22°24'25.58" S Lon 48°2'3'36.79" W	110°: Lat 22°25'19.7" S Lon 48°2'4'48.21" W	115°: Lat 22°26'20.48" S Lon 48°2'4'48.21" W
120°: Lat 22°22'27'5.88" S Lon 48°20'7.78" W	125°: Lat 22°27'43.88" S Lon 48°2'0'15.71" W	130°: Lat 22°22'28'6.85" S Lon 48°2'20'47.68" W	135°: Lat 22°27'53.03" S Lon 48°2'1'57.39" W	140°: Lat 22°22'28'2.97" S Lon 48°2'22'31.88" W	145°: Lat 22°29'19.24" S Lon 48°2'2'13.08" W	150°: Lat 22°29'17.96" S Lon 48°2'2'58.58" W	155°: Lat 22°29'59.32" S Lon 48°2'3'17.92" W	160°: Lat 22°30'44.38" S Lon 48°2'3'41.82" W	165°: Lat 22°30'33.24" S Lon 48°2'4'28.83" W	170°: Lat 22°22'31'37.3" S Lon 48°2'4'57.25" W	175°: Lat 22°30'31.92" S Lon 48°2'5'49.04" W
180°: Lat 22°22'31'1.94" S Lon 48°26'27.74" W	185°: Lat 22°22'31'9.72" S Lon 48°27'10.03" W	190°: Lat 22°30'59.94" S Lon 48°27'51.1" W	195°: Lat 22°22'31'0.72" S Lon 48°28'34.64" W	200°: Lat 22°22'31'2.2" S Lon 48°28'29'20.7" W	205°: Lat 22°22'30'33.7" S Lon 48°29'54.93" W	210°: Lat 22°30'11.33" S Lon 48°30'30.3" W	215°: Lat 22°29'27.01" S Lon 48°30'48.3" W	220°: Lat 22°28'57.44" S Lon 48°31'13.12" W	225°: Lat 22°22'28'29.9" S Lon 48°31'38.03" W	230°: Lat 22°27'54.67" S Lon 48°31'52.08" W	235°: Lat 22°27'22.14" S Lon 48°32'6.13" W
240°: Lat 22°26'42.19" S Lon 48°32'3.25" W	245°: Lat 22°22'26'6.47" S Lon 48°32'0.23" W	250°: Lat 22°25'32.66" S Lon 48°31'53.17" W	255°: Lat 22°22'25'8.47" S Lon 48°32'12.15" W	260°: Lat 22°24'48.59" S Lon 48°33'9.39" W	265°: Lat 22°24'15.98" S Lon 48°33'14" W	270°: Lat 22°23'43.09" S Lon 48°34'46.31" W	275°: Lat 22°22'23'3.58" S Lon 48°34'35.7" W	280°: Lat 22°22'22.76" S Lon 48°34'40.18" W	285°: Lat 22°21'50.77" S Lon 48°34'0.99" W	290°: Lat 22°21'21.18" S Lon 48°32'9.38" W	295°: Lat 22°20'49.75" S Lon 48°33'9.73" W
300°: Lat 22°20'15.64" S Lon 48°32'56.27" W	305°: Lat 22°19'23.34" S Lon 48°33'8.8" W	310°: Lat 22°18'30.66" S Lon 48°33'10.25" W	315°: Lat 22°17'29.21" S Lon 48°33'11.85" W	320°: Lat 22°17'12.61" S Lon 48°33'21.91" W	325°: Lat 22°17'24.42" S Lon 48°33'11.48" W	330°: Lat 22°17'15.09" S Lon 48°33'0'29.92" W	335°: Lat 22°17'1.35" S Lon 48°29'50.27" W	340°: Lat 22°16'59.92" S Lon 48°29'6.39" W	345°: Lat 22°17'16.16" S Lon 48°19.84" W	350°: Lat 22°17'22.61" S Lon 48°27'40.28" W	355°: Lat 22°17'18.21" S Lon 48°27'4.15" W

Distância por radial											
0°: 11.5	5°: 10.9	10°: 10.9	15°: 9.7	20°: 9.9	25°: 9.6	30°: 10.3	35°: 9.6	40°: 9.2	45°: 8.1	50°: 7.8	55°: 8.6



23/10/2020 12:40

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Relatório Canal Cessionária (11291055)

SEP01250.055170/2017-07 / pg. 272

60º: 7.7	65º: 7.1	70º: 7	75º: 5.3	80º: 5.3	85º: 5.3	90º: 4.9	95º: 4.3	100º: 5.2	105º: 5.1	110º: 8.7	115º: 11.5
120º: 12.5	125º: 13	130º: 12.7	135º: 10.9	140º: 10.5	145º: 12.7	150º: 11.9	155º: 12.8	160º: 13.8	165º: 13.1	170º: 14.9	175º: 12.7
180º: 13.5	185º: 13.8	190º: 13.7	195º: 14	200º: 14.4	205º: 14	210º: 13.8	215º: 13	220º: 12.7	225º: 12.5	230º: 12.1	235º: 11.8
240º: 11.1	245º: 10.5	250º: 9.9	255º: 10.2	260º: 11.6	265º: 11.6	270º: 12.5	275º: 14	280º: 14.3	285º: 13.4	290º: 12.8	295º: 12.7
300º: 12.8	305º: 14	310º: 15	315º: 16.3	320º: 15.7	325º: 14.3	330º: 13.8	335º: 13.7	340º: 13.3	345º: 12.4	350º: 11.9	355º: 11.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 017270902131						Modelo: PJ700C-LCD					
Fabricante: RVR Elettronica SLR (Bo)						Potência de Operação: 0.5 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 1.12 kW
RDS					
Código PI: C5B9					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
538300006052000	1059	Portaria	MC	26/06/2002	01/07/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	645	Portaria	MC	15/08/2007	19/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Decreto Legislativo	CN	23/08/2004	24/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67551	Ato	CMPRL	04/10/2007	05/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	226	Despacho	MC	05/10/2009		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	278	Portaria	MC	31/10/2009	23/01/2009	Multa	Jurídico
9999	128	Despacho	ORLE	12/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico
53504.011316/2013-45	5791	Portaria	MC	05/10/2017	09/10/2017	Multa	Técnico
53500.076869/2017-15	13048	Ato	ORLE	16/10/2017	13/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53504004437201764	5722	Portaria	MC	10/11/2019	29/11/2019	Multa	Jurídico
53500.054439/2019-04	432	Ato	ORLE	25/01/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900019982201430	5579	Portaria	MC	13/05/2022	07/07/2022	Renovação	Jurídico
01250055170201707	11352	Portaria	MC	04/12/2023	22/12/2023	Transferência Direta	Jurídico



Horário de funcionamento



Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

Tipo Entidade:	Pessoa Jurídica
CNPJ:	03.880.030/0001-28
Razão Social:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia:	Midia Jau
Data última atualização:	26/12/2023 14:57:17

▶ 1º Passo
Empresa

▶ 2º Passo
Sócios

▶ 3º Passo
Conselho

▶ 4º Passo
Diretoria

▶ 5º Passo
Controle

Dados da Sociedade

Tipo Sociedade:	Limitada ▾
	Empresa Privada ▾
Capital Social	30.000,00
Sociedade	Moeda: R\$ - REAL ▾
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.	
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-802b-ecac57904dc3	
Valor de uma Cota:	1,00

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

Tipo Entidade:	Pessoa Jurídica
CNPJ:	03.880.030/0001-28
Razão Social:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia:	Midia Jau
Data última atualização:	26/12/2023 14:57:17

1º Passo
Empresa



2º Passo
Sócios

3º Passo
Conselho

4º Passo
Diretoria

5º Passo
Controle

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas com direito a voto	Vlr. Cotas	Qtd. Cotas sem direito a voto	Valor Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
077.182. 	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	29.700	29.700,00	0	0,00		
099.177. 	CELIA REGINA DE PAES	300	300,00	0	0,00		

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-e0ac57904dc3>

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

Tipo Entidade:	Pessoa Jurídica
CNPJ:	03.880.030/0001-28
Razão Social:	MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia:	Midia Jau
Data última atualização:	26/12/2023 14:57:17

1º Passo
Empresa



2º Passo
Sócios


3º Passo
Conselho

4º Passo
Diretoria

5º Passo
Controle

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
	JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	ADMINISTRADOR		

 Vincular: Diretor

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

 Confirma

 Não se Aplica

<https://antefeg-autenticidade-assinatura-camara-leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-eca057904dc3>

anexo SIACCO_Cessionaria (11290000) SET01230.033170/2017-07 / pg. 277

ac395d05-8768-45a6-8d2b-eca057904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45607/2023/MCOM

Brasília, 27 de dezembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 502 (11252621)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 11352/2023 (11287181), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 502 (11252621), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 27/12/2023, às 10:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11291350** e o código CRC **75C33737**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11291350



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício Interno 45607 (11291350)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 278

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Brasília, 29 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo n.º 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 11352 de 4 de dezembro de 2023, publicada em 22 de dezembro de 2023, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Exposição de Motivos nº 00781/2023 MCOM (11/256402)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 279

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 38232/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.055170/2017-07.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 29/12/2023, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11296422** e o código CRC **48FB9BF9**.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11296422



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Ofício 38232 (11296422)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 280

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Brasília, 29 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo n.º 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica n.º 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica n.º 21312/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria n.º 11352 de 4 de dezembro de 2023, publicada em 22 de dezembro de 2023, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ n.º 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria n.º 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ n.º 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE.

EMENTA:

I - Pedido formulado pela Exitus Sistema de Comunicação Ltda., em conjunto com a Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda., com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mineiros do Tietê/SP, concedida à primeira requerente;

II - Possibilidade prevista no art. 38, alínea "c", da Lei 4.117, de 1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017, e regulamentada pelo art. 90 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963;

III - Inexistência de óbice técnico, conforme os termos da NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE;

IV - Inexistência de óbice jurídico para transferência da outorga;

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 38, "c" da Lei nº 4.117, de 1962, e do art. 90, I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

VI - Restituição dos autos do Processo Administrativo à SECOE;

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 42195/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE deste Ministério encaminhou a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, cujo teor versa sobre a solicitação de transferência da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, concedida à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) para a MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

2. Conforme NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM (11136724 57), de 27/09/2023, a SECOE opinou a favor do presente pleito, após atender às exigências externadas por esta CONJUR por meio da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 13/09/2023, ao receber os presentes autos para análise anteriormente, via NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023, e verificar a necessidade de ser corrigida a instrução processual, apesar da manifestação favorável daquela Secretaria à época.

3. Para fins didáticos, veja-se o que consta da referida NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023,), de 27/09/2023, *in verbis*:

“SUMÁRIO EXECUTIVO

1. *Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da Exitus Sistema de Comunicação Ltda e da Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.*

2. *Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou a Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, por meio da qual solicitou alguns esclarecimentos (SUPER 10985755; SUPER 11056042 e SUPER 11111940).*

3. *Em atendimento, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, por intermédio da Nota Técnica nº 16584/2023/SEI-MCOM, concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos plementares. Em resposta, por meio do protocolo nº 53115.025057/2023-95, a documentação solicitada foi apresentada.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

ANÁLISE

4. Para melhor contextualização, cumpre transcrever trecho da manifestação da CONJUR (Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - SUPER 1111940), a saber:

(...)

2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.

3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é a nterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.

5. A respeito da divergência quanto ao nome da empresa constante da certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a interessada informou que (SUPER 11134127):

‘a ALCANCE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, trata-se da antiga denominação social, que restou alterada para a denominação atual - Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, por ocasião da transformação da sociedade em sociedade empresarial, conforme alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ocorre que não houve a atualização do cadastro junto ao FGTS, que inclusive aponta, ainda, o endereço anterior da sede, em Sorocaba, SP. Entretanto, a certidão negativa de débitos junto ao FGTS é atual e válida’. (sic)

6. Ademais, no tocante ao segundo apontamento, houve colação aos autos do comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, cujo prazo de validade é até o dia 26 de outubro de 2023 (SUPER 11134128).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos satisfazem os questionamentos formulados pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.” (sublinhamos)

4. Os autos se encontram instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, destinadas a viabilizar a transferência da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada de interesse das postulantes, a serem subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (11006552 e 11006603).

5. Esse é o resumo do caso em questão. Avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

6. A presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do Processo Administrativo em epígrafe, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU assim dispõe:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”

II.2. - PROCEDIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA

10. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

relacionado à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão encontra-se disciplinado pelo art. 38, alínea "c" da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017; pelo art. 90 e ss. do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

11. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

“Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de Radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017)”

Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

“Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

2017)

Art. 90. A transferência da concessão ou da permissão será autorizada: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de

I - quanto aos serviços de radiodifusão sonora, por meio de Portaria do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - quanto aos serviços de radiodifusão de sons e imagens, por meio de Decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Parágrafo único. A transferência a que se refere o caput será comunicada ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República, nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 92. Em nenhum caso a concessão ou a permissão outorgada a pessoa jurídica de direito público interno poderá ser transferida a empresas privadas.

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - documentação relativa à entidade cedente: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

a) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - documentação relativa à entidade cessionária: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

1. certidão de nascimento ou casamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

2. certificado de reservista; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. cédula de identidade; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



5. carteira profissional; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
6. carteira de trabalho e previdência social; ou (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
7. passaporte; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

f) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

Vigência

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

k) declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) Vigência

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)”

12. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

13. É oportuno registrar que a transferência da outorga deve ser comunicada ao Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 222, § 5º. da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

II.3. – ANÁLISE DA LEGALIDADE DA TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA

14. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação de transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

15. Compulsando os autos, verifica-se ter a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI- MCOM (10985755), de 08/08/2023, asseverado o cumprimento dos requisitos normativos necessários para a realização da transferência de outorga em foco, de interesse da EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA, como Entidade CEDENTE, e da MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, como Entidade CESSIONÁRIA, ao discorrer, *in verbis*:

“SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 2023 (SUPER 10866044, SUPER 16048 e SUPER 10914864). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 10914864)

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004 (SUPER 10865948). A outorga encontra-se vencida desde 24 de março de 2015 (SUPER 11015299). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada no dia 7 de julho de 2022, no bojo do processo nº 53900.019982/2014-30, que tratou da renovação da outorga para o período de 23 de março de 2015 a 23 de março de 2025 (SUPER 10796355).

(...)

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 16 de agosto de 2011; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 10865947).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10985534). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10985534).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; criação de estandes para feiras e exposições; consultoria em publicidade; marketing direto; promoção de vendas; existem outras atividades" (SUPER 10866048).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 19 de abril de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 10866048):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrado

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e a sócia Célia Regina de Paes não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 28 de junho de 2023 (SUPER 10986255), a saber:

Consulta Composição da Entidade...

Tipos de consulta	CNPJ
CNPJ	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Tipos de consulta	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor	Célia Regina de Paes

Não foi encontrado dados com essa informação

Tipos de consulta	CPF
CPF	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

18. Já o sócio José Rubens Bismara Júnior faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, senão vejamos:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta		CPF									
CPF		077.182.158-14									
NOME	CNPJ	ENTIDADE	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
José Rubens Bismara Júnior	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	FM	-	SP	Votorantim
	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	FM	-	SP	Sorocaba
	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	OT	-	SP	Sorocaba
	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Diretor (Administrador)	0	-	-	OM	Regional	SP	Votorantim
	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	-	SP	Votorantim
	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	-	SP	Sorocaba
	077.182.158-14	RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA	71.874.275/0001-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

	RÁDIO CACIQUE DE SOROCA BA	71.874.275/000 1-00	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OT		SP	Sorocaba

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER 10986255).

20. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SUPER 10985534).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbra quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021).

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SUPER 11006657). Em resposta, informou-se o seguinte (SUPER 11006660):

Informa-se que, apesar da emissora de Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, responder aos processos nº 53504004437/2017 e 53504011316/2013, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11006503). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SUPER 11006531).

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963." (sublinhamos)

16. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência da espécie, notadamente no art. 90 e ss. do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963 (vide item 11 deste PARECER), verifica-se ter a SECOE atestado o preenchimento das exigências necessárias para efetivação da transferência de outorga em tela, conforme CHECKLIST e os termos da referida NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023, ambos produzidos pela citada Secretaria (10985534 e 10985755).

17. Demonstrado a SECOE, ademais, a observância do requisito temporal referente ao decurso do prazo de cinco anos da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, com vistas a viabilizar a transferência ora requerida, consoante item 10 da citada Nota Técnica.

18. Esclareceu, inclusive, inexistirem processos administrativos em curso que possam resultar na cassação da outorga que se pretende transferir, conforme item 22 da mesma Nota Técnica.

19. Apurou, de outra parte, que as pessoas jurídicas ora interessadas protocolaram requerimentos administrativos de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 2023 (SUPER 10866044, SUPER 10866048 e SUPER 10914864), além de instruir o pleito com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k" do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelo representante legal da empresa Cessionária (10914864).

20. E, de acordo com a citada Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 19 de abril de 2023 (SUPER 10866048), a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a

inte:



ME Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

COTAS

VALOR - R\$

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00
NOME	CARGO	
José Rubens Bismara Júnior	Administrador	

21. Após a verificação dos pressupostos que autorizam a análise do pedido de transferência de outorga, torna-se necessário verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 93 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, tendo a SECOE informado, segundo CHECKLIST e NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023 (9869824 e 10932835), a anexação dos seguintes documentos:

- i) requerimento transferência, em formulário padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações;
- ii) as entidades cedente e cessionária estão representadas pelos sócios-administradores;
- iii) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- iv) comprovação de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal;
- FISTEL; v) comprovação de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações –
- FGTS; vi) comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço –
- vii) comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa;
- viii) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- ix) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- x) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes.

22. Em atenção ao disposto no art. 93, alínea K do Decreto Nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto Nº 10.775, de 2021, a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. (Cessionária), por meio do(s) sócio(s)-administrador(es), subscreveram declaração atestando que:

- i) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- ii) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoa jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- iii) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iv) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- v) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- vi) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar Nº 64, de 18 de maio de 1990 , conforme consta no CHECKLIST produzido pela SECOE (10985534).

23. Registre-se, ainda, ter a SECOE atestado, no item 19 da NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI- MCOM (10985755), de 08/08/2023, a observância dos requisitos relacionados aos limites da outorga em relação à cessionária e aos sócios, conforme estabelecido no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, c/c o art. 38, alínea "g" da Lei nº 4.117, de 1962 .

24. Feito esse importante histórico, impende-nos ressaltar que, apesar da manifestação favorável da SECOE à transferência de outorga de que se cogita, quando emitiu a supracitada NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (10985755), de 08/08/2023, verificou esta Consultoria Jurídica, ao realizar a análise dos autos, à época, a necessidade de promover sua restituição à área técnica, via Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 13/09/2023, em razão dos seguintes pontos:

i) a entidade cessionária, Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda., havia apresentado a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em nome de outra empresa, qual seja, a “*ALCANCE-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA.*”, informando, de outra parte, como nº do CNPJ 03.880.030.0001-28 na citada certidão o da própria cessionária, afirmando, à primeira vista, um erro material atinente ao nome da entidade; e

ii) a certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda., encontra-se datada de 08 de maio de 2020 , sendo que o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023 , evidenciando que a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é anterior ao próprio pedido de transferência direta, impondo-se a apresentação de nova certidão atualizada.

25. Esclarecendo os questionamentos acima descritos, informou a SECOE, quanto à divergência do e da entidade cessionária na certidão de regularidade perante o FGTS, que a empresa denominada “*ALCANCE PRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA*” representa a antiga denominação social da própria Cessionária, que adotou a atual denominação de Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. -, ao promover sua transformação em sociedade empresarial,

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

mediante alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

26. Destarte, ainda que não tenha ocorrido a atualização do cadastro da entidade junto ao FGTS, que inclusive aponta, até o momento, o endereço anterior da sua sede em Sorocaba/SP, a certidão negativa de débitos junto ao FGTS é atual e válida.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

27. E, no que pertine ao segundo ponto, promoveu a interessada a remessa de novo comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, com prazo de validade até o dia 26 de outubro de 2023, na forma do doc. SUPER 11134128, motivo pelo qual entende a SECOE encontrarem-se os autos instruídos de conformidade com a orientação desta Consultoria Jurídica.

28. Em face de todo o exposto, considerando que, no aspecto jurídico-formal, os únicos óbices apontados por esta CONJUR foram sanados pela SECOE, entendemos inexistir aspectos que obstaculizem a realização da transferência da outorga conferida à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) para a MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

III – CONCLUSÃO

29. Sendo assim, considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) não existe impedimento jurídico para a realização da transferência da outorga conferida à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA, na condição de Entidade Cedente, para a MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA., na condição de Entidade Cessionária, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Mineiros do Tietê/SP;

ii) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SECOE, encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

iii) o Congresso Nacional deve ser cientificado, por meio de mensagem do Presidente da República, sobre a transferência da outorga que se pretende realizar (art. 222, § 5º. da Constituição Federal c/c o art. 90, Parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

30. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta transferir, por meio de edição de portaria, a permissão outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada.

31. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 8 de novembro de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250055170201707 e da chave de acesso 1d4073f0



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1331946857 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-11-2023 19:36. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADOS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, referente à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre a transferência de permissão que foi outorgada à entidade Exitus Sistema de Comunicação Ltda (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mineiros do Tietê/SP, para a entidade Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda (cessionária).
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável à transferência da outorga que foi conferida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mineiros do Tietê/SP.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe óbice legal para que seja efetivada a transferência de outorga que foi conferida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
5. No que se refere à diligência solicitada por esta Consultoria Jurídica, por meio da COTA N. 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER - 1111940), cumpre destacar que a entidade Mídia Jáú Empresa Comunicação LTDA, antes da alteração contratual realizada, possuía a denominação social de Alcance-Empresa de Comunicação Ltda, conforme a documentação constante nos autos do Processo Administrativo (SUPER - 5520418).
6. Com efeito e em razão da alteração contratual acima citada, tem-se que a apresentação de certidão de regularidade do FGTS em que consta a razão social da Alcance - Empresa de Comunicação Social, cujo número de inscrição no CNPJ é igual ao da entidade Mídia Jáú Empresa Comunicação LTDA, demonstra o cumprimento do requisito previsto no art. 93, inciso III, alínea "i", do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
7. É imperioso destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.
8. Deste modo e após observar a orientação apresentada no item 7 deste DESPACHO, não existe impedimento jurídico para que seja realizada a transferência de outorga que foi conferida à entidade Exitus Sistema de Comunicação Ltda (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mineiros do Tietê/SP, para a entidade Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda (cessionária).
9. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta transferir, por meio de edição de portaria, a permissão outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada.
10. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de novembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO





Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1332954829 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-11-2023 19:07. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02276/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.055170/2017-07

INTERESSADOS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 2257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 9 de novembro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250055170201707 e da chave de acesso 1d4073f0



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1334463936 e chave de acesso 1d4073f0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-11-2023 17:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada
NOTA TÉCNICA Nº 16936/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. ENVIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva elaborou a Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, por meio da qual solicitou alguns esclarecimentos (SUPER 10985755; SUPER 11056042 e SUPER 11111940).
3. Em atendimento, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, por intermédio da Nota Técnica nº 16584/2023/SEI-MCOM, concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos complementares. Em resposta, por meio do protocolo nº 53115.025057/2023-95, a documentação solicitada foi apresentada.

ANÁLISE

4. Para melhor contextualização, cumpre transcrever trecho da manifestação da CONJUR (Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - SUPER 11111940), a saber:

[...]

2. Compulsando os autos e examinando-se o checklist 11006531, verificou-se que a entidade cessionária Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda ofertou a certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o nome de outra empresa, isto é, ALCANCE- EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, porém, o CNPJ 03.880.030.0001-28 indicado na certidão FGTS é o de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. Logo, a conclusão lógica aponta para erro material atinente ao nome da entidade.

3. Porém, nota-se outra irregularidade documental. A certidão da Fazenda Municipal de Mineiros do Tietê/SP, local da sede de Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda está datada de 08 de maio de 2020. Mas, o requerimento de transferência direta de outorga é de 07 de maio de 2023. Assim, a prova de regularidade com a Fazenda Municipal é anterior ao próprio pedido de transferência direta, devendo ser providenciada nova certidão, atualizada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 16936 (14136724)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 1

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

5. A respeito da divergência quanto ao nome da empresa constante da certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a interessada informou que (SUPER 11134127):

"a ALCANCE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA, trata-se da antiga denominação social, que restou alterada para a denominação atual - Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, por ocasião da transformação da sociedade em sociedade empresarial, conforme alteração de contrato social registrada em 09/08/2017 na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ocorre que não houve a atualização do cadastro junto ao FGTS, que inclusive aponta, ainda, o endereço anterior da sede, em Sorocaba, SP. Entretanto, a certidão negativa de débitos junto ao FGTS é atual e válida".

6. Ademais, no tocante ao segundo apontamento, houve colação aos autos do comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, cujo prazo de validade é até o dia 26 de outubro de 2023 (SUPER 11134128).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos satisfazem os questionamentos formulados pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, que complementa a Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM (SUPER 10985755), tudo nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

9. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos a **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, e
- b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 27/09/2023, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2023, às 15:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 28/09/2023, às 13:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 16936 (14136724)

SEI 01250-533170/2017-07 / pg. 2

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11136724** e o código CRC **74AC7238**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11136724



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 16936 (11136724)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 3

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 21312/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.055170/2017-07

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONOR. OUTORGA

COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.
2. Preliminarmente, cumpre registrar que, por meio da Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 39946/2023/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do acolhimento do pedido de transferência direta e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. Por intermédio da Cota nº 00199/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, os autos foram restituídos por aquela unidade consultiva, para prestação de esclarecimentos adicionais (SUPER 10985755, SUPER 11056042 e SUPER 11111940).
3. Desse modo, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica resolveu notificar as pessoas jurídicas envolvidas na operação de transferência direta, para que apresentasse informações e documentos complementares (SUPER 11130672, SUPER 11130874 e SUPER 11130889). Em atendimento, enviou-se a documentação constante no Protocolo nº 53115.025057/2023-95. Na sequência, elaborou-se a Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM, que acompanhou o Ofício nº 42195/2023/MCOM, propondo a restituição dos autos à mencionada Consultoria Jurídica, para continuidade da análise (SUPER 11136724 e SUPER 11140179).
4. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, por meio do Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que aprovou aquela manifestação, ressaltou-se que as certidões de regularidade deveriam estar válidas na data em que o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga for praticado (SUPER 11208786).
5. Após a devolução dos autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica elaborou a Nota Técnica nº 21282/2023/SEI-MCOM, que acompanhou os Ofícios nº 35205/2023/MCOM e nº 35206/2023/MCOM, concluindo pela notificação das interessadas, com vistas à necessidade de itação da prova de regularidade perante a fazenda municipal das empresas envolvidas na operação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 21312 (14243218)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 1

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

6. Para melhor contextualização, cumpre transcrever breve trecho do referido Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que aprovou o referido Parecer nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber (SUPER 11208786):

[...]

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr.^a Lídia Miranda de Lima, advogada da União, referente à transferência de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

[...]

7. **É imperioso destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.**

8. Deste modo e após observar a orientação apresentada no item 7 deste DESPACHO, não existe impedimento jurídico para que seja realizada a transferência de outorga que foi conferida à entidade Exitus Sistema de Comunicação Ltda (cedente), para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mineiros do Tietê/SP, para a entidade Mídia Já Empresa de Comunicação Ltda (cessionária).

7. Em cumprimento às orientações do referido Despacho n. 02257/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SUPER 11243468).

8. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM e Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM, sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SUPER 11245323) e de Exposição de Motivos (SUPER 11245327), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 29/11/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/11/2023, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/11/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11245218** e o código CRC **88422017**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 11245218



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 21312 (11245218)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 3

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.055170/2017-07.

INTERESSADAS: EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CEDENTE) E MÍDIA JAÚ EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA

COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Exitus Sistema de Comunicação Ltda** e da **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda** inscritas no CNPJ nº 03.820.753/0001-31 e CNPJ nº 03.880.030/0001-28, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 9722 (19983735)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 1



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q”](#)



Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 2023 (SUPER 10866044, SUPER 10866048 e SUPER 10914864). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 10914864).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004 (SUPER 10865948). A outorga encontra-se vencida desde 24 de março de 2015 (SUPER 11015299). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada no dia 7 de julho de 2022, no bojo do processo nº 53900.019982/2014-30, que tratou da renovação da outorga para o período de 23 de março de 2015 a 23 de março de 2025 (SUPER 10796355).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão está sendo mantida em caráter precário, uma vez que ainda não houve manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. Tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 16 de agosto de 2011; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 10865947).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10985534). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de



outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10985534).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "*outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; criação de estandes para feiras e exposições; consultoria em publicidade; marketing direto; promoção de vendas; existem outras atividades*" (SUPER 10866048).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 19 de abril de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 10866048):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e a sócia Célia Regina de Paes não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 28 de junho de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 9722 (19985735)

SEI 01250-053170/2017-07 / pg. 4

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

2023 (SUPER 10986255), a saber:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.880.030/0001-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Celia Regina de Paes

Não foi encontrado dados com essa informação

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	099.177.758-11

Não foi encontrado dados com essa informação

18. Já o sócio José Rubens Bismara Júnior faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, senão vejamos:

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF		CPF: 077.182.158-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR	077.182.158-14	RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OT	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM		SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Sorocaba
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Votorantim
		RADIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA	71.874.275/0001-00	Sócio	100	0,00%	0,00%	OT	--	SP	Sorocaba

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER 10986255).

20. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3/2017-07 / pg. 5

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SUPER 10985534).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SUPER 11006657). Em resposta, informou-se o seguinte (SUPER 11006660):

Informa-se que, apesar da emissora de Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.820.753/0001-31), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, responder aos processos nº 53504004437/2017 e 53504011316/2013, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11006503). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SUPER 11006531).

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SUPER 11006552) e de Exposição de Motivos (SUPER 11006603), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 3722 (19985735)

SEP 01250:053170/2017-07 / pg. 6

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 08/08/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 08/08/2023, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 10/08/2023, às 07:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10985755** e o código CRC **985A570A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

Documento nº 10985755



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

Nota Técnica 9722 (10985755)

SEI 01250.055170/2017-07 / pg. 7

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 16 de janeiro de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de transferência de permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 781 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 16/01/2024, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4901102** e o código CRC **10EBAE0D** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SUPER nº 4901102



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 149/2024/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 781/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 781/2023 (4901090), do Ministério das Comunicações, referente à transferência da permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Já Empresa de Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no Município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 16/01/2024, às 20:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4901215** e o código CRC **16E56429** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.055170/2017-07

SUPER nº 4901215

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 781/2023 (4901090) MCOM, do Ministério das Comunicações.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata da transferência da permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., para a Mídia Já Empresa de Comunicação Ltda., no Município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 18/01/2024, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4905285** e o código CRC **D8B71638** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 1114/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.055170/2017-07.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00781/2023 MCOM, de 29 de Dezembro de 2023, do Ministério das Comunicações

ASSUNTO: Transferência de outorga comercial de permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mineiros do Tietê/SP.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00781/2023 MCOM (4900364), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, acompanhado da [Portaria MCOM nº 11.352, de 4 de dezembro de 2023](#), que transfere a permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. - Cedente, inscrita no CNPJ sob o nº 03.820.753/0001-31, para a empresa Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda. - Cessionária, inscrita no CNPJ sob o nº 03.880.030/0001-28, com o uso do canal 231, frequência 94.1 MHz, Fistel nº 50401554767, sem direito à exclusividade, no município de Mineiros do Tietê, São Paulo, de acordo com o disposto na alínea "c" do art. 38 do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo. A prévia anuência do Poder Público se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795, de 1963. Conforme o art. 93 do referido decreto, a transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes no decreto, sendo observado os prazos e condições estabelecidas originalmente na outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4900333), de 07/11/2023, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de transferência direta da outorga;
 - Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, de 10/08/2023 (4901101), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE/MCOM, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga, nos termos do art. 38 da Lei nº 4.117, de 1962, e dos arts. 93 e 94 do Decreto nº 52.795, de 1963;
 - Lista de Verificação de Documentos - Transferência de Outorga Comercial, de 29/11/2023 (4900351), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 03.880.030/0001-28
NOME EMPRESARIAL: MIDIA JAU EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: CELIA REGINA DE PAES
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: JOSE RUBENS BISMARA JUNIOR
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 21/11/2024 às 15:48 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de transferência direta de outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 5º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

KARLA BRANQUINHO DOS SANTOS GONZAGA
Assessora
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se à Secretária Especial de Análise Governamental, Substituta.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

DANIELLE CANCELA CRONEMBERGER
Secretária Especial de Análise Governamental, Substituta
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.



[MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro diodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Documento assinado eletronicamente por **Karla Branquinho dos Santos Gonzaga, Assessor(a)**, em 15/01/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 15/01/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Cancela Cronemberger, Secretária Especial substituta**, em 15/01/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6250806** e o código CRC **DCDB5D0C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 6250806

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.055170/2017-07

Nota SAJ - Radiodifusão nº 1043 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	Exitus Sistema de Comunicação Ltda. (cedente) Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda. (cessionário)
Assunto:	Serviço de radiodifusão sonora. Transferência de outorga, de rádio comercial em Frequência Modulada (FM). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional, comunicando a transferência, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.
Processo nº:	01250.055170/2017-07

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se do processo nº 01250.055170/2017-07, cuja proposta é a solicitação de autorização para transferência de outorga de concessão para execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), da Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

2. Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

Exposição de Motivos 781 2023 MCOM (4901090) EM nº 00781/2023 MCOM - Exposição de Motivos assinada eletronicamente pelo Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Juscelino dos Santos Rezende Filho.

Anexo I (4901093) - PARECER n. 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado em caráter final pelo Despacho n. 02276/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que não vislumbrou impedimento jurídico.

Anexo II (4901097)- **NOTA TÉCNICA Nº 21312/2023/SEI-MCOM** - informa a respeito da juntada de documentos;

Parecer DE MÉRITO (4901101) - NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM consignando manifestação favorável a viabilidade de pedido;

Anexo-Portaria MCOM- (6285861) - PORTARIA MCOM Nº 11.352, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023, publicada no DOU de 22/12/2023.

3. Assim, o processo diz respeito à transferência direta de outorga, cujo procedimento encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores. No caso concreto, a entidade **Exitus Sistema de Comunicação Ltda.** (cedente), inscrita no CNPJ sob nº 03.820.753/0001-31 requer autorização para efetuar a transferência direta da outorga de rádio FM, na localidade de no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo, à **Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda.** (cessionária), inscrita no CNPJ sob nº 03.880.030/0001-28.

4. É importante observar que, em que pese a outorga se encontrar vencida, o Ministério das Comunicações - MCOM aponta a existência de processo administrativo relativo ao pedido de renovação de outorga, conforme indicado na **NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM (4901101)**

O § 5º do art. 222 da Constituição Federal prevê que as alterações de controle societário de empresas de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

radiodifusão deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.

6. O MCOM analisou os documentos que instruem o processo, tendo atestado a regularidade do procedimento, por suas Notas Técnicas.

II - ANÁLISE

7. Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República o **ato** do Ministro das Comunicações **que autoriza a transferência de outorga** de exploração do Serviço de Radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM). *Atransferência direta* da outorga se dá quando a concessão ou permissão é transferida, de uma pessoa jurídica para outra.

8. Conforme o art. 3º do Decreto nº 52.795, de 1963 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR), é permitida a exploração comercial dos serviços de radiodifusão desde que não haja prejuízo ao interesse nacional e à finalidade educativa e cultural desses. O mesmo RSR indica a obrigação de as outorgadas solicitarem prévia autorização do Poder Executivo federal para transferir a concessão ou permissão, de uma pessoa jurídica para outra (art. 28, item 10 do Decreto nº 52.795/1963).

9. Ademais, os dispositivos legais apontam que a transferência de outorga só poderá ser autorizada após decorrido o prazo de 5 anos da data de expedição da outorga (vide art. 91 do Decreto 52.795/1963). Neste aspecto, nota-se o pleno cumprimento deste requisito.

10. Ao tratar de transferência de outorga, torna-se necessário levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorgada. Neste aspecto, a área técnica do MCOM aponta que tal levantamento foi realizado, certificando a inexistência de Processos instaurados para apurar eventuais irregularidades, que venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

11. Da mesma forma, o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963 indica a documentação que a nova outorgada deve apresentar, com o objetivo de verificar se há continuidade da habilitação técnica, econômico-financeira, fiscal e jurídica para manutenção da outorga. A área técnica e a Consultoria Jurídica do MCOM indicaram ter realizado tal análise, entendendo cumpridos os requisitos de documentação.

12. Outro ponto pertinente diz respeito aos limites de propriedade de empresas de radiodifusão, trazidos pela Lei nº 236/1967, bem como pelo art. 14 § 3º do Decreto nº 52.795/1963. Mais uma vez, a análise do MCOM atesta que tais limites se mantêm devidamente cumpridos, mesmo após a transferência.

13. Assim, de acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações afirmam que o procedimento legal para a transferência da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de transferência de outorga, com fundamento no art. 90, I do Decreto nº 52.795/1963.

14. Observa-se que a outorga transferida continuará observando os prazos e condições originalmente estabelecidas. É importante alertar que, no caso concreto, a outorga atual encontra-se vencida. Todavia, já há processo administrativo de renovação da outorga, conforme indicado na NOTA TÉCNICA Nº 9722/2023/SEI-MCOM. Assim, a execução do serviço está sendo mantido em caráter precário. Neste sentido, o art. 4º da Lei nº 13.424/2017, bem como o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963, indicam claramente que a anuência do Poder Público para a transferência da outorga, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, pode ser deferida, desde que concluída a instrução do processo de renovação da outorga no âmbito do MCOM, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga esteja sendo transferida.

15. Sobre o tema, a área técnica do Ministério aponta que o referido pedido de renovação já foi devidamente apreciado pelo MCOM, sendo que a decisão já foi consubstanciada na Portaria MCOM nº 5.579, de 13 de maio de 2022, publicada no dia 7 de julho de 2022, inexistindo fator que impeça a transferência.

16. Por fim, observa-se o mandamento pelo qual as alterações societárias de empresas, outorgadas a prestar serviços de radiodifusão sonora, devem ser comunicadas ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.

III - CONCLUSÃO

17. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.055170/2017-07, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional comunicando a alteração societária, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal de 1988.

ANDRÉA DE FREITAS VARELA

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Freitas Varela, Assessor**, em 06/12/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/12/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 09/12/2024, às 20:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6276804** e o código CRC **880190F3** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 6276804



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 11.324, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e nos arts. 494 a 496 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº 53115.019483/2020-47, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à TV VALE DO AÇO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.243.356/0001-81, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 22 (vinte e dois), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Caratinga, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TV VALE DO AÇO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 02.243.356/0001-81, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 11, de 15 de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2002, para execução do serviço no município de Coronel Fabriciano, estado de Minas Gerais.

Art. 3º A partir da publicação desta Portaria, a autorizatária deve obter a autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitar o licenciamento da estação nos prazos estabelecidos no art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 4º A execução dos serviços autorizados deve ter início no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 11.325, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e nos arts. 494 a 496 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº 53115.036055/2022-41, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à TV VALE DO AÇO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.243.356/0001-81, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 22 (vinte e dois), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Dionísio, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TV VALE DO AÇO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 02.243.356/0001-81, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 11, de 15 de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2002, para execução do serviço no município de Coronel Fabriciano, estado de Minas Gerais.

Art. 3º A partir da publicação desta Portaria, a autorizatária deve obter a autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitar o licenciamento da estação nos prazos estabelecidos no art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 4º A execução dos serviços autorizados deve ter início no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 11.328, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e nos arts. 494 a 496 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº 53115.036057/2022-30, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à TV VALE DO AÇO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.243.356/0001-81, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 22 (vinte e dois), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Ipanema, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TV VALE DO AÇO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 02.243.356/0001-81, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 11, de 15 de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 16 subsequente, para execução do serviço no município de Coronel Fabriciano, estado de Minas Gerais.

Art. 3º A partir da publicação desta Portaria, a autorizatária deve obter a autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitar o licenciamento da estação nos prazos estabelecidos no art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 4º A execução dos serviços autorizados deve ter início no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 11.329, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e nos arts. 494 a 496 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº 53115.036056/2022-95, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à TV VALE DO AÇO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.243.356/0001-81, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 22 (vinte e dois), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TV VALE DO AÇO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 02.243.356/0001-81, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 11, de 15 de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 16 subsequente, para execução do serviço no município de Coronel Fabriciano, estado de Minas Gerais.

Art. 3º A partir da publicação desta Portaria, a autorizatária deve obter a autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitar o licenciamento da estação nos prazos estabelecidos no art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 4º A execução dos serviços autorizados deve ter início no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 11.349, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.020233/2020-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21349/2023/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER 11186413), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2020, a autorização outorgada à Associação Comunitária Boas Novas, inscrita no CNPJ nº 05.396.848/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Rodeio Bonito, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 11.350, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.022615/2019-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19756/2023/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER 11160957), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de julho de 2019, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Cultura da Confresa, inscrita no CNPJ nº 02.454.345/0001-40, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Confresa, estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 11.352, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.055170/2017-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9722/2023/SEI-MCOM, Nota Técnica nº 16936/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 21312/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00738/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.820.753/0001-31, por meio da Portaria nº 1059, de 26 de junho de 2002, publicada em 1º de julho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 686, de 2004, publicado no dia 24 de agosto de 2004, para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.880.030/0001-28, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50401554767, no município de Mineiros do Tietê, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
José Rubens Bismara Júnior	29.700	29.700,00
Célia Regina de Paes	300	300,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
José Rubens Bismara Júnior	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda, advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 11.354, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e nos arts. 494 a 496 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº 53115.024090/2023-06, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à TELEVISÃO SUL DE MINAS S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 25.166.281/0001-88, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, em caráter primário e com tecnologia digital, nos canais e localidades relacionados no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TELEVISÃO SUL DE MINAS S/A, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 25.166.281/0001-88, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 91.753, de 7 de outubro de 1985, publicado no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 1985, para execução do serviço no município de Varginha, estado de Minas Gerais.

Art. 3º Fica condicionado, ao desligamento do sinal analógico na localidade de Jacutinga/MG, o início da operação da estação retransmissora no respectivo canal digital autorizado.

Art. 4º A partir da publicação desta Portaria, a autorizatária deve obter a autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitar o licenciamento da estação nos prazos estabelecidos no art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 5º A execução dos serviços autorizados deve ter início no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 24 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152023122200019

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 11.352, de 4 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2023, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., para a Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 84, de 15 de janeiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 11.352, de 4 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2023, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 16/01/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 16/01/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6365907** e o código CRC **BA95DA57** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

MENSAGEM Nº 84

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 11.352, de 4 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2023, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Brasília, 15 de janeiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>



ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 68/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 11.352, de 4 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2023, que transfere a permissão outorgada à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., para a Mídia Jáú Empresa de Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 16/01/2025, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367023** e o código CRC **5EC24247** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 6367023

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 16 de janeiro de 2025.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 16/01/2025, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367716** e o código CRC **217B7A5A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.055170/2017-07

SEI nº 6367716



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3>

ac395d05-8768-45a6-8d2b-ecac57904dc3